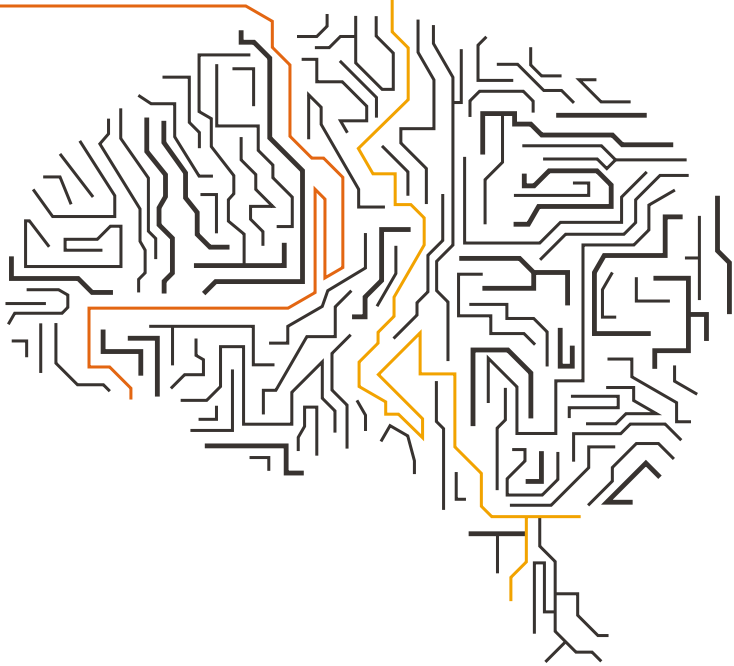
ANÁLISE ASSOCIATIVA



TEMA EM DESTAQUE

OS DESAFIOS DO ASSOCIATIVISMO POPULAR

N.º 7 · MAI 2020

CPCCRD

REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

ANÁLISE ASSOCIATIVA

TEMA EM DESTAQUE

OS DESAFIOS DO ASSOCIATIVISMO POPULAR

REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

FICHA**TÉCNICA**

ANÁLISE ASSOCIATIVA
2020 (N.º 7)
"OS DESAFIOS DO ASSOCIATIVISMO POPULAR"

DIRETOR:
SÉRGIO PRATAS

CONSELHO CIENTÍFICO:
AMÉRICO MENDES
Universidade Católica – Porto

ARTUR CRISTÓVÃO
UTAD

ARTUR MARTINS
GEMAP

CRISTINA PRATAS CRUZEIRO
Faculdade de Belas Artes/UL

JOANA PEREIRA
Investigadora

JOSÉ ORNELAS
ISPA

JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS
ISCTE/IUL

JOSÉ ZALUAR BASÍLIO
Universidade Lusófona

LUÍS MORENO
Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território/UL

Edição e propriedade:
Confederação Portuguesa das Colectividades
de Cultura, Recreio e Desporto

Concepção gráfica e paginação: 4iD

Impressão: Jorge Fernandes, Lda.
Tiragem: 500 exemplares

ISSN – 2183-413X – Análise Associativa

Depósito legal: 384231/14

Impressa em Maio de 2020

O acordo ortográfico usado corresponde à vontade de cada autor

Todos os direitos reservados. Este livro não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, por qualquer processo mecânico, fotográfico, electrónico, ou por meio de gravação, nem ser introduzido numa base de dados, difundido ou de qualquer forma copiado para uso público ou privado - além do uso legal como breve citação em artigos e estudos - sem prévia autorização dos autores.

ÍNDICE

4 NOTA DE ABERTURA, *Augusto Flor*

8 EDITORIAL, *Sérgio Pratas*

12 **TEMA EM DESTAQUE – *OS DESAFIOS DO ASSOCIATIVISMO POPULAR***

14 ASSOCIATIVISMO EM PORTUGAL - Normativos Legais, *Artur Martins*

28 PLANO ESTRATÉGICO DE COMUNICAÇÃO DA CPCCRD, *Vladimiro Matos*

40 O ASSOCIATIVISMO EM PORTUGAL - Tem futuro? Tem futuro... Tem futuro! Tem futuro., *Júlio Nascimento*

50 LIDERANÇA E GESTÃO DE EQUIPAS, *Daniela Paninho*

60 A ECONOMIA SOCIAL - Um novo paradigma para a sociedade?, *Deolinda Nunes*

76 **GRANDE REPORTAGEM – *DIA NACIONAL DAS COLECTIVIDADES 2019***

78 *DIA NACIONAL DAS COLETIVIDADES 2019. A SUBSTÂNCIA PARA ALÉM DA CIRCUNSTÂNCIA*

90 *I CONGRESSO REGIONAL DAS SOCIEDADES DE RECREIO 1924*

122 **ESTUDOS**

124 CONFIGURAÇÕES ASSOCIATIVAS E INTERAÇÕES ENTRE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ESTADO: Brasil e Portugal em perspectiva comparada, *Luana do Rocio Taborda*

144 CONCEÇÕES E PRÁTICAS ASSOCIATIVAS DE TÉCNICOS/AS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO SOCIAL, *Paula Alexandra Nascimento | Catarina Tomás | Joana Campos*

158 O ASSOCIATIVISMO DA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI, *Luís Maçarico*

166 **BIBLIOTECA COSMOS**

JOVENS EM TRANSIÇÕES PRECÁRIAS. Trabalho, quotidiano e futuro, *Sérgio Pratas*

182 CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

AUGUSTO FLOR

PRESIDENTE
DA DIRECÇÃO
DA CPCCRD

NOTADE**ABERTURA**

ANÁLISE ASSOCIATIVA. QUE MISSÃO, QUE FUTURO?

Chegados aqui, à edição n.º 7, há que fazer o balanço e perspectivar o futuro da nossa Análise Associativa (AA). Não porque nunca tenha sido feito, antes pelo contrário. Se formos rever as AA anteriores facilmente nos apercebemos que, regularmente, tem sido feita a avaliação contínua e que têm sido tomadas medidas de ajustamento e renovação editorial. Já foram ponderados aspectos de estrutura editorial, aspectos de modelo gráfico, o peso relativo de textos de autoria de académicos e/ou de experientes dirigentes, entre outros aspectos.

Consideraram-se as recomendações e evidências do Congresso Nacional de Colectividades de 2015 que trouxe uma nova avaliação/diagnóstico do estado do MAP numa fase de profunda crise do nosso país e da nossa soberania. Desenvolveram-se estudos temáticos recorrendo a uma única disciplina. Desenvolveram-se temas da maior importância para a identidade cultural e para a estruturação do pensamento do dirigente

enquanto agente de transformação social. Fez-se o diagnóstico da própria AA recorrendo a métodos e técnicas científicas onde ficaram claros os pontos fortes e pontos fracos desta.

A razão de ser de existência da Análise Associativa (AA) foi-se consolidando nestes 6 anos de vida da AA, foi-se ajustando. Mas a sua matriz inicial mantém-se na actualidade e assenta em vários pressupostos:

— complementar a acção empírica (transmissão de conhecimentos de geração em geração) dos dirigentes e do próprio Movimento Associativo Popular (MAP), com uma perspectiva científica, métodos, técnicas e experimentalismo próprios;

— aproximar o MAP da academia (Universidade), influenciando-a nas suas múltiplas perspectivas e especialidades, dando-lhe a oportunidade de aproximação a uma realidade única e objectiva;

— mostrar o MAP como um excelente e oportuno objecto de estudo e de elevada empregabilidade para estudantes e investigadores;

— usar as ciências sociais tais como a história, antropologia, sociologia, psicologia, economia, direito e ciência política como ferramentas de análise e de intervenção aplicada na busca de soluções para problemas que o empirismo considera irresolúveis.

A nova fase da AA deverá reflectir sobre o seu futuro próximo e contribuir para uma questão estratégica e de fundo que se nos coloca: poderá o MAP ser/ter uma ideologia autónoma com métodos e técnicas

próprias? Em que medida a AA poderá contribuir para a base teórica de uma ideologia associativa coerente e independente de outras ideologias? Faz sentido que o MAP tenha a sua base teórica, métodos e técnicas próprias e assim se transforme numa ideologia autónoma ou mesmo independente?

A resposta a esta e outras pertinentes questões será por certo dada pelo nosso Conselho Científico e pelos nossos experientes Dirigentes em futuras edições onde se consolidarão os objectivos e a missão da nossa Análise Associativa.

SÉRGIO PRATAS

DIRETOR

EDITORIAL

1 Este número da Análise Associativa tem algumas particularidades. É (podemos dizê-lo) um número especial – e por várias razões.

Primeira razão. É a primeira vez que a maioria dos artigos é da autoria de dirigentes associativos (e não de académicos). Facto notável – e que merece ser sublinhado.
É verdade que sempre defendemos uma revista plural: onde se publicam diferentes pontos de vista; artigos de várias áreas científicas; e artigos de diversas autorias (de académicos, técnicos das associações, dirigentes associativos). Mas o ponto de partida não é o mesmo. Os dirigentes estão menos familiarizados com o processo de construção do conhecimento – e com a linguagem científica.
O que fez a diferença – desta vez – foi a criação do curso de estudos avançados, realizado na Universidade Lusófona (Lisboa e Porto); e que permitiu a vários dirigentes a realização de uma formação pós-graduada. Os cinco textos que integram a secção TEMA EM DESTAQUE são de alunos desse curso.

Segunda razão. Optou-se por alterar a designação da última secção da revista. Em vez de PUBLICAÇÕES, passará a chamar-se BIBLIOTECA COSMOS – em clara homenagem a Bento de Jesus Caraça.

A Biblioteca Cosmos promoveu a divulgação cultural e a formação das massas populares e estimulou entre os jovens um conjunto de interesses que o Estado recusava. Será (também) esse o objetivo desta secção.

Terceira razão. Este n.º 7 encerra mais um ciclo na vida da Análise Associativa (um segundo ciclo). É tempo de refletir sobre o futuro. Vamos fazê-lo coletivamente; construir vários cenários e caminhos possíveis. E fazer escolhas.

2 As associações têm problemas próprios – que resultam da sua organização e funcionamento, da sua cultura organizacional, das suas fragilidades e pontos fracos. Mas há problemas que não são próprios (ou específicos). São problemas gerais, que depois se refletem no trabalho associativo.

É o que acontece, por exemplo, com a precariedade ou com os baixos salários. Falamos muito na dificuldade de recrutamento de jovens para os corpos sociais das associações. Para se fazer uma análise séria dessa realidade não podemos esquecer tais problemas (gerais). Como é que um jovem com dois trabalhos precários, com vencimentos a rondar os 300 euros em cada um, consegue ter disponibilidade e motivação para assumir funções como dirigente associativo?
Este tema será abordado (e aprofundado) na secção BIBLIOTECA COSMOS.

3 E o mesmo acontece com os desafios. Há desafios próprios das associações (ou específicos). E há desafios gerais – que podem (e devem) envolver as associações.

É o que se passa com o desafio do envelhecimento ativo. Pergunta-se: as cerca de 33.000 coletividades que existem espalhadas por todo o país têm (ou não) uma palavra a dizer sobre este tema?
É o que veremos e discutiremos na próxima Análise Associativa. Será esse o tema em destaque do n.º 8 da revista.

4 A terminar, uma palavra de apreço e reconhecimento para todos os que ajudaram a construir este número. Para a Fundação Montepio (que nos apoia desde o primeiro dia). Para os autores. Para os membros do Conselho Científico. Para os membros do grupo de trabalho da Análise Associativa (Artur, Deolinda e Galvão). E para os funcionários da CPCCRD (sempre tão disponíveis e competentes).

TEMa EM DeStaQuE

ARTUR MARTINS
MEMBRO DO CONSELHO CIENTÍFICO
DA ANÁLISE ASSOCIATIVA E INVESTIGADOR
ASSOCIADO DO OBSERVATÓRIO
DO ASSOCIATIVISMO POPULAR

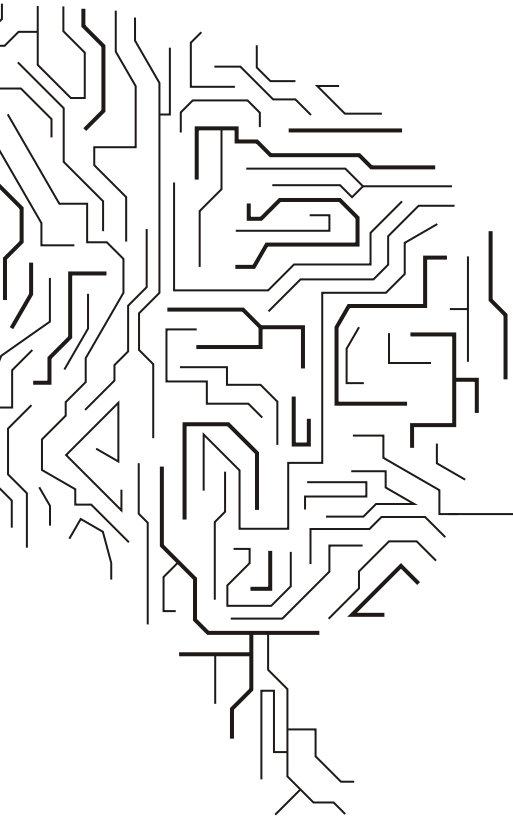
VLADIMIRO MATOS
DIRIGENTE DA CPCCRD

JÚLIO NASCIMENTO
PRESIDENTE DA ACADEMIA
DAS COLETIVIDADES DO DISTRITO DO PORTO

DANIELA PANINHO
PSICÓLOGA

DEOLINDA NUNES
TÉCNICA DO CIRIEC PORTUGAL
E DIRIGENTE ASSOCIATIVA

OS DESAFIOS DO ASSOCIATIVISMO POPULAR



ARTUR MARTINS

MEMBRO DO CONSELHO CIENTÍFICO
DA ANÁLISE ASSOCIATIVA E INVESTIGADOR
ASSOCIADO DO OBSERVATÓRIO
DO ASSOCIATIVISMO POPULAR

ASSOCIATIVISMO EM PORTUGAL
NORMATIVOS LEGAIS

Sumário:

1 ¬ INTRODUÇÃO

2 ¬ O QUE SE ENTENDE POR ASSOCIATIVISMO?

3 ¬ QUE FACTORES CULTURAIS, SOCIAIS E POLÍTICOS INFLUENCIARAM A TRANSFORMAÇÃO?

4 ¬ QUAIS OS NORMATIVOS JURÍDICOS QUE FAZEM A HISTÓRIA SOCIOPOLÍTICA EM PORTUGAL?

5 ¬ CONCLUSÕES

1 ¬ INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado para o curso de "Estudos Avançados em Gestão e Dinamização Associativa", que frequentei ao abrigo de protocolo estabelecido entre a Universidade Lusófona (UL) e a CPCCRD.

Optei por me debruçar sobre o Associativismo Popular, ou melhor, "cultura e lazer", que inclui o desporto, segundo a classificação internacional das organizações não lucrativas (ICNPO).

Pertinência do estudo: O tema da legislação continua a ser uma das mais sérias e preocupantes lacunas da actividade desta vertente da sociedade civil, dado que, como bem o diz Pratas: "O quadro legal em vigor é uma manta de retalhos, difícil de perceber e de aplicar, é complexo, incompleto, desajustado da realidade específica do associativismo popular, desactualizado, muitas vezes incoerente, por vezes anacrónico. E esta realidade teima em manter-se (...)" [1].

Objetivo do estudo: Perceber a atitude do poder político em relação ao associativismo popular - tomada de decisão ou omissão?

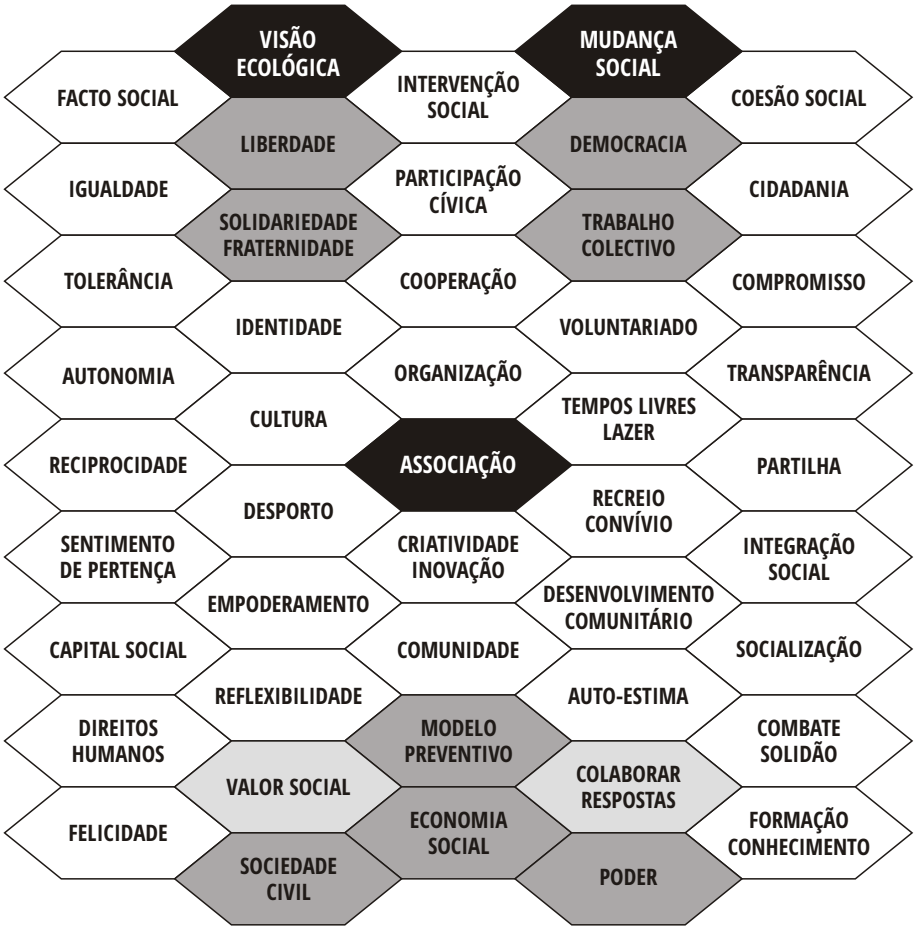
Segui o método correlativo com o apoio das técnicas da análise documental e observação participante, enquanto dirigente associativo voluntário e benévolo, vivida a vários níveis (local, regional e nacional). O trabalho apresenta-se com as inevitáveis introdução e conclusões, sendo o corpo do estudo constituído por respostas às seguintes três perguntas: o que se entende por associativismo? Que factores culturais, sociais e políticos influenciaram a transformação? Quais os normativos jurídicos que fazem a história sociopolítica em Portugal?

2 ¬ O QUE SE ENTENDE POR ASSOCIATIVISMO?

> "Nos países democráticos, a ciência do associativismo é a mãe das ciências¸ dos seus progressos dependem os progressos de todas as outras".
> "Para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem, é preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e aperfeiçoe na medida em que cresce a igualdade de condições".
>
> (Tocqueville, 1835. A Democracia na América)

---

[1] Pratas, Sérgio (2016). Um outro olhar sobre o associativismo popular. Lisboa: CPCCRD, p. 25



Associativismo é um movimento de criação de associações (cívicas, laborais, culturais, outras) para defesa de interesses ou para obtenção de objectivos comuns. Portanto a associação é base deste fenómeno social, cultural, económico e político.

Desde logo, atentemos na visão ecológica que trespassa a vida associativa: "um outro valor do paradigma ecológico traduz-se na obrigação de aplicar o conhecimento adquirido em intervenções que resultem numa melhoria efectiva da vida das pessoas" [II]. Segundo Marx "O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A

[II] Levine, Perkins e Perkins, 2005 cit. Ornelas, 2008. Psicologia Comunitária. Lisboa: Fim de Século, p. 149

Natureza é tanto a fonte de valores de uso (e é bem nestes que, todavia, consiste a riqueza material) como o trabalho, que não é ele próprio senão a exteriorização de uma força da Natureza, a força de trabalho humana"[III].

De igual modo a mudança social é um dos objectivos da associação, dado que pretende colaborar na transformação observável no tempo que afecta, de maneira que não seja provisória, ou efémera, a estrutura ou o funcionamento da organização social de dada colectividade. É mudança de estrutura resultante da acção histórica e de certos factores ou de certos grupos no seio de dada colectividade.

O Associativismo assenta em quatro grandes princípios: liberdade, democracia, solidariedade e trabalho colectivo; e mais alguns conceitos, a saber:

1) Liberdade – Desde os primórdios da nova era que se estipulou que "Os homens nascem e são livres e iguais em direitos"[IV]. E que: "Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações (...)";
2) Democracia – "Os efeitos cívicos e democráticos das associações poderão, assim, ser considerados numa perspectiva alargada – versão seminal de difusor da cultura cívica e democrática (Warren, 2001 e 2004). Em síntese, os efeitos das associações podem realizar-se a três níveis: 1) efeitos a nível individual: aumento da informação, dos conhecimentos, do sentimento de poder participar, do sentido crítico, da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral; 2) efeitos a nível da esfera pública: contribuição para a discussão pública e deliberação democrática; contributos para o debate no campo institucional político; 3) efeitos institucionais: representação de interesses e identidades; suporte de acções colectivas de protesto e resistência; funções de coordenação e regulação, papel subsidiário na implementação de políticas públicas"[V];
3) Solidariedade – Durkheim defendeu a existência de dois tipos de solidariedade: mecânica - solidariedade por semelhança; característica

---

[III] Marx, K. (1875/1983). Crítica do Programa de Gotha, Obras Escolhidas, tomo III, Lisboa: Avante

[IV] Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 (Revolução Francesa). Fonte: www.elysee.fr. Consultado em 20 de Maio de 2019 através de https://pt.ambafrance.org/

[V] Viegas, José Manuel Leite (2014). Associativismo, Sociedade Civil e Democracia. In Análise Associativa n.º 1- Nov2014. Lisboa: CPCCRD, p. 41

das sociedades em que os indivíduos diferem pouco uns dos outros; orgânica - solidariedade pela diferença; característica das sociedades em que o consenso resulta da diferenciação: os indivíduos não se assemelham[VI]. Actualmente importa defender uma ideia de solidariedade que seja mais actuante na sociedade, através de uma cultura de liberdade, que implica responsabilidade e tolerância, e que seja um processo de reciprocidade, de troca, de diálogo, de partilha, de ajuda. Uma cultura de direitos e deveres e também um imperativo de cidadania.

4) Trabalho colectivo - Pode ser descrito como um conjunto ou grupo de pessoas que se dedicam a realizar uma tarefa ou determinado trabalho, por obrigação, ou não. O trabalho colectivo possibilita a troca de conhecimento e agilidade no cumprimento de metas e objectivos compartilhados, uma vez que optimiza o tempo de cada pessoa e ainda contribui para conhecer outros indivíduos e aprender novas tarefas. No caso em apreço trata-se de trabalho voluntário.
5) Modelo Preventivo – As actividades multifacetadas realizadas pelas e nas associações, sejam na área da cultura, na área do desporto e recreio, e também nas suas salas de convívio, são factores de socialização intergeracional que inculcam valores que ajudam a uma sociedade mais saudável, como: disciplina e respeito; tolerância; responsabilidade; compromisso; superação; auto estima; sentimento de pertença. Trata-se do modelo alternativo à remediação, dado que tenta evitar as causas.
6 Economia Social - É o conjunto das actividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas entidades que têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer directamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes.
7) Sociedade Civil – É o mundo da vida conforme este é expresso nas instituições. Ou seja, a sociedade civil incluiria, assim, todas as

---

[VI] Ribeiro, Paulo Silvino. "Émile Durkheim: os tipos de solidariedade social"; Brasil Escola. Acesso em 16 de Maio de 2019.Disponível em https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/Emile-durkheim-os-tipos-solidariedade-social.htm

instituições e formas associativas que requerem interacção comunicativa para sua reprodução e que confiam primariamente em processos de integração social para acção coordenada dentro de suas fronteiras (Cohen & Arato, 2000) [VII].

8) Poder - Numa sociedade de poderes encontramos cinco: político, económico, religioso, da comunicação social e associativo, em que este contribui para a regulação e equilíbrio dos poderes em Sociedade.

3 ¬ QUE FACTORES CULTURAIS, SOCIAIS E POLÍTICOS INFLUENCIARAM A TRANSFORMAÇÃO?

A nova forma de associação teve lugar na Modernidade, considerada como um conjunto de processos sociais e históricos que ocorreram na Europa a partir do século XVI, no Renascimento, que marca o fim da Idade Média.

Juntamente com as mudanças de pensamento, que priorizam a racionalidade, o individualismo e o pensamento científico, há mudanças políticas que modificam profundamente as instituições políticas dos Estados, bem como a delimitação de novas fronteiras políticas e económicas.

O Iluminismo e a revolução industrial, a par da Declaração de Independência da América, redigida e assinada em 04 de Julho de 1776, viriam alterar toda a vida em sociedade.

Os acontecimentos acima enumerados influenciaram definitivamente toda a Europa e também Portugal que, na viragem do século, início do século XIX, se encontrava numa profunda crise, reforçada por outros importantes factos: 1) Invasões Francesas (1807/1811); 2) Retirada da Corte (de gentes e cabedais) para o Brasil, a 29 de Novembro de 1807; 3) Ocupação militar inglesa, iniciada com o desembarque das tropas de Wellesley em Lavos (Figueira da Foz) de 1 a 5 de Agosto de 1808. Em 8 de Março de 1809: "O general britânico Beresford é nomeado comandante em chefe do Exército português com o posto de Marechal do Exército". Acresce que a nossa industrialização foi bastante lenta e incipiente; a

---

[VII] Habermas, Jurgen (1984). Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro

chegada de ondas de rurais aos centros urbanos e a alta taxa de analfabetismo, conduziu a enormes dificuldades, ao nível de sobrevivência, em grandes extractos da população.

Neste contexto as pessoas, nomeadamente as classes mais desfavorecidas, socorreram-se de formas associativas, como bem escreveu Costa Goodolfim: 1) "O operário, associando-se ao operário, tirando todas as semanas da sua féria uma pequena parcella, garante os recursos para os dias de doença, e por esta forma, sem vender, sem empenhar, sem os seus morrerem de fome, recupera a saúde no regaço da família. Eis a associação de soccorros mútuos (...)"; 2) "O operário precisa ter uma associação sua, onde todos os sócios sejam seus companheiros, onde elle passe uma parte da noite, lendo ou estudando em livros ao alcance da sua intelligencia e do seu saber. Estas sociedades podem ser chamadas de instrucção popular ou de temperança"[viii].

As primeiras formas associativas: 1) Lourosa (2012) diz-nos: "São algumas as bandas que reclamam ser uma das mais antigas de Portugal (...). Os casos mais significativos são os das bandas de Arouca, Santiago de Riba-Ul, Arrifana, São Mamede de Ribatua ou Verridense. Na origem da reivindicação do título de ancestralidade do grupo de Santiago de Riba-Ul encontra-se uma partitura – Sonatas de Guitarra (1792) – de António da Silva Leite, equivocadamente datada de 1722" [ix] (Lourosa, 2012: 8); 2) Segundo Santos (1951) também o teatro de amadores aparecia: "veio a Lisboa (Abril de 1793) um grupo de amadores portuenses, cuja sede desde 1762 se encontrava instalada no Porto, no Largo do Corpo da Guarda"[x].

[viii] Costa Goodolphim (1876). A ASSOCIAÇÃO Historia e Desenvolvimento das Associações Portuguezas. Lisboa: Typographia Universal

[ix] Lourosa, Helena Marisa Matos (2012). À sombra de um passado por contar: Banda de Música de Santiago de Riba-Ul.
Discursos e percursos na história do movimento filarmónico português. Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Música, área de especialização em Etnomusicologia, realizada sob a orientação científica da Doutora Susana Sardo, Professora Auxiliar do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro. Consultado em 21 de Maio de 2019 através de http://hdl.handle.net/10773/9274

[x] Santos, Raul Esteves dos (1951). A Folga do Trabalhador. Lisboa: Edição de autor, pp. 4-6

4 ¬ QUAIS OS NORMATIVOS JURÍDICOS QUE FAZEM A HISTÓRIA SOCIOPOLÍTICA EM PORTUGAL?

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

Inspirada na declaração da independência americana de 1776 e no espírito filosófico do século XVII, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 marca o fim do Antigo Regime e o início de uma nova era. Ratificada apenas em 5 de Outubro por Luís XVI, serve de preâmbulo à primeira Constituição da Revolução Francesa, adoptada em 1791.

Art.1.º - Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem ter como fundamento a utilidade comum.

Art. 2.º - A finalidade de toda associação política é a preservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão.

Art. 4.º - A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique o próximo: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites só podem ser determinados pela lei [XI].

1.º Período - Monarquia Constitucional (1820-1910)

a) Constituição Portuguesa de 1822

Lei fundamental votada pelas Cortes Constituintes, reunidas em Lisboa em 1821, sob o influxo da chamada revolução de 1820. O texto é de 23 de Setembro de 1822, e foi jurado pelo rei, D. João VI, em 1 de Outubro seguinte.

Título I - Dos Direitos e Deveres Individuais dos Portugueses - Capítulo Único. Artigo I

7 - A livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo o Português pode conseguinte, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer

[XI] A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Fonte: www.elysee.fr. Consultado em 20 de Maio de 2019 através de https://pt.ambafrance.org/

matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos, e pela forma que a lei determinar [xii].

b) **Carta de Lei 4 de Junho de 1824**

Suspende a Constituição de 1822: "Ha por bem Declarar instaurada a antiga, verdadeira, e única Constituição da Monarquia Portugueza, Mandando chamar a Côrtes os Tres Estados do Reino, tudo como acima se declara. Lisboa 4 de Junho de 1824 – Francisco José Bravo" [xiii].

c) **Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826**

Outorgada por D. Pedro IV, publicada pelo Real Decreto de 20 de Julho de 1826 [xiv] não repõe as liberdades individuais.

A Constituição de 1822 teria, na sequência da Revolução do Setembrismo, em 1836, uma curta e quase simbólica segunda vigência, de 10 de Setembro de 1836 a 4 de Abril de 1838, data do juramento da Constituição de 1838.

d) **Constituição de 4 de Abril de 1838**

Titulo III - Dos Direitos e Garantias dos Portugueses - Capítulo Único.

13 - Todo o Cidadão pode comunicar os seus pensamentos pela imprensa ou por qualquer outro modo, sem dependência de censura prévia.

14 - Todos os Cidadãos têm o direito de se associar na conformidade das Leis [xv].

[xii] O Portal da História – O Liberalismo em Portugal: Constituição Portuguesa. Consultado em 20 de Maio de 2019 através de http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/const822.html

[xiii] J.P.C.B.F. (1829). Exame da Constituição de D. Pedro e dos Direitos de D. Miguel dedicado aos Fieis Portuguezes. Tradução do francez por J.P.C.B.F. Lisboa: Na Impressão Regia. 1829. Consultado em 20 de Maio de 2019 através de https://books.google.pt/books?id=RX1BAAAAYAAJ&pg=PA152&lpg=PA152&dq=+Carta+de+Lei+de+4+de+Junho+de+1824&source=bl&ots=QFAIKtOU-r&sig=ACfU3U0D55qtF906wfdiHnruCFLakQP5QA&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwiRspaX0KjiAhVIzoUKHe6CDukQ6AEwB3oEC AcQAQ#v=onepage&q=%20Carta%20de%20Lei%20de%204%20de%20Junho%20de%201824&f=false

[xiv] A Monarquia Constitucional (1820-1910). Consultado em 20 de Maio de 2019 através de https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/monarquia.aspx

[xv] O Portal da História – O liberalismo em Portugal: Constituição de 4 de Abril de 1838. Consultado em 20 de Maio de 2019 através de http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/c1838t3.html

2.º Período - 1.ª República (1910/1926)

Constituição Republicana de 1911, 21 de Agosto.

> 13.º A expressão do pensamento, seja qual for a sua forma, é completamente livre, sem dependência de caução, censura ou autorização prévia, mas o abuso deste direito é punível nos casos e pela forma que a lei determinar.
>
> 14.º O direito de reunião e associação é livre. Leis especiais determinarão a forma e condições do seu exercício [xvi].

3.º Período – Estado Novo

> Constituição de 1933, 11 de Abril – nacionalismo corporativo - Art. 5.º: "O Estado português é uma República unitária e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis."; Art. 6.º: "Incumbe ao Estado: (...) 2.º - Coordenar, impulsionar e dirigir todas as actividades sociais, fazendo prevalecer uma justa harmonia de interesses, dentro da legitima subordinação dos particulares ao geral.

Comentário: dado que as iniciativas de aproveitamento dos tempos livres dos trabalhadores permaneciam totalmente entregues ao associativismo espontâneo e privado, o Governo criou a FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho), que no seu artigo 2.º reza: "A F.N.A.T. tem por fim aproveitar o tempo livre dos trabalhadores portugueses de forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral".

Apesar desta tentativa de subordinar os trabalhadores "...inscritos nos Sindicatos Nacionais e nas Casas do Povo e suas famílias..." (artigo 3.º do mesmo estatuto), o MAP continuou o seu caminho, obviamente com mais escolhos, dado que tudo tinha de merecer a homologação do Governo.

[xvi] Constituição Portuguesa de 1911. Consultado em 20 de Maio de 2019 através de http://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2006/10/constituicao-1911.pdf

4.º Período – Pós-25 de Abril de 1974

Constituição da República Portuguesa (CRP)

A CRP no seu Artigo 2.º enquadra o edifício legislativo: "Estado de direito democrático - A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, (...) visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa."

Artigo 46.º - Liberdade de associação: 1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal; 2. As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas (...); 3. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela.

Artigo 70.º - Juventude - 3. O Estado, em colaboração com as famílias, as escolas, as empresas, as organizações de moradores, as associações e fundações de fins culturais e as colectividades de cultura e recreio, fomenta e apoia as organizações juvenis na prossecução daqueles objectivos, bem como o intercâmbio internacional da juventude.

Artigo 73.º - Educação, cultura e ciência: 3. O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.

Artigo 79.º - Cultura física e desporto: 2. Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.

5 ¬ CONCLUSÕES

A CRP institui o Estado Social e a lei de bases da economia social (LBES) determina a produção de legislação legislativa para todas as formas associativas constituintes da Economia Social.

O Estado Social, em minha modesta opinião, desdobra-se em dois modelos de actuação: modelo de remediação que visa responder às necessidades de emergência social, desenvolvido pelas IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), Mutualidades, algumas Cooperativas e Fundações e modelo de prevenção que consubstancia, na generalidade, a prática do associativismo popular (cultura, recreio e desporto) que vai desde a actividade física e desportiva, as artes performativas, a música, as letras, até à integração social e ao combate à solidão.

Para as entidades que asseguram a emergência social foram produzidos diplomas específicos, como seja: Estatuto das IPSS, Código Cooperativo e Código das Associações Mutualistas.

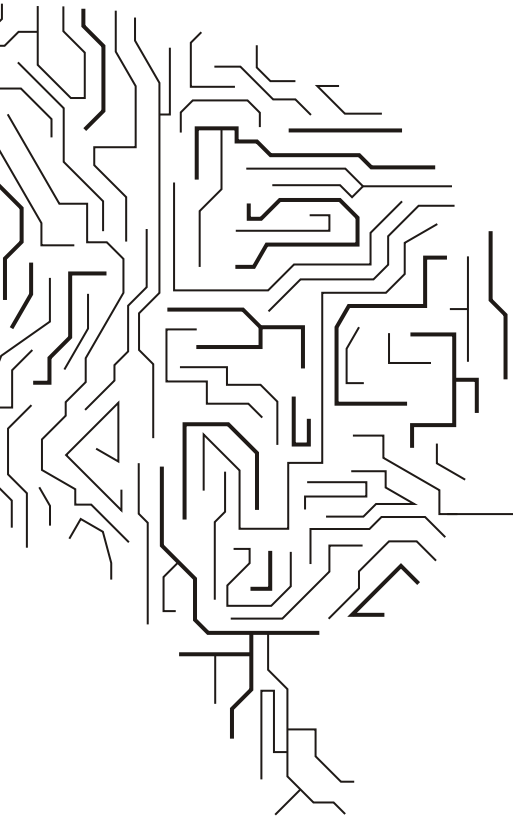
Facilmente se constata que não foi elaborada e aprovada legislação ordinária no que respeita ao associativismo popular em consonância com os princípios constitucionais e dando cumprimento à LBES mormente ao determinado no seu artigo 13.º.

Do que foi expresso parece-me clara a resposta quanto ao objecto do estudo: tomada de decisão ou omissão?

Para o modelo de remedição, decisão seguindo os preceitos constitucionais e legais. Quanto ao associativismo, no essencial, verificamos a omissão do poder político-legislativo.

Perspectiva para o futuro – Ideia a trabalhar: parceria comunitária, seguindo e reforçando sugestões de Pratas (2016) e Santos (2014) insistir na concretização de parcerias político-sociais (Legislativo e Poder Local), segundo a definição: "respeitam os esforços de colaboração de grupos de indivíduos ou organizações com um interesse comum que decidem trabalhar em conjunto para conseguirem atingir os respectivos objectivos"[XVII].

[XVII] Ornelas, José e Vargas-Moniz, Maria João (2011). Parcerias Comunitárias. Lisboa: edições ispa



VLADIMIRO MATOS

DIRIGENTE DA CPCCRD

PLANO ESTRATÉGICO DE COMUNICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

Sumário:

1 ¬ INTRODUÇÃO

2 ¬ A CPCCRD. NOTA HISTÓRICA

3 ¬ COMUNICAÇÃO E MARKETING

a) Importância da Comunicação e Marketing para o Associativismo

b) O que atualmente existe

c) Principais destinatários

4 ¬ PROPOSTA DE PLANO ESTRATÉGICO PARA O CASO CONCRETO DA CPCCRD

5 ¬ CONCLUSÃO

ANEXOS II e III

BIBLIOGRAFIA

1 ¬ INTRODUÇÃO

A escolha do tema deste trabalho final para a Formação Avançada em Gestão e Dinamização Associativa, curso realizado entre setembro de 2018 e maio de 2019, na Universidade Lusófona de Lisboa, está diretamente relacionada com a minha apetência pessoal por matérias da área da Comunicação e Marketing, enraizadas na minha experiência profissional enquanto Ex-Empresário.

Os conhecimentos por mim adquiridos nesta Formação visam aqui chamar a atenção para a importância que a Comunicação e, nalguns aspetos o Marketing, têm na estrutura geral da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) e no Movimento Associativo Popular (MAP), coletividades e associações em geral.

Na minha experiência pessoal sempre utilizei a prática da discussão coletiva e aberta dos problemas, entre administração, colaboradores e trabalhadores que se refletia numa boa comunicação com efeitos até no marketing e vendas. Este diálogo, aberto e inclusivo, levava mesmo ao incremento de conhecimento dos produtos e serviços comercializados. Como já referia em 1936 Dale Carnegie, na sua enciclopédia "Como fazer amigos e influenciar pessoas": *"o bom vendedor tem de tratar por tu o produto que vende"*.

Estou convicto que o diálogo interno e externo contribui para uma Comunicação ativa com consequências necessariamente positivas no desempenho social e cívico da Confederação, não só no seu prestígio, influência no recrutamento de novas filiadas, como na Capacitação dos seus dirigentes, colaboradores, órgãos sociais, trabalhadores e dirigentes das filiadas.

Lição que podemos extrapolar para o movimento associativo, mais concretamente para a Comunicação da Confederação das Colectividades. Proponho-me contribuir com este trabalho final dos meus Estudos Avançados para a eventual construção do Plano Estratégico de Comunicação da CPCCRD.

2 ¬ A CPCCRD. NOTA HISTÓRICA

Acontecimentos históricos influenciaram a sociedade humana a sentir a necessidade de se associar na pesquisa de soluções de intervenção cívica e luta por melhores condições de vida, nos quais se inclui a Cultura, o Recreio e o Desporto.

Em 1822 é consagrado o princípio da liberdade de pensamento; em 1911, já em regime republicano, a Constituição consagra a liberdade de pensamento e a expressão "associação", a partir da qual surge o sentimento de necessidade de estudar as características sociológicas e politicas do associativismo como meio reformador ou revolucionário da sociedade, na base do qual se encontram os direitos de livre pensamento, expressão, reunião e associação.

Se é certo que na 1ª República (1910/1926) o associativismo beneficiou de um período fluorescente, não é menos certo que durante o Estado Novo (1926/1974) a repressão vigente veio combater os ideais associativos, até que surge a revolução dos cravos de 25 de Abril de 1974 que, finalmente, restabeleceu os direitos de cidadania que vieram a ser consagrados na Constituição de 1976.

Em consequência desta sucessão de acontecimentos, surge a identificação dos 5 poderes: Político; Económico; Religioso; Comunicação Social e Associativismo, cada um deles com o seu espaço de intervenção na sociedade do conhecimento que começava a emergir.

Será oportuno, até para melhor se compreender o interesse factual do nosso presente trabalho, recordar cronologicamente, como surge a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, na sequência de anteriores estruturas do Movimento Associativo Popular:

- Em 1924 é fundada a Federação das Sociedades de Educação e Recreio - (FSER);
- Em 1944 é fundada a Federação das Colectividades do Distrito do Porto - (FCDP);
- Em 1949 é fundada a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio - (FPCCR);
- Em 2003, por escritura pública, dá-se a passagem da FPCCR para Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto - (CPCCRD), conforme existe atualmente.

3 ¬ COMUNICAÇÃO E MARKETING

a) A importância da Comunicação e do Marketing para o Associativismo

No exemplo de cartaz que se junta, mostra-se como tecnicamente deve ser feita uma boa comunicação e marketing de um evento:

1) Forte destaque para a mensagem principal (*Congresso Nacional*)

2) Forte destaque para os 3 objetivos para chamar a atenção dos DAVs e público: (*Cumprir os Estatutos – Aprofundar a Democracia – Reforçar a Participação*)
3) Segue-se o Programa que, de uma forma geral, só os interessados leem.
4) As Cores são as utilizadas no símbolo da CPCCRD.

A história das nossas coletividades e associações mostra que a ação coletiva de dirigentes, resultante da reunião de indivíduos com interesses e opiniões convergentes e divergentes, constituem como que um padrão associativo para muitos associados. Era, e ainda é, nas coletividades que as populações, muitas vezes carenciadas, têm acesso a espetáculos de variedades, cinema, televisão, teatro, práticas desportivas e culturais que de outra forma não teriam. Todavia, estas iniciativas carecem de divulgação eficiente: já não basta afixar um cartaz na porta da coletividade a anunciar a realização de uma iniciativa ou a realização de uma Assembleia Geral para que a participação seja garantida.

b) O que atualmente existe

- Fraca comunicação interna e sem liderança;
- Notas associativas regularmente enviadas para todas as filiadas sem confirmação de recebimento do destinatário;
- Mailings como forma de fazer chegar mais rapidamente a informação;
- Blog, que além de confuso é de pouca utilização como reporte de eventos;
- Plataforma MAP, uma ferramenta tecnológica com funcionalidades e serviços planeados que congrega muita da informação respeitante à Confederação, mas que é pouco divulgada, desajustada ao público alvo de coletividades filiadas, desatualizada na informação prestada, pouco acessível;
- Acervo de fotografias pouco acessível;
- A revista Elo Associativo, de periodicidade trimestral, que visa informar os Dirigentes e as populações dos aspetos mais relevantes do associativismo, as posições da Confederação em todas as matérias que digam respeito à atividade associativa, a troca de experiências e de notícias das filiadas, bem como dar conta da existência e atividade a entidades pública e privadas, nem sempre conta com a colaboração desejada;
- Redes socias, com especial destaque para a página no Facebook (https://www.facebook.com/pages/category/Nonprofit-Organization/Confederação-Portuguesa-das-Colectividades).

c) Principais destinatários

Naturalmente os principais destinatários serão os associados. É necessário envolvê-los não só como participantes nas atividades e divulgadores das mesmas, mas também na participação dos órgãos gestionários da sua

coletividade/associação. Os associados são considerados por vezes como os seus melhores embaixadores, dado o conhecimento adquirido dos pontos fortes e fracos da coletividade onde estão inseridos.

Devem igualmente ser considerados como fazedores de opinião na comunidade local os Parceiros, tidos como fornecedores de bens e serviços, professores das modalidades praticadas, pois também são conhecedores do bom ou mau funcionamento da coletividade.

4 ¬ PROPOSTA DE PLANO ESTRATÉGICO PARA O CASO CONCRETO DA CPCCRD

Considerando que:

- A CPCCRD tem recursos limitados. Os seus dirigentes e associados desempenham as suas atividades associativas de forma voluntária. Os dirigentes associativos encontram-se por todo país (ilhas Açores e Madeira incluídas); as suas localizações dão-lhe condições de trabalho muito diversas. Por outro lado, há a considerar as várias faixas etárias.
- A Comunicação só é relevante se ajudar a CPCCRD a atingir os seus objetivos e assegurar que os vários recursos (tempo, humanos, tecnológicos e orçamentais) são utilizados eficazmente e não desperdiçados em atividades não objetivadas.
- Comunicar pressupõe partilhar mensagens e conteúdos para um determinado público-alvo, de forma a captar a atenção, o interesse e ação pró-ativa. Passar a informação pressupõe apenas disseminar conteúdo sem o adaptar de forma a captar a atenção do público-alvo e o intuito pretendido com a mensagem.
- A utilização das ferramentas disponíveis *online* permite-nos chegar ao público-alvo de forma direta e com custos reduzidos, não obstante ainda se sentir a necessidade de chegar a públicos-alvo infoexcluídos.

E tendo em consideração o Diagnóstico Organizacional da CPCCRD elaborado pela equipa TurnAround Social, apresentamos o que entendemos dever ser comunicado, de um modo geral, ao público alvo:

- Funcionamento interno e externo da Confederação, através de notas associativas;

- Estabelecimento de canais de informação das iniciativas associativas de toda a estrutura, incluindo dos gabinetes Norte, Central e Sul, assim como das filiadas;
- Informar e prestar apoio às coletividades filiadas de forma a melhorar o seu funcionamento, o seu alcance e assegurar o cumprimento das suas obrigações legais.
- Estabelecer formas de chegar ao conhecimento da existência da CPCCRD às não filiadas, indicando vantagens de adesão.

O público-alvo deve ser tido em consideração nas diferentes formas de comunicação:

Comunicação interna

- Entre membros de cada órgão social e entre órgãos sociais;
- Estruturas (Federações Distritais, Associações Concelhias e Coletividades Elo)
- Associações filiadas na Confederação.
- Entre funcionários (as) e entre estes e os dirigentes.

Comunicação externa

- Associações não filiadas (potenciais filiados);
- Parceiros – Autarquias, Financiadores, Fornecedores e outras entidades;
- Governo e outras autoridades afins;
- Outros externos tais como: público em geral, os media, investigadores e outros interlocutores;

Tendo em consideração o público alvo e os recursos, as diferentes ferramentas a utilizar são:

- Carta/suporte papel via CTT, incentivando a substituição por formato digital;
- Email direto;
- Notas associativas enviadas por email ou em alguns casos disponibilizadas em papel;
- Questionários a dirigentes;
- Plataforma MAP;
- Website;
- Blog - confederacaoportuguesacpccrd.blogspot.com;

- Elo Associativo, enviado por email e disponível no site;
- Comunicação à imprensa de eventos ou informações de interesse nacional;
- Comunicação preferencial aos órgão de imprensa regional e local (rádio e televisão incluídos), tirando partido do efeito de proximidade;
- Cartazes, folhetos, brochuras, projeção de vídeos, brindes, etc. que evidenciem a imagem da CPCCRD;
- Redes sociais:
- Facebook Confederação - Facebook.com/confederacao.coletividades
- Facebook Capacitação - Facebook.com/capacitar.cpccrd
- Instagram CPCCRD - Instagram.com/cpccrd (a implementar)
- Twiter (a implementar)

Para a concretização deste plano estratégico de comunicação é necessário definir um Plano de ação.

Por fim, importa realizar uma Avaliação do trabalho. É importante efectuar com alguma regularidade uma reflexão sobre o balanço global da imagem da coletividade e da opinião geral que os seus destinatários têm dela, sendo que esta é, em grande medida, o resultado de todo um conjunto de comunicações da própria entidade.

Importante é também avaliar qual a eficácia obtida com as diversas campanhas de comunicação levadas a cabo, uma vez que nos permite fazer correções, ajustes ou melhorias.

Em resumo, no processo de avaliação é necessário:

- Auscultação das opiniões gerais sobre a Confederação;
- Avaliação da eficácia das campanhas e dos meios usuais de comunicação desenvolvidas pela Confederação;
- As avaliações devem ser feitas regularmente e em condições objetivas para casos bem definidos.

5 ¬ CONCLUSÃO

A missão central da Confederação é Comunicar, Capacitar, Dinamizar, com o objetivo de Valorizar, Apoiar e Representar o Associativismo em Portugal.

Ao terminar este meu trabalho final resultante do curso do Estudos

Avançados 2018/2019 em Gestão e Dinamização Associativa, procurei com o tema escolhido, Plano Estratégico de Comunicação da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), propor o desenvolvimento e a implementação de um Plano de Comunicação, ao mesmo tempo que reconheço quão útil está a ser para mim, enquanto cidadão de corpo inteiro e de dirigente associativo, aumentando e sistematizando os conhecimentos nesta área tão atual.

Trata-se de um processo trabalhoso e moroso. Pode e deve ser executado de forma parcial, planear atividades a médio e longo prazo, estabelecer prioridades, resultantes também de uma discussão colectiva dos dirigentes da Direção Executiva e Nacional, corpo técnico e funcionárias, tendo como certo que: quando se começa a refletir dentro de uma organização sobre comunicação, esta só pode melhorar.

ANEXOS II e III

BIBLIOGRAFIA

Dale Carnegie – "Como fazer amigos e influenciar pessoas", tradução de Fernando Tude de Souza (https://pt.calameo.com/read/000415616e7d2a6b51b07).

Matéria dada no Módulo "Gestão de recursos humanos", de António da Silva Mendes, do curso de Estudos Avançados em Gestão e Dinamização Associativa 2018/2019 – Universidade Lusófona.

Augusto Flor, Módulo "As Associações em Portugal. Passado, Presente e Futuro", do Curso de Estudos Avançados em Gestão e Dinamização Associativa 2018/2019 – Universidade Lusófona.

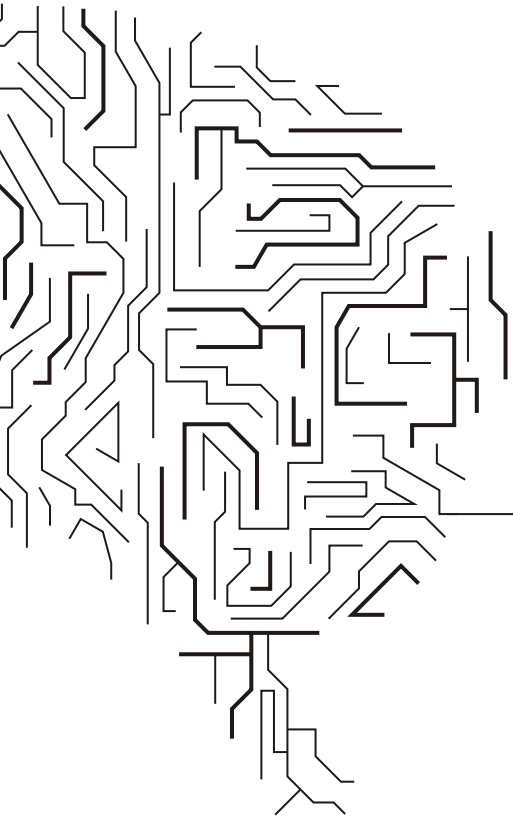
Livro do Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes, realizado em Novembro 2015.

Sérgio Pratas - Módulo "Introdução ao Estudo da Legislação Associativa", do curso de Estudos Avançados em Gestão e Dinamização Associativa 2018/2019 – Universidade Lusófona.

Rita Gomes Correia – Módulo Comunicação e Marketing do curso de Estudos Avançados em Gestão e Dinamização Associativa 2018/2019 Universidade Lusófona

Turnaround Social – Diagnóstico Organizacional da CPCCRD, Equipa: Maria da Saúde Inácio, Manuel Ribeiro, Joana Caldeira Martinho e Patrícia Costa (versão final retificada).

TurnAroud Social – Conclusão do Diagnóstico Organizacional da CPCCRD – Equipa: Maria da Saúde Inácio, Manuel Ribeiro, Joana Caldeira Martinho, Patrícia Costa.



JÚLIO NASCIMENTO

PRESIDENTE DA ACADEMIA
DAS COLETIVIDADES DO DISTRITO DO PORTO

O ASSOCIATIVISMO EM PORTUGAL

TEM FUTURO? TEM FUTURO...
TEM FUTURO! TEM FUTURO.

Sumário:

1 ¬ **Definição de associativismo**

2 ¬ **Associativismo, o seu passado**

3 ¬ **Associativismo, a sua legislação**

4 ¬ **Associativismo, o seu presente**

5 ¬ **Associativismo em Portugal tem futuro?**

1 ¬ DEFINIÇÃO DE ASSOCIATIVISMO

Constitui a forma de organização social alternativa, intermédia, quando a sociedade ou o indivíduo, por si só, não conseguem resolver os seus problemas. Ao conceito de associativismo está ligada a ideia de vivência coletiva, de novas experiências e enriquecimento de conhecimentos, pelo que as associações se apresentam, cada vez mais, como um espaço de enriquecimento intelectual, cultural, cívico e de democracia participada.

O Associativismo é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para os seus associados. Esse vínculo fortalece o trabalho em grupo e estabelece metas em comum. Esta prática, além de trazer vantagens para toda a sociedade, também permite uma rica troca de experiências entre os associados. É, portanto, um meio de agrupar pessoas com o objetivo comum de alcançar um bem maior para a coletividade. Assim, trabalhando com outros companheiros numa associação, consegue-se estabelecer e alcançar determinadas metas que não seriam de todo possível de serem conquistadas agindo individualmente. A atividade coletiva gera mais retorno, promovendo benefícios para todos os associados com maior facilidade e rapidez.

As Associações/Coletividades caracterizam-se por serem organizações da Economia Social, sem fins lucrativos: "ESNL - Entidades do setor não lucrativo"; e, terem sempre nos seus Órgãos Sociais pessoas que são Dirigentes Associativos Voluntários, Benévolos e democraticamente eleitos, em Assembleia Geral, pelos seus associados.

É de realçar a importância do número de associados de uma associação. Ele poderá ser um indicador de medição do cumprimento da sua missão e de verificação da real necessidade da sua existência. Este índice é acompanhado pela mensuração do envolvimento, do comprometimento, do orgulho em participar da associação, pois demonstra os "valores gerados" pela associação. Por isso, as associações devem procurar ter o maior número de associados, realizando não só campanhas de angariação, como também, inquéritos de satisfação e de opinião, junto dos associados, mas também da comunidade local. A quantidade de associados demonstra a força que a associação possui, permitindo que a instituição represente os seus interesses perante a sociedade, as Autarquias e o Governo. Alguém escreveu:

> *"O Associativismo é uma forma incontornável de representação das organizações junto do poder, contribuindo para a afirmação e promoção (e, nalguns casos, mesmo correção) da democracia representativa. É um*

dos caminhos para agir, intervir e viver de forma plena a nossa cidadania."

Será que podemos concluir que sendo o Associativismo um poder autónomo... Poderá ser entendido e valorizado como parte integrante dos:

"5 PODERES": Político, Económico, Religioso, Comunicação Social, Associativo?

2 ¬ ASSOCIATIVISMO, O SEU PASSADO

Desde muito cedo, o Homem percebeu que, afinal, o todo é bem maior que a soma de todas as partes. E, ao fim de mais de 2 milhões de anos de evolução, é incontornável que um dos fatores que mais contribuiu para o sucesso da nossa espécie é o facto de sermos fortemente gregários. Ao longo da História foram muitas as expressões, as formas, como se revestiu esta apetência associativa das comunidades humanas. Foram sendo fundadas por motivos solidários, religiosos, culturais, políticos, desportivos.

Resumindo: O Movimento Associativo Português regista as primeiras associações no século XVIII. Nos séculos XIX e XX (Revolução Industrial – Implantação da República) verifica-se a afirmação de uma consciência social forte, com aparecimento do confronto entre classes e de fenómenos de reivindicação coletiva. Durante o período de 1926 até 25/Abril/1974, designado por "Estado Novo", o movimento associativo sofreu fortes condicionalismos, com a redução da liberdade de associação. Após a revolução de 1974, a liberdade de associação é reposta e consagrada constitucionalmente em 1976 e a criação e desenvolvimento das associações é impulsionada e acarinhada.

3 ¬ ASSOCIATIVISMO, A SUA LEGISLAÇÃO

O Associativismo obedece a quatro Diplomas Fundamentais:

1. A Constituição da República Portuguesa,
2. O Código Civil,
3. A Lei de Bases da Economia Social,
4. O Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário

Nesta hierarquia de Diplomas terão de se enquadrar, ainda, os seguintes atos normativos:

- Os Estatutos da Associação (no básico / mínimo define 7 matérias em 7 artigos), com escritura pública;
- O Regulamento Interno (mais completo e específico), com aprovação em Assembleia Geral;
- O Regimento (quando se justificar).

É de salientar que as várias "Entidades da Economia Social" (com exceção das "Fundações" que têm legislação própria na SECÇÃO III, do Código Civil), têm ou como boas práticas, nos seus Estatutos, ou por Lei, a obrigatoriedade da realização anual não de uma, mas sim de duas Assembleias Gerais Ordinárias, conforme seguinte quadro:

ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL	**LEI** (Assembleia República) **DECRETO LEI** (Governo) **ESTATUTOS** (Associação)	**RELATÓRIO E CONTAS** (do ano anterior)	**PLANO DE AÇÃO/ DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO** (para o ano seguinte)	**CONVOCATÓRIA ANTECEDÊNCIA** (mínimo número de dias)
CNIS Confederação Nac. Inst. Sociais - Estatuto das IPSS	D. Lei nº 172 - A/2014	SIM até 31/Março	SIM até 30/Novembro	15 dias
Misericórdias = Estatuto das IPSS	D. Lei nº 172 - A/2014	SIM até 31/Março	SIM até 30/Novembro	15 dias
Código Cooperativo	Lei nº 119/2015	SIM até 31/Março	SIM até 30/Dezembro	15 dias
Código Associações Mutualistas	D. Lei nº 59/2018	SIM até 31/Março	SIM até 30/Dezembro	15 dias
ANIMAR	Estatutos	SIM até 31/Março	SIM até 30/Novembro	10 dias
Confederação Portuguesa Colectividades Cultura, Recreio e Desporto	Estatutos	SIM até 31/Março	SIM até 30/Dezembro	30 dias a)

CONCLUSÃO:

Pelo que fica exposto no quadro, por aquilo que é prática corrente, seja no Governo, seja nas Autarquias, verifica-se a boa prática de apresentar no último trimestre de cada ano: Planos de Ação / Atividades e Orçamento para o ano seguinte e no primeiro quadrimestre do ano: Relatórios e Contas de ano anterior; isto significa que o Código Civil em vigor necessita de ser devidamente actualizado.

4 ¬ ASSOCIATIVISMO, O SEU PRESENTE

Hoje, o Dirigente Associativo Voluntário tem de ter uma atitude "profissional", tendo em conta o compromisso, a responsabilidade e a transparência que a função acarreta. É cada vez mais importante a sensibilização e a capacitação dos Dirigentes Associativos, considerando as responsabilidades que têm no desempenho dos seus cargos. Senão vejamos as obrigatoriedades dos últimos anos:

- Ano de 2012 – Obrigatoriedade de Declaração de Rendimentos – Modelo 22.
- Ano de 2016 – Obrigatoriedade de afixação da "Entidade de Resolução de Conflitos de Consumo", sempre que exista: prestação de serviços ou fornecimento de bens, e, por consequência exista um consumidor.
- Ano de 2017 – Obrigatoriedade de Entrega do IES – Informação Empresarial Simplificada, para algumas Entidades do Setor Não Lucrativo.
- Ano de 2018 – Obrigatoriedade (reforçada) de efetuar Medidas de Autoproteção Contra Incêndios, em sedes e instalações desportivas e culturais.
- Ano de 2018 – Ter em atenção o RGPD – "Regulamento Geral de Proteção de Dados".
- Ano de 2019 – Obrigatoriedade do RCBE - "Registo Central do Beneficiário Efetivo".

Apesar de tudo, gostaria de aqui referenciar algumas atividades dignas de registo por tudo o que representam (artigos do "Jornal de Notícias de Julho e Agosto de 2019):

1. Romaria da Senhora d'Agonia – Viana do Castelo

Centenas de Romarias em Agosto dinamizam economia e reforçam laços
Centenas de festas populares e romarias inundam o país neste mês de agosto, com maior preponderância no Norte. Só na região de Turismo do Porto e Norte de Portugal, que publicou um guia "Festas e Romarias Norte de Portugal" com as principais, são 279 ... Há pagamentos de promessas a santos, bailes animados por conjuntos musicais, decorações, restaurantes cheios e nas romarias de maior dimensão – como a Sra. da Agonia (Viana do Castelo), Sra. dos Remédios (Lamego), Sra. da Assunção (Póvoa de Varzim) e Gualterianas (Guimarães) – alojamentos lotados. Muitos "esperam pelas festas como chuva para terra seca", pelos proveitos económicos que geram. São "balões de oxigénio" para bandas e coletividades. Tal como os artistas, também os "cerca de 1800 grupos folclóricos do país", diz Daniel Café, presidente da Federação do Folclore Português, viajam de norte a sul, integrando os programas. As romarias, afirma "geram movimento e ajudam a dinamizar a economia de uma forma que ainda está por estudar", mas que não deve ser "desvalorizada".

Cada vez há mais estrangeiras no desfile da Senhora d'Agonia
Hoje, primeiro dia das principais festas de Viana, entre as 619 mordomas, há meia centena do resto do mundo, do Brasil à República Checa. Mas também de França, Luxemburgo, Andorra e Reino Unido. É o orgulho e a "chieira" (vaidade no léxico tradicional) de brilhar num dos mais apetecidos números das festas... Algumas mordomas levam mais que um quilo de ouro, ouro de qualidade. Portanto, temos à vontade, 600 quilos aqui.

Cortejo abençoado com multidão por Santa Luzia e S. Bartolomeu
Desfile histórico e etnográfico com três mil figurantes marcou segundo dia da romaria da Senhora d'Agonia.

2. Viagem Medieval – Feira

Recriações históricas rendem milhões e enchem cidades por todo o país
O verão arranca e as feiras medievais começam a encher cidades e vilas, que viram palco da História de Portugal, contada em jeito de mercado e

espetáculo. Há mais de 120 recriações históricas em Portugal. As câmaras investem milhares e o retorno conta-se em milhões. Hotéis, lojas, restaurantes, mercadores, é uma loucura de faturação que dá fôlego ao comércio local. Na quarta feira arranca a maior do país: a Viagem Medieval em Terra de Santa Maria. E, num raio de dez quilómetros, o alojamento está esgotado. "Há relatos de unidades hoteleiras em Gaia e Gondomar cheias por causa da Viagem Medieval", diz Paulo Sérgio Pais, da empresa municipal Feira Viva. O evento que retratará o reinado de D.Fernando recupera os 1,5 milhões investidos, "entre bilheteira, patrocinadores, aluguer de espaços e merchandising". Num recinto com 6 restaurantes, 23 tabernas e 220 lojas de regatões, mercadores ou artesões, os comerciantes pagam entre 500 a 10.000 euros para estar ali. Parece valer a pena. Um estudo sobre o impacto económico do evento revelou que o retorno ultrapassa os 12 milhões. Uma verba que também enche as contas de associações e coletividades. "Estão envolvidas nas áreas temáticas, na animação circulante, nos espetáculos, na área alimentar. Há uma participação local que ultrapassa os 80%", revela Joaquim Tavares, da Federação das Coletividades.

3. "Um porto para o Mundo" – Vila do Conde

Centenas de atores em palco a contar a história da sua terra numa homenagem aos homens do mar e aos construtores de barcos
"É como se fossemos uma enorme família", diz sorrindo, Johann Knorr. A coreógrafa Isabel Maia destaca "a troca de ideias entre áeas diferentes, que vão do teatro à dança e à encenação e o banho de história". Maria Goreti aproveita a oportunidade de cantar, que nunca teve em criança. E todos, novos e velhos, vindos de todo o concelho, sem qualquer experiência de teatro, acabam a fazer, todos os anos, em Vila do Conde, o maior espetáculo musical de rua do país. Na 5ª edição de "Um porto para o Mundo", a mulher terá um papel de destaque. "As pessoas estão mais afiadas, depois de participarem quatro anos", diz Amauri Alves, o encenador, experiente na gestão de grandes elencos, que vem do Brasil para dirigir "Um porto para o Mundo". Este ano, há passagens históricas do século XX e isso traz emoção acrescida; o bota abaixo do último barco de madeira saído dos estaleiros navais do centro da cidade, em 1994, e o duro trabalho das mulheres na Seca

do Bacalhau foram momentos que muitos dos que ali estão viveram ou ouviram pais e avôs contar e, por isso, a música sai "diretamente da alma"... Ali, há fado, há cheiro a marchas populares e a revista portuguesa, uma pitada de folclore, um pop à mistura. São quatro meses e meio de pesquisa, gravações e muito trabalho. Todas as vozes são de quem está no palco. Os números são impressionantes: 405 atores em palco, 930 peças entre adereços e cenários, mil peças de roupa...
a presidente da Câmara, Elisa Ferraz que assistiu ao ensaio geral, disse que o evento nasceu em 2015 para dar visibilidade à candidatura da construção naval em madeira de Vila do Conde a Património Imaterial da Humanidade. Usava-se o cenário natural – a réplica da nau quinhentista, ali em pleno centro histórico – e as gentes da terra. Hoje, o espetáculo é muito mais: é partilha, é inclusão, é interajuda, é formação, é cultura. E o sucesso cê-se na adesão cada vez maior de participantes e de público.

Este espetáculo foi transmitido na RTP no dia 19 de Agosto de 2019.

Estes exemplos referenciados são talvez um patamar de excelência que naturalmente poderão não estar ao alcance de todos os dirigentes associativos, até porque no básico já lhe são pedidas uma boa série de competências:

- ➤ Liderança e Gestão de Equipas;
- ➤ Gestão de Recursos Humanos;
- ➤ Gestão das Emoções e Inteligência Emocional;
- ➤ Relacionamento Interpessoal e Gestão de Conflitos.

5 ¬ ASSOCIATIVISMO EM PORTUGAL TEM FUTURO?

Em resposta, na minha opinião, é SIM; porque apesar do encerramento de muitas, hoje temos várias associações e coletividades centenárias, cujos dirigentes associativos foram bem capazes de ultrapassar toda uma série de problemas e dificuldades, incluindo duas guerras mundiais... O Movimento Associativo Popular tem vindo a crescer (são já mais de 30.000 entidades), assim como a sua representatividade institucional através da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, seu principal representante e que, por assim dizer, se encontra à porta de comemorar o seu centenário, em 2024.

O ASSOCIATIVISMO EM PORTUGAL, TEM FUTURO...

Claro que são muitas as reticências, claro que são muitas as dificuldades a ultrapassar, desde logo e como atrás foi descrito:

a) Legislação desajustada que verdadeiramente não discrimina positivamente as entidades não lucrativas.
b) A falta de apoio, reconhecimento e valorização do trabalho voluntário do Dirigente Associativo.
c) Formação e capacitação dos Dirigentes Associativos Voluntários.

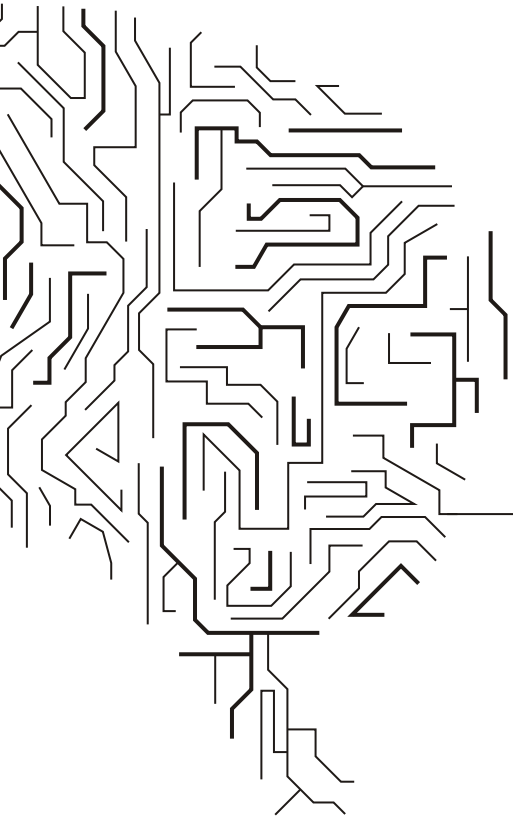
O ASSOCIATIVISMO EM PORTUGAL, TEM FUTURO!

A reinvindicar para futuro, em termos nacionais e locais:

- Revisão do Código Civil,
- Revisão do Estatuto do Dirigente Associativo,
- Criar o Estatuto Fiscal da Economia Social,
- Revisão do Regime de Arrendamento para as Associações / Coletividades.
- Criar o Estatuto de Utilidade Pública ou Interesse Público – Municipal,
- Participação nos órgãos de consulta: Conselhos Municipais do Associativismo, Desporto, Cultura, Juventude...
- Criar Regulamentos Municipais de Apoio ao Associativismo,
- Criar Gabinete de Apoio ao Associativismo tipo "Balcão Único" para Licenças, pagar taxas e outras obrigações legais; bem como, ajuda na candidatura a fundos municipais e outros.
- Apoiar no apoio à realização de Medidas de Auto Proteção em sedes e instalações desportivas e culturais.
- As Autarquias deviam promover a Formação / Capacitação dos Dirigentes Associativos.
- Promoção e sensibilização do Associativismo, no meio académico.

O ASSOCIATIVISMO EM PORTUGAL, TEM FUTURO.

Aqui chegados, terá ficado a perceção de que muito mais havia a dizer. Olhando para o umbigo, terá que ser dito que para além do muito a fazer, também é muito importante procurar evitar a divisão interna. Pensar que a união faz a força e assim será mais fácil conquistar um futuro mais risonho para o Movimento Associativo em Portugal.



DANIELA PANINHO

PSICÓLOGA

LIDERANÇA E GESTÃO DE EQUIPAS

Sumário:

1 ¬ INTRODUÇÃO

2 ¬ INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

3 ¬ ESTILOS DE LIDERANÇA

4 ¬ CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA/FONTES

1 ¬ INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, as associações desempenham um papel essencial, pois possuem o poder de lidar com questões que importam para as comunidades com as quais estão envolvidas e de onde "nascem". Apesar da importância de atender aos programas e operações, não se pode descurar o capital humano. Cada organização dedicada a responder a necessidades da comunidade e a alcançar mudanças sociais necessita definir uma direção para o seu trabalho, gerar e manter a dedicação e empenho dos seus membros (direção, associados, colaboradores, voluntários, utentes…) para com o trabalho que desenvolvem, bem como adaptar-se aos desafios emergentes dos contextos em permanente mudança. O empenho permite a coesão, a coordenação e o investimento necessários para que as ações desenvolvidas possam ser frutíferas face aos obstáculos e desafios que venham a encontrar (e não são poucos!).

Líder é aquele que sabe para onde ir, como lá chega, e que conduz e coordena os seus seguidores para um fim comum. Para tal, o líder deve exercer influência, ter autoridade pessoal (informal), mas acima de tudo deve liderar pelo exemplo.

Liderança e Gestão são conceitos distintos. O papel de gestor pressupõe racionalidade, planeamento, controlo, disciplina, burocracia, base em números e relações quantitativas. Um líder é emotivo, vê para além do conhecido, tem uma visão de futuro, projeta, encoraja, motiva e leva a transformações pessoais e organizacionais. Assim, um líder comunitário considera o seu trabalho relevante para a comunidade, mas também gratificante do ponto de vista pessoal, sendo caracterizado por um espírito de confiança, otimismo e eficácia, bem como por um forte sentimento de responsabilidade para com as expectativas da sua comunidade. Podemos depreender que um líder comunitário "move-se pelo coração". Muitas vezes, a autenticidade que legitima o líder comunitário, perante a comunidade que representa, advém da sua experiência de vida e envolvimento em episódios ou acontecimentos considerados, pela sua comunidade, como significativos e marcantes para a história e identidade coletiva.

A liderança na organização tem a responsabilidade pelo desenvolvimento de uma visão ampla com a realidade das organizações, pela criação de estratégias para implementação comunicação seja eficiente e eficaz de modo a gerar valores para os *stakeholders* (Boaventura, 2016). E, na atualidade, atendendo à escassez de recursos (humanos, materiais e financeiros) das organizações, a procura de parcerias e apoios é cada vez mais um processo fulcral para o alcance dos

objetivos organizacionais e sociais. O trabalho em parceria fomenta a colaboração entre parceiros no sentido de partilharem recursos e trabalharem, em conjunto, na produção de soluções práticas e inovadoras, aumentando a sua capacidade para encontrar alternativas criativas, eficientes e potencialmente mais eficazes e sustentáveis para responder aos problemas das comunidades.

2 ¬ INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

O primado do QE (quociente emocional) em relação ao QI (quociente cognitivo) na liderança tem despoletado a atenção de inúmeros estudiosos, investigadores e curiosos. As emoções (positivas ou negativas) dos líderes contagiam: se transmitem entusiasmo e energia, a organização progride, desenvolve-se; se espelham negativismo e conflito, a organização não desenvolve e pode mesmo regredir.

Inteligência emocional implica reconhecer sentimentos ou emoções em si e nos outros, saber geri-los, utilizá-los para se automotivar e aplicá-los nas diversas relações que desenvolve.

As competências que se relacionam com a inteligência emocional são: autoconsciência, autorregulação, motivação, empatia e competências sociais.

A autoconsciência é vista como sendo o conhecimento que temos de nós próprios: saber quais são os nossos pontos fracos, pontos fortes, valores e o impacto que isso tem nas outras pessoas – forçando, essencialmente, a uma boa perceção. Na prática, é semelhante à autoconfiança e a críticas construtivas. Se for um líder, saberá os prazos para entrega dos projetos. Um líder autoconsciente e emocionalmente inteligente consegue gerir e planear o seu tempo corretamente, fazendo com que o projeto seja concluído com a maior antecedência possível, afastando-se ao máximo do fim do prazo desse projeto.

A autogestão é a capacidade de controlar os impulsos e o mau humor. Pense em confiança, integridade e conforto com a mudança. Não deixa que as suas emoções o paralisem e organiza os seus pensamentos de forma positiva, equilibrando as suas emoções com as suas paixões. Por exemplo, se um membro da equipa prejudicar uma apresentação, o colaborador hierárquico responsável deverá resistir ao máximo para não gritar mas, em vez disso, considerar possíveis razões para o fracasso, explicando as consequências aos seus colaboradores e explorando as soluções em conjunto.

A motivação é conseguir celebrar o cumprimento dos objetivos só pelo simples facto do seu cumprimento. A paixão que tem pelo trabalho que faz, o otimismo e a energia para melhorar são as principais características de uma pessoa emocionalmente inteligente e motivada.

Empatia é a compreensão do contexto emocional das outras pessoas. É visível a presença de outros sentimentos, especialmente aquando da toma de decisões. Algumas características adjacentes da empatia são a especialização na contratação e a retenção de profissionais de topo, bem como a capacidade de desenvolver a sensibilidade para conseguir unir pessoas com diferenças culturais notórias.

E, por fim, as competências sociais, que são construídas através do relacionamento com os outros, isto para que se consiga caminhar na direção pretendida e desejada.

Goleman *et al.* (2002) consideram que a liderança se pode processar de duas formas: com ressonância ou com dissonância.

A palavra ressonância tem origem em "ressoar", fazer eco, aumentar o volume ou som. Quando um grupo de seguidores vibra com a animação e energia do líder é sinal que há liderança com ressonância; a ressonância é uma capacidade dos líderes emocionalmente inteligentes (Goleman *et al.*, 2002). São líderes que estimulam a autoconfiança, a esperança no futuro, entusiasmam os seguidores, atraem e fixam os melhores colaboradores, e conseguem mais eficácia no progresso.

Já a palavra "dissonância" significa, sons ásperos, desagradáveis; tanto em termos musicais como em termos humanos, a dissonância designa a falta de harmonia (Goleman *et al.*, 2002). A influência negativa (denominada dissonância) favorece nos seguidores estados emocionais negativos como defensividade, angústica, baixa autoestima ou até mesmo raiva. Pessoas sistematicamente expostas à influência de um líder dissonante vivem sob tensão e adotam uma reação de evitamento. São líderes pessimistas, frustrados, ansiosos, presos às dificuldades, e que acabam por afastar os seguidores e "perder os melhores".

3 ¬ ESTILOS DE LIDERANÇA

Goleman *et al.* (2002) apresentam seis estilos de liderança: visionário, conselheiro, relacional, democrático, pressionador e dirigista.

3.1. Liderança Visionária

Como o próprio nome sugere, a liderança visionária é aquela que olha para o futuro com "outros olhos" e sob óticas diferenciadas. Trata-se de um líder que possui "visão de águia" e consegue "prever o futuro". Prepara-se para as mudanças, desafios e oportunidades, além de calcular riscos antes mesmo que eles aconteçam. Além disso, o líder visionário consegue captar o potencial máximo da sua equipa, e por isso está sempre a motivar e a proporcionar o crescimento de cada um para o alcance de resultados cada vez mais extraordinários. Dá liberdade para inovar, para experimentar, para assumir riscos calculados. Para além da sua capacidade de inspirar e da sua transparência, é um líder empático, coloca-se no papel do outro. A capacidade de captar e perceber os sentimentos dos outros torna o líder capaz de exprimir visões que sejam efetivamente inspiradoras e cativantes (Goleman *et al.*, 2002).

É um estilo eficaz em situações de transformação, de necessidade de mudança, de projeção de novas visões e novas direções, ou para reter seguidores com mais valor. O líder deve ser encarado como um perito, com conhecimento teórico e prático sobre a situação em causa. Todavia, é um estilo que não resulta em situações em que o líder não é o que detém maior conhecimento de causa, ou em equipas autodirigidas.

3.2. Liderança Democrática

A liderança democrática é um estilo onde o líder e seguidores participam juntos das decisões e tarefas. O mérito é de todos. Funciona como numa democracia: todos decidem e o líder age como representante dos seguidores.

Este tipo de líder recorre ao contacto pessoa a pessoa, seja em reuniões, seja em ambiente informal, para ouvir a opinião de todos. É imprescindível um sentimento de confiança entre todos para obter adesão e empenho (Goleman *et al.,* 2002).

É um estilo eficaz perante a necessidade de consenso e colaboração de todos, quando os seguidores são competentes e têm capacidade crítica sobre o caminho a seguir. Contudo, não é eficaz em situações de conflito, de crise, ou quando os seguidores não possuem experiência ou conhecimentos suficientes sobre a situação.

3.3. Liderança Relacional

Na liderança relacional a ênfase vai para as pessoas e para as relações geradas entre elas, com o objetivo de se estabelecer a confiança e um espírito de

grupo. A primazia está na satisfação das pessoas e das suas necessidades, sendo o desempenho e os resultados diretamente influenciados por estes. Assim, este tipo de líder esforça-se por manter as pessoas felizes, por criar harmonia e por gerar ressonância na equipa (Goleman *et al.*, 2002).

É um estilo eficaz em situações em que é necessário resolver conflitos, de motivar em períodos mais difíceis, de melhorar a forma de comunicar, ou de fomentar a confiança anteriormente ferida. Todavia, Goleman *et al.* (2002) sublinham que os líderes que abusam deste estilo não prestam suficiente atenção à necessidade de dar orientação corretiva que possa ajudar os seguidores a melhorar. De igual forma, a demasiada concentração nas apreciações e nos elogios pode levar a que não sejam corrigidos os maus desempenhos, e os seguidores interpretam isso como tolerância à mediocridade.

3.4. Liderança Conselheira

O líder conselheiro encoraja os seguidores a estabelecer objetivos de longo prazo e ajuda a idealizar um plano para alcançá-los. O foco, antes de tudo, é no desenvolvimento pessoal, não em tarefas imediatas relacionadas ao trabalho. Como Goleman *et al.* (2002) afirmam, o líder conselheiro ajuda os seguidores a identificar pontos fortes e fracos, ligando-os às suas aspirações tanto pessoais como profissionais e assim conseguindo motivar todos. Apesar do seu foco não estar nos lucros contabilísticos, ao relacionar os desejos dos seguidores com os objetivos da organização, acaba por os conseguir de forma indireta.

É um estilo de liderança eficaz quando os seguidores estão motivados, são proativos e procuram efetivo desenvolvimento pessoal e profissional. Todavia, o líder conselheiro falha quando os seguidores têm falta de motivação ou quando exigem demasiada orientação profissional e *feedback*. Assim como quando o líder não é especialista.

3.5. Liderança Dirigista

O líder dirigista é aquele que afirma "É assim porque eu digo"; exige obediência "cega" sem se preocupar em explicar as razões da sua forma de atuar (não dão *feedback*). Ao invés de delegarem responsabilidades, os líderes dirigistas procuram manter controlo rígido sobre as situações para as dirigir na totalidade. São líderes que raramente elogiam os seus seguidores e, pelo contrário, fazem críticas frequentes. Desta forma acabam por desgastar a boa disposição dos seus seguidores, retirando-lhes motivação e gosto pelas tarefas.

Goleman *et al.* (2002) referem que apesar dos vários efeitos negativos, o estilo dirigista tem um papel importante em situações de crise, assim como com seguidores difíceis, que não cumprem com as suas tarefas.

3.6. Liderança Pressionadora

Neste tipo de liderança, o líder espera excelência dos seus seguidores e dele próprio. O líder pressionador dá o exemplo, marca o ritmo, e apresenta elevados níveis de desempenho. Este estilo é também pautado por uma elevada capacidade de iniciativa, que se traduz numa aptidão para estar sempre pronto a aproveitar ou descobrir novas oportunidades de vencer. É um estilo que pode ter muito êxito, especialmente em áreas técnicas, com profissionais altamente especializados, ou com uma força de vendas muito agressiva.

Este líder deteta rapidamente os seguidores que têm desempenhos mais fracos, pede-lhes que melhorem e, se estes não correspondem, é o próprio líder que intervém para salvar a situação.

É um estilo que pode proporcionar bons resultados quando os seguidores são competentes e motivados e não necessitam de muita orientação. Contudo, se esta forma de liderança for mal-executada ou aplicada em excesso pode fazer com que os seguidores se sintam pressionados para além das suas possibilidades, gerando dissonância.

Analisando os prós e contras dos diferentes Estilos de Liderança apresentados, podemos depreender que não existe um estilo ideal. O segredo de um bom líder está na flexibilidade do uso do estilo de liderança com base na situação concreta.

4 ¬ CONSIDERAÇÕES FINAIS

De diretores a voluntários, todos os que fazem parte de uma associação têm um papel a desempenhar na criação de práticas de liderança sustentáveis e emocionalmente inteligentes que podem ter um impacto poderoso e contribuir significativamente para o sucesso organizacional a longo prazo.

Além disso, as práticas de liderança focadas no futuro podem acomodar várias gerações e levar as organizações a um futuro promissor.

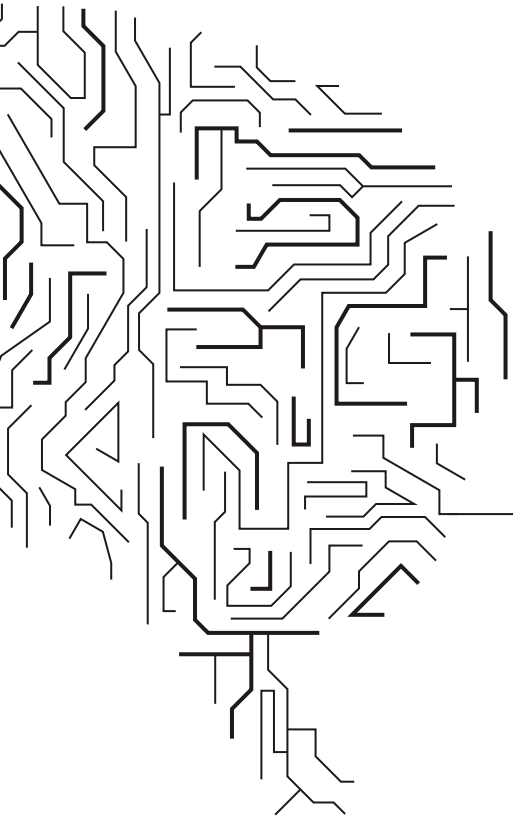
Em resumo, sintetizo algumas das práticas recomendadas de liderança:

- Foco na qualidade das relações: as pessoas precisam se sentir valorizadas e dar oportunidades para cultivar trocas sociais positivas;
- Foco na missão e nos valores da organização: eles não devem ser percebidos como um conceito abstrato, mas como algo quase tangível que tem um impacto real no mundo real;
- A motivação não é apenas intrínseca: há fatores externos que contribuem para ela, como salários, benefícios e pacotes de incentivo. Os caminhos do avanço profissional devem ser claros e deve haver oportunidades de crescimento. É importante ser claro sobre o que é necessário para assumir responsabilidades e fornecer as ferramentas para alcançá-las. Estes podem incluir uma combinação de programas de formação internos e externos, diferentes tipos de orientação, grupos de apoio de pares, etc.;
- Proporcionar oportunidades de autoavaliação e reflexão;
- Priorizar a formação adaptada às necessidades individuais;
- Manter canais de comunicação claros e fazer as perguntas certas;
- Transparência e consistência também devem ser aplicadas à tomada de decisões e à estrutura organizacional.

BIBLIOGRAFIA / FONTES

BOAVENTURA, Nelma (2016), *Estilos de Liderança Adoptados nas PME*. Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais. Setúbal: Escola Superior de Ciências Empresariais – Instituto Politécnico de Setúbal.

GOLEMAN, Daniel; Boyatzis, Richard, e Mckee, Annie (2002), Os novos líderes. A inteligência emocional nas organizações, Lisboa: Gradiva



DEOLINDA NUNES

TÉCNICA DO CIRIEC PORTUGAL
E DIRIGENTE ASSOCIATIVA

A ECONOMIA SOCIAL
UM NOVO PARADIGMA PARA A SOCIEDADE?

Sumário:

1 ¬ INTRODUÇÃO

1.1 Âmbito

1.2 Abordagem histórica

1.3 Objetivo geral

1.4 Questões

1.5 Método

2 ¬ ANÁLISE DOCUMENTAL E ESTADO DA ARTE

2.1 Observação participante

3 ¬ CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 ¬ INTRODUÇÃO

1.1. Âmbito

Este trabalho insere-se no Curso de Estudos Avançados em Gestão e Dinamização Associativa, que decorreu na Universidade Lusófona, ao abrigo do projeto de capacitação promovido pela CPCCRD – Confederação das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto e pretende ser a súmula das aprendizagens e conhecimentos adquiridos ao longo deste percurso formativo.

Pese embora a premissa acima, decidimos usar as aprendizagens adquiridas para complementar o nosso conhecimento sobre o sector da Economia Social e fazer uma breve explanação do que consideramos ser o seu papel nas mais diversas realidades sociais.

Poderíamos ter efetuado uma abordagem mais centrada nas matérias ministradas, o que de alguma forma iremos fazer, mas consideramos que todas as formas de Associativismo, que na sua maioria representam e compõem o sector da Economia Social, são na generalidade de uma relevância incontornável em todas as realidades sociais e épocas.

1.2 Abordagem histórica

Numa perspectiva histórica, o sector ao qual hoje chamamos da economia social emergiu no séc. XVIII no seguimento de convulsões sociais várias, mas que podemos aglutinar nas Revoluções Industrial e Francesa.

No séc. XIX vários foram os autores que pensaram e escreveram sobre a economia social, pois o papel social e contributos destas organizações para o desenvolvimento sócio-económico e local, tal como para a resolução das problemáticas sociais e o controle do descontentamento das massas, era deveras evidente e relevante.

Ao observarmos os acontecimentos históricos da época, torna-se perceptível que a Revolução Francesa, de onde emanaram e se evidenciaram os valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, foi o grande impulso da génese dos movimentos associativos ligados ao proletariado e ao apoio dos mais desfavorecidos e discriminados.

Garrido, A. (2016) diz-nos: *"Para fins previdentes e por afiliações de grupo ou de classe, o trabalho associou-se, a fim de opor soluções humanas e cooperativas a problemas sociais concretos.*

Precipitada pelos problemas sociais abertos pelas sociedades industrializadas, nas suas múltiplas formas criativas a economia social foi imaginada como projecto alternativo de sociedade, ante o capitalismo liberal e contra os seus nocivos efeitos sobre o bem-estar social".

A relevância deste fenómeno social emergente da sociedade civil foi igualmente o rastilho para o surgimento de correntes teóricas e políticas de onde se destaca o "socialismo", cujos percursores são os socialistas utópicos.

É neste ambiente de movimentos e convulsões sociais que aparecem as primeiras cooperativas, que de alguma forma interiorizam os valores do socialismo e têm como principal missão potenciar o emprego e reduzir as desigualdades. Mais, através destas organizações vai-se assistindo ao desenvolvimento dos movimentos associativos operários, que eram determinados pelas várias correntes, tais como o marxismo, o anarquismo e o socialismo revolucionário.

Desde então o caminho tem sido feito tendo por base um ideal e, mais que uma solução temporária e paliativa, o setor da economia social foi-se tornando num novo paradigma de modelo societal que até hoje continua a ser desejado e construído por muitos. Um modelo que consegue aliar a rentabilidade económica com a solidariedade e com o "social".

Mais do que um modelo assistencialista, observa-se que existe uma maior participação dos cidadãos na construção de soluções para as problemáticas e necessidades individuais e sociais. Conceitos como o *empowerment* e/ou o *recovery* advêm desta participação efetiva dos indivíduos na resolução dos seus problemas.

O primado da Economia Social é o Homem, não o lucro e esse é o caminho que poderá trazer a solução para a maioria das agudas problemáticas sociais a que todos os dias assistimos e estamos sujeitos, tanto em Portugal como internacionalmente, porque o real desenvolvimento é o que é económico, social, cultural e sustentável.

Desde a sua génese que a sua real missão é a criação de valor social, através do reforço da coesão social, da promoção da cidadania ativa, da participação, da sustentabilidade e inovação, da preservação ambiental e desenvolvimento tecnológico responsável, da criação de capital humano e social, contribuindo inequivocamente para a mudança social efetiva.

O Professor Jorge de Sá, Presidente do CIRIEC Internacional e do CIRIEC Portugal, na sua intervenção no passado dia 29 de março na Jornada Nacional de Reflexão "A Economia Social no Portugal 2030" promovida pela CPES, Confederação Portuguesa de Economia Social, conduz-nos até às origens da

Economia Social e relembra-nos da importância crescente que tem assumido nas sociedades contemporâneas, atingindo uma dimensão inimaginável "1200 milhões de pessoas em todo o mundo". "O objetivo estratégico que se coloca agora é o de dar força à Economia Social portuguesa para que esta ganhe uma presença política, social, económica e cultural... Sendo para isso necessário alcançar uma plena representação institucional". Jorge de Sá destaca, ainda, que só com uma boa comunicação se poderá "afirmar os princípios e os valores da Economia Social, enquanto motor de integração e de coesão social, combatendo a fragmentação do modelo dominante".

1.3 Objetivo geral

Este estudo tem como objetivo evidenciar o papel e o trabalho que as entidades da Economia Social têm e fazem nas comunidades, junto das populações e na sociedade em geral, nos mais diversos contextos sócio-económicos. Pretende igualmente perceber se o sector marca a diferença pela positiva, através da aplicação dos formatos de gestão e controle que pratica.

1.4 Questões

O que é e o que representa o sector da Economia Social na contemporaneidade?

O desenvolvimento teórico e as práticas da Economia Social, que são comuns entre si, podem levar à emergência de uma ideologia comum?

Ou a sua heterogeneidade, que se apresenta como uma das suas maiores riquezas, pode levar à impossibilidade dessa emergência?

1.5 Método

Para efetuarmos este trabalho decidimos utilizar o método descritivo. Para a obtenção dos dados utilizámos como técnicas a análise documental, o estado da arte e a observação participante.

2 ¬ ANÁLISE DOCUMENTAL E ESTADO DA ARTE

A definição do conceito de Economia Social tem despertado ao longo dos tempos muita controvérsia nos pensadores deste fenómeno social e a emergência de diferentes abordagens teóricas.

Podemos, no entanto, dividi-las em duas grandes vertentes; a francófona e a anglo-saxónica.

Citando Caeiro, J. (2008) "*... podemos, no que respeita ao conceito de economia social, considerá-lo segundo duas vertentes: a primeira, a francófona, define como o conjunto de instituições sem fim lucrativo com personalidade jurídica própria que produz serviços fora do mercado, a favor das famílias e cujos excedentes, se os tiverem, não podem ser apropriados pelos mesmos agentes económicos que as controlam ou financiam.*

Na segunda, a vertente anglo-saxónica, o seu conceito obedece a cinco critérios fundamentais tendo por base a classificação da Jonh Hopkins University e devem:

a) respeitar o principio da não distribuição de benefícios entre os seus proprietários ou administradores, mas, se eventualmente estes existirem, só devem destinar-se em exclusivo ao desenvolvimento dos seus fins ou a novos investimentos;
b) serem entidades privadas;
c) serem entidades formalmente organizadas, com estrutura e objectivos definidos;
d) serem auto-geridas e com autonomia face ao sector público e ao sector empresarial privado;
e) terem capacidade de mobilização de recursos voluntários."

A Carta de Princípios da Economia Social da Social Economy Europe apresenta a sua definição através de princípios orientadores para o sector:

a) Primazia das pessoas e do fim social sobre o capital;
b) Satisfação das necessidades e interesses dos seus membros e/ou a busca do interesse geral;
d) Independência relativamente aos poderes políticos;
e) Gestão autónoma e transparente, democrática e participativa, com ou sem objectivo do lucro;
f) Aplicação dos excedentes ou de grande parte dos mesmos no objecto social das entidades e nos seus sócios;
g) Compromisso com o desenvolvimento local, a coesão social e a sustentabilidade;
h) Promover a solidariedade interna e com a sociedade;

O OBESP – Observatório da Economia Social Portuguesa na sua definição

diz-nos que "as organizações que integrem a Economia Social deverão convergir num conjunto de aspectos, dos quais será de destacar:

a) O respeito pela dimensão humana.
b) O combate à exclusão social.
c) A vontade de promover espaços de realização individual.
d) Uma visão democrática e participada da organização.
e) Uma visão da missão organizacional que a encastra no tecido social (sem a reduzir a uma mera unidimensionalidade económica).
f) Autonomia de gestão.
g) Primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital.
h) Assumpção de responsabilidades, quer individuais quer colectivas.
i) O desenvolvimento de um elevado grau de capital social."

O CNES – Conselho Nacional para a Economia Social recorre à Resolução do Parlamento Europeu [2008/2250 (INI)], de 19 de Fevereiro de 2009, que refere "ao aliar rentabilidade e solidariedade, desempenha um papel essencial na economia europeia, criando empregos de elevada qualidade, reforçando a coesão social, económica e regional, gerando capital social, promovendo a cidadania activa, a solidariedade e um tipo de economia com valores democráticos que põe as pessoas em primeiro lugar, para além de apoiar o desenvolvimento sustentável e a inovação social, ambiental e tecnológica".

Quanto às características das entidades que fazem parte do sector da Economia Social, o CNES – Conselho Nacional para a Economia Social considera que as mesmas possuem em comum as seguintes características:

a) Não são públicas;
b) Estão organizadas formalmente;
c) Possuem autonomia de decisão;
d) A filiação nelas é livre;
e) A eventual distribuição de excedentes entre os filiados/usuários não é feita proporcionalmente ao capital ou quotizações dos membros, mas sim em função da sua actividade ou participação no seio da organização;
f) A actividade económica visa satisfazer as necessidades dos seus filiados e
g) O funcionamento interno rege-se por princípios democráticos.

O Comité Económico e Social solicitou ao CIRIEC – Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa, a execução

de um estudo sobre a Economia Social na União Europeia. Nesse estudo, o CIRIEC propõe a seguinte definição:

"Por economia social entende-se o conjunto das empresas de livre adesão e autonomia de decisão, democraticamente organizadas, com personalidade jurídica própria, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros no mercado, produzindo bens e serviços, e nas quais a eventual distribuição dos excedentes de exercício e a tomada de decisões não estão ligadas ao capital individual dos membros, que terão um voto cada. Nela se incluem, designadamente, Cooperativas, Mutualidades, Instituições Particulares de Solidariedade Social,

Misericórdias, Associações de Desenvolvimento Local e Regional e as Fundações, bem como empresas sociais e entidades voluntárias não lucrativas que produzam serviços de não mercado para as famílias, e cujos eventuais excedentes não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criaram, controlam ou financiam".

Mais alguns autores que apresentaram o que consideram ser as características deste sector:

Thierry Jeantet (1986)	**Luis Carrell** (1986)	**Isabel Vidal Martinez** (1988)
Livre associação de indivíduos	Livre associação de indivíduos	Livre associação de indivíduos
Gestão Democrática	Democracia	Distribuição democrática do poder
Solidariedade tanto interna como externa	Solidariedade	Não existe uma absoluta dissociação entre capital social e trabalho
Não acumulação individual de lucro (justa repartição dos excedentes)	Afectação do excedente segundo os respectivos princípios	Gestão rentável
		Reserva irrepartíveis
Qualidade dos serviços e produtos	Serviço ao interesse geral	Gestão de serviços em contraposição à gestão do benefício
Desenvolvimento do indivíduo (pela formação e a cultura)		

Quadro 1 – Definições de Economia Social

Mais definições do conceito de Economia Social poderíamos trazer à colação, mas optamos por apresentar os Princípios orientadores da Lei de Bases da Economia Social portuguesa (Lei 30/2013) e desenvolver o que consideramos ser pertinente em cada um deles utilizando para tal o conhecimento apreendido em contexto de aulas.

Artigo 5.º
Princípios orientadores

As entidades da economia social são autónomas e atuam no âmbito das suas atividades de acordo com os seguintes princípios orientadores:

a) O primado das pessoas e dos objetivos sociais;
   Contrariamente aos outros sectores da economia, a Economia Social (ES) deverá regular e implementar a sua ação tendo por base o bem-estar das pessoas e a melhoria das condições de vida das mesmas. A promoção da equidade e da justiça social deverão ser uma preocupação constante.
b) A adesão e participação livre e voluntária;
   São espaços onde as três palavras/conceitos saídas da Revolução Francesa (RF) se aplicam; nesta alínea destacamos a Liberdade. Liberdade de aderir e de participar.
   Numa perspetiva mais critica, atualmente a adesão faz-se num contexto de "utilizador/cliente" e a participação é muito deficitária, o que contrasta com os valores da Economia Social, mas que representa bem o modelo de sociedade individualista em que vivemos.
c) O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
   A ainda não profissionalização dos órgãos sociais (Dirigentes Associativos Voluntários) da maioria das entidades da ES permite que a democracia seja um dos valores mais importantes deste sector. Controlo, gestão, práticas e outras ações são efetuadas tendo em consideração todas as vozes, opiniões e vontades.
   A profissionalização destes cargos em algumas das famílias da ES desvirtua o conceito de democracia e a sua aplicação.
d) A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral;
   Em conformidade com a alínea a) o interesse coletivo/geral tem que ser a prioridade destas entidades e deverá estar assegurado através da Igualdade (outra palavra/conceito da RF) de oportunidades a serem proporcionadas. Não sobreposição dos interesses.
e) O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade;

Valores que se sabem serem de grande valia, desde que aplicados, para a construção de uma sociedade mais justa, solidária, cooperativa, saudável, sustentável, responsável, equilibrada. Utilizaremos aqui a terceira palavra/conceito retirado da RF, a Fraternidade. A discriminação positiva do sector da ES sufragado na CRP aparece aqui associado à subsidiariedade.

f) A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social;

   A autonomia e a independência são valores inerentes à Economia Social. Ser um sector independente permite-lhe fazer um trabalho responsável, de relevância para as pessoas e onde as mesmas são o ativo principal, sem a ingerência de outros sectores/conceitos, o que assenta nos princípios democráticos e na convicção de que as tomadas de decisão são dos membros das mesmas e se perfilam em prol do objetivo de cada entidade.

g) A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada;

   O Sector da Economia Social não visa o lucro, nem o interesse do indivíduo. A distribuição de excedentes é feita em prol da natureza da entidade e da sua ação na comunidade/sociedade. Os objetivos só podem ser alcançados com o cumprimento deste princípio, pois o interesse geral e a continuidade têm que ser assegurados.

Para uma melhor fundamentação do atrás descrito e para resposta à questão colocada, decidimos efetuar uma avaliação comparativa do desenvolvimento do sector, tendo por base os dados das Contas Satélite da Economia Social, que se reportam a 2010 e a de 2013 e tomando em consideração que durante este período estava instalada uma grave crise financeira, económica e social no país.

Quando analisamos os dados da Conta Satélite referente a 2010 verificamos que existiam em Portugal 55.383 entidades da Economia Social e que o sector representava 2,8 % do VAB e 4,6 % das remunerações totais na Economia do país.

A efetiva contribuição para o PIB está bem evidenciada nestes dados, mas também a capacidade de criação de emprego, de riqueza e de valor social (ver quadro 2).

Principais indicadores por grupos de entidades da Economia Social (2010)

Famílias	Unidades	ETC (Remunerados)	VAB	Remunerações	VAB / Emprego	Remunerações / Emprego
	N.º	N.º	10^6 euros	10^6 euros	10^3 euros por ETC	
Cooperativas	2 260	31 783	749,2	657,3	23,6	20,7
Mutualidades	119	4 537	329,9	176,2	72,7	38,8
Misericórdias	381	32 493	518,3	426,9	16,0	13,1
Fundações	537	10 765	361,1	215,1	33,5	20,0
Associações e outras OES	52 086	147 357	2 304,1	2 479,9	15,6	16,8
Total das OES	55 383	226 935	4 262,6	3 955,4	18,8	17,4
Total da Economia	-	4 138 163	151 426	86 814	36,6	21,0
Peso da ES na Economia	-	5,5%	2,8%	4,6%	-	-

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social

Quadro 2 – Dados da Conta Satélite da Economia Social 2010

Comparar os dados acima com os da Conta Satélite da Economia Social de 2013, permite-nos percecionar ter existido um aumento exponencial do número de entidades, mais concretamente de 5.885, perfazendo um total de 61.268, o que mais uma vez vem confirmar o papel indispensável das entidades da Economia Social junto das populações e comunidades, numa relação de proximidade e de apoio aos mais desfavorecidos e fragilizados socialmente.

Mais, a Conta Satélite da Economia Social com dados de 2013, comprova mais uma vez, que este é um sector que contribui efetivamente para o PIB, para a criação de empregos estáveis, para o reforço da economia e é um parceiro do Estado, insubstituível em qualquer contexto social (ver quadro 3).

Quando combinamos estes dados, que reportam a um período em que a crise económica e financeira grave estava instalada, torna-se claro que o crescimento de entidades da Economia Social se deveu particularmente à necessidade percecionada pela sociedade civil do aumento das problemáticas sociais e dificuldades dos cidadãos, às quais era urgente dar resposta.

Durante este espaço de tempo, as entidades da Economia Social serviram efetivamente de "amortecedor e colchão" para as populações, que inesperadamente se viram a braços com o desemprego, com o aumento do custo de vida, dos impostos e outros bens de primeira necessidade, o que provocou uma evidente falta de liquidez, para fazer face às suas despesas mais básicas, que incluíam a habitação, a educação e a saúde.

Quadro 3 – Dados da Conta Satélite da Economia Social 2013

Também o Estado e os Poderes políticos, central e local (salvo honrosas exceções), que deveriam ter estado na primeira linha de defesa dos cidadãos, em conformidade com o constitucionalmente consagrado, além de serem parcialmente responsáveis pela grave situação, demitiram-se do seu papel, delegando nas entidades da Economia Social a preocupação da resolução das problemáticas e do apoio às populações.

Mas decidimos ir mais longe e perceber o que tinha ocorrido durante o mesmo período com as organizações do sector privado/capitalista e verificamos que o mesmo perdeu um número considerável de empresas, uma das causas da elevada taxa de desemprego e consequentemente das dificuldades que as populações estavam a atravessar (ver quadro 4).

Comprovamos assim que, sem as entidades da Economia Social, a crise económica e financeira teria causado bem mais mossas e danos irreparáveis aos portugueses em todas as áreas das suas vidas. Os números mostram-nos claramente que foram estas entidades que conseguiram estancar a "sangria" e evitar que as graves dificuldades se transformassem numa calamidade humana e social.

Estas entidades têm cumprido e continuam a cumprir a sua real missão, que é a criação de valor social, através do reforço da coesão social, da promoção da

ANOS	EMPRESAS	N.º DE EMPRESAS	% DO DIFERENCIAL EMPRESAS
2010	1.168.265	-	-
2011	1.136.256	-32.009	-2,7
2012	1.086.915	-49.341	-4,3
2013	1.119.447	32.532	3,0

Quadro 4 – Evolução do n.º de empresas entre os anos 2010 e 20

cidadania ativa, da participação, da sustentabilidade e inovação, da preservação ambiental e desenvolvimento tecnológico responsável, da criação de capital humano e social, contribuindo inequivocamente para a mudança social efetiva.

2.1 Observação participante

A utilização da observação participante acontece no seguimento do meu percurso enquanto cidadã ativa e participativa na minha comunidade e outras. Sou eleita da Assembleia de Freguesia da minha área de residência em representação de uma força política, o que me dá uma visão da minha comunidade muito abrangente e diversificada, sou dirigente associativa voluntária e benévola em associações com objetos diferentes entre si, possuo formação académica na área das ciências sociais, mais concretamente em Desenvolvimento Comunitário e em Economia Social, e sou profissional do sector, onde desempenho diversificadas tarefas, entre elas estudos de caso e a criação de projetos que estão ligados à Economia Social.

Face ao exposto, considero estar de posse do conhecimento necessário para expressar algumas opiniões e fundamentá-las.

3 ¬ CONCLUSÕES

Quando analisamos os resultados obtidos no estudo efetuado verificamos que a Economia Social é um universo de entidades bastante heterogéneas, que têm objetos diferentes, mas que têm todas em comum o facto de terem como primado o Homem e o seu Bem-Estar.

A contribuição deste sector para a construção de comunidades saudáveis e empoderadas e sociedades que promovam o desenvolvimento cultural, sócio-económico e sustentável não deixa dúvidas.

De acordo com os dados obtidos, percebemos também que têm um papel inestimável, inquestionável e insubstituível enquanto recursos comunitários de proximidade e de proteção e apoio em situações adversas, como foi o caso da crise económica e financeira que aqui foi abordada.

Este sector substitui-se ao Estado e ao Poder Político nas suas obrigações constitucionais, pois o mesmo não possui recursos humanos, económicos e financeiros suficientes para dar resposta às problemáticas sociais que existem e a outras que vão emergindo nas sociedades atuais.

O individualismo é uma das características destas sociedades o que também contribui para que as dificuldades sejam mais profundas, porque valores como a solidariedade, a cidadania, a igualdade, a não discriminação, a coesão social, a justiça e a equidade não fazem parte do comportamento societal padrão atual dos indivíduos.

É no sector da Economia Social que se encontram estes valores e é também aí que o Estado encontra o seu parceiro, que para além de fazer parte do trabalho que a ele lhe compete, ainda o faz a preços bem mais reduzidos, o que beneficia o "erário público".

Mas não é só o Estado que beneficia do trabalho efetuado pelo sector da Economia Social. O sector privado/capitalista também, pois, demite-se da sua responsabilidade cívica e social, não fazendo a parte que lhe compete enquanto grupo económico e financeiro.

Este é um sector que para além de se demitir, ainda é oportunista, empurrando para as entidades da Economia Social, ou para as públicas, a responsabilidade de colmatar as dificuldades dos mais fragilizados e descriminados social e economicamente.

Tudo o acima exposto, espelha o que é a Economia Social, o que faz, para que serve e qual o seu papel nas sociedades e a relevância do mesmo.

No que se refere à possibilidade da emergência de uma ideologia comum, consideramos estarem reunidos todos os pressupostos para acontecer, pese embora a heterogeneidade do sector, pois os princípios básicos orientadores e o formato de gestão são comuns à maioria das famílias independentemente do objeto que cada uma delas tem. Em todas as definições do conceito do que é a Economia Social que acima apresentámos, podemos constatar que existem muitas convergências e poucas divergências entre elas.

A criação da CPES – Confederação Portuguesa de Economia Social, em 2018, vem ao encontro desta vontade e propõe-se a conseguir a união entre as

famílias do sector e assim encontrar uma plataforma comum onde todos tenham voz e espaço para partilhar e dar visibilidade e demonstrar a relevância do seu trabalho e do sector.

Conforme nos diz Graça, E.(2018) *"Qual a importância desta decisão? Para além de resultar de um consenso entre parceiros privados que comungam valores e princípios comuns, entidades de pessoas, que trabalham para as pessoas e com as pessoas, este processo adiado décadas, significa um passo no sentido da união de forças no respeito pela autonomia e diversidade de cada uma delas, em prol do reconhecimento público do setor da economia social (ou "setor cooperativo e social" conforme os termos da CRP).*

Desta forma abre-se o caminho para que cooperativas, mutualidades, associações, fundações, misericórdias, IPSS s, que representam mais de 6% do emprego remunerado a tempo completo nacional e cerca de 3% do VAB nacional, implantadas em todo o território nacional, que produzem bens transacionáveis, e prestam serviços de proximidades nas comunidades locais, possam contribuir, de forma cada vez mais autónoma e autossustentável, para a coesão social e territorial.

Este passo no sentido da criação da CPES que congrega energias dispersas, mobiliza mais vontades, fora e dentro do setor da economia social, não será, certamente, uma figura de retórica, antes pelo contrário, um fator de modernização, dinamização e reforço da capacidade de resposta positiva da nossa sociedade à desigualdade, pobreza, desemprego e desertificação do interior."

É com base no que atrás foi descrito que consideramos existir por parte de todas as famílias que constituem este sector a responsabilidade de dar seguimento ao trabalho já iniciado por tantos homens e mulheres que nos precederam e que pretende manter a tradição humanista, solidária, o envolvimento coletivo, dar visibilidade e colocar o sector da economia social enquanto opção de paradigma sócio-económico, promovendo a sua importância junto das pessoas, das comunidades, na construção de sociedades sustentáveis, saudáveis, equitativas e justas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASES (2011) A Economia Social: Conceito Proposto Pelo OBESP, consultado em 11 de junho de 2019, através de:
https://www.cases.pt/wpcontent/uploads/OBESP_Conceito_de_Economia_social_09_DEZ_2011.pdf

CNES, Conselho Nacional para a Economia Social. Consultado em 12 de junho de 2019, através de:
https://cnes.org.pt/index/economia

CONFAGRI (2019). Consultado em 11 de junho de 2019, através de:
https://www.confagri.pt/cpes-discute-futuro-da-economia-social-encontro-nacional-especialistas-do-setor/

Croca, J.C. (2008) Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. Consultado em 12 de junho de 2019, através de:
https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5234/4578

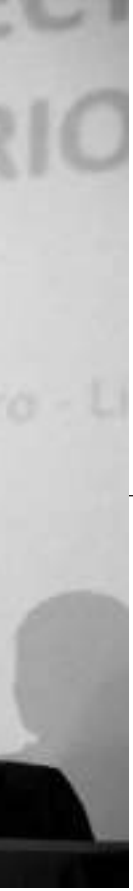
Garrido, A. (2016). Uma história da Economia Social. Lisboa: Edições Tinta da China, Lda, p. 18

Graça, E. (2018). Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES) – um novo futuro para a economia social. Consultado em 11 de junho de 2019, através de:
https://www.cases.pt/confederacao-portuguesa-de-economia-social-cpes-um-novo-futuro-para-a-economia-social/

Lei de Bases da Economia Social (Lei 30/2013). Consultada em 05 de junho de 2019 através de:
https://dre.pt/pesquisa/-/search/260892/details/normal?q=Lei+n.%C2%BA%2030%2F2013%2C%20de+8+de+maio

PORDATA. Consultada em 11 de junho de 2019 através de:
https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela

DIA NACIONAL DAS COLE
95º ANIVERSÁR



gRAnde RePortaGeM

DIA NACIONAL DAS COLECTIVIDADES 2019

CGT
OR AB
O EMPOBREC

DIA NACIONAL DAS COLECTIVIDADES 2019

A substância para além da circunstância

A comemoração do Dia Nacional das Colectividades – 31 de Maio – consagrada na lei 34/2003 de 22 de Agosto, deve-se ao facto de ser a data de fundação da Federação das Sociedades de Educação e Recreio, em 1924, e que mais tarde evolui para Federação Portuguesa das Colectividades (e, posteriormente, em 29 de Maio de 2003, registada por escritura pública notarial como Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto). Todos os anos as comemorações têm um tema e desenvolvem-se actividades no país e no estrangeiro.

No ano de 2019, as comemorações tiveram como questão central o "Associativismo e a Democracia". Foi realizado um ciclo de três Conferências onde foram debatidas as "Relações entre Poder Associativo e Poder Autárquico" - 31 de Maio, na Figueira da Foz, na Assembleia Figueirense; "Estruturação Associativa – passado, presente e futuro" - 15 de Junho, no Porto, na Casa Sindical da União dos Sindicatos do Porto; e "Relações entre Poder Associativo e Poder Central/Governo" - 13 de julho, em Lisboa, na Academia de Santo Amaro.

A primeira destas Conferências contou com a colaboração da Câmara Municipal, que apresentou a sua perspectiva de poder local e das relações que teve e deseja ter com o poder associativo (ver intervenção da CPCCRD no final deste assunto).

A segunda Conferência, realizada no Porto, juntou Dirigentes de vários pontos do país e ali foi debatida a importância dos Dirigentes conhecerem a realidade associativa para além das "4 paredes da sua colectividade"; a escala de valores quantitativos e qualitativos do Movimento Associativo Popular (MAP) hoje identificadas pela Conta

Satélite da Economia Social publicada pelo INE; a importância da Estrutura Associativa Nacional com a sua experiência única de autonomia e cooperação institucional; a consciência que somos poder quando acreditamos nisso e somos reconhecidos por terceiros; a importância de nos assumirmos como um Poder real e simbólico para o reconhecimento, valorização e respeito pelo que somos, valemos e significamos.

A terceira e última Conferência, realizada em Lisboa, dedicada às Relações do Poder Associativo com o Poder Central, abordou de forma muito profunda o tipo de relações que a estrutura associativa nacional vem tendo com o Estado, entenda-se Governo e Assembleia da República, nos longos 95 anos da sua vida. Foram apresentados trabalhos de investigação sobre a fundação da Federação das Sociedades de Educação e Recreio em 1924 e o tipo de relações nessa fase até à actualidade, onde sobressai o conjunto de propostas apresentadas pela Confederação na Assembleia da República a 31 de Maio de 2017, propondo um conjunto de alterações legislativas às leis que regulamentam a vida associativa.

Não obstante as mudanças e o reconhecimento actual da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e

Desporto como único representante do MAP a nível nacional com assento em órgãos de aconselhamento do Governo como o CES – Conselho Económico e Social, CNES – Conselho Nacional da Economia Social e CND – Conselho Nacional do Desporto, foi consensual que estas relações institucionais e de poder continuam em claro desequilíbrio desfavorável ao Poder Associativo. Foram identificados os principais problemas decorrentes deste desequilíbrio e apontadas pistas para a intervenção futura.

Para além da circunstância que foi a comemoração do Dia Nacional das Colectividades, houve a substância de ser terem realizado três Conferências que constituíram um valioso contributo para a reflexão que importa fazer em torno do Poder e das relações do Associativismo com outras formas de poder.

Não sendo possível desenvolver nesta edição toda a reflexão resultante das três Conferências, deixa-se aqui o conteúdo da Conferência realizada na Figueira da Foz "Relações entre o Poder Associativo e o Poder Autárquico" por este ser sem qualquer dúvida um excelente exemplo de relações de proximidade e de cooperação entre poderes que, mantendo o respeito pela independência de cada um, muito contribuem, através da cultura, recreio e desporto, para a resolução dos problemas das nossas populações, proporcionando assim uma melhor de qualidade de vida, participação democrática, desenvolvimento económico, coesão territorial e social.

Associativismo e Democracia
Relações entre Poder Associativo e Poder Autárquico

Agradecimento e saudação

Permitam-me que comece por agradecer a disponibilidade da Câmara Municipal e da Associação das Colectividades da Figueira da Foz. Sem a iniciativa e cooperação destas duas entidades não seria possível estarmos aqui a comemorar este importante dia.

Saúdo todos os presentes e espero poder contribuir para a reflexão e pensamento crítico de um tema tão importante e oportuno como as relações entre o Poder Associativo e o Poder Autárquico.

Esta Conferência destina-se a iniciar uma reflexão mais profunda na nossa Confederação sobre este tipo de relações. Será uma reflexão não localizada, ou seja, podendo existir coincidências entre o que vai ser dito e a realidade figueirense, os conteúdos são gerais para o nosso associativismo e para o nosso país.

Esta Conferência inicia um ciclo de 3 Conferências inseridas nas comemorações do Dia Nacional das Colectividades, tendo como âncora: os 95 anos de fundação da FSER em 31 de maio de 1924; os 75 anos da fundação da FCDPorto em 1944; os 70 anos da transformação da FSER em FPCCR em 1949; os 45 anos do 25 de abril em 1974 e ainda, os 15 anos das primeiras eleições da atual Confederação em 2004. Por essa razão, o ciclo de conferências foi intitulado como "Associativismo e Democracia". Seguir-se-ão as Conferências do Porto a 15 de junho sobre "Estruturação Associativa – passado, presente e futuro" e a de Lisboa a 13 de julho sobre "As relações entre o Poder Associativo e o Poder Central".

Um pouco de história

Ao olharmos para a nossa história, vemos como estes dois poderes se relacionaram ao longo dos tempos. Se recuarmos 60 anos, teremos presente a existência de uma Guerra Colonial que arrastou milhares de jovens que, em grande parte, eram ativistas e dirigentes associativos. Nunca saberemos, ao certo, quantos morreram ou ficaram estropiados, impedindo-os de regressarem à atividade associativa.

Ao contrário do que sucedia na sociedade e nas instituições políticas, no MAP antes do 25 de Abril, os Dirigentes eram eleitos e o processo de eleição era democrático não obstante as autoridades exigirem conhecer antecipadamente quem eram os candidatos.

Havia muitos casos em que as Mulheres não podiam associar-se sem autorização dos pais ou maridos mas também havia quem resistisse a este anacronismo. Ainda assim, houve muitas Mulheres que furaram este preconceito e foram dirigentes no tempo da ditadura.

O MAP, na sua vida diária, defendia valores e princípios que aqui ou ali desafiavam a ditadura e, ao mesmo tempo, permitia que homens e mulheres do Povo, tomassem nas suas mãos a resolução dos seus problemas como o acesso à cultura, ao recreio e ao desporto. Foram-se formando como indivíduos que se distinguiam dos demais, conheciam outras realidades, outras regiões e outras formas de ver a sociedade. Aprenderam a gerir recursos humanos e financeiros, resolver conflitos, estabelecer parcerias. Aprenderam a construir de forma coletiva o seu futuro.

Talvez por isso, quando surgiu a madrugada libertadora do 25 de Abril de 1974, fossem quem estava em melhores condições de assumir responsabilidades em democracia. Foram chamados para integrar os partidos políticos, os sindicatos, as comissões de moradores ou melhoramentos, mas também as comissões administrativas democráticas das autarquias em substituição dos indigitados pela ditadura.

Com as primeiras eleições democráticas para as autarquias, em 1976, houve milhares de Dirigentes Associativos que ocuparam cargos da maior importância. Por serem parte das populações e estarem muito perto, serem muito activos, dedicados e competentes, o processo de democratização e a resolução dos problemas básicos foi realizado com êxito, com poucos meios e em muito pouco tempo.

É evidente que, ao terem assumido cargos autárquicos, deixaram cargos associativos e isso teve impactos no MAP. Aliás, se estivermos atentos, ainda hoje temos uma rotação de Dirigentes Associativos que foram ou são Autarcas e vice-versa.

Da perspectiva empírica à perspectiva científica

A história, a sociologia, a psicologia ou a política, enquanto ciências, dizem-nos que as relações sociais - entre pessoas ou grupos - podem ser de três tipos: cooperação, conflito ou indiferença.

Estas variáveis estiveram e estão presentes nas relações entre estes dois poderes, sendo que, preferencialmente são de cooperação. Cremos que esta relação de cooperação se deve essencialmente a razões históricas e à composição sociológica dos elementos que as compõem mas também por razões de identidade cultural e territorial. Podemos por isso afirmar que a relação entre estes dois poderes tem dado um forte contributo para a resolução dos problemas das nossas populações e, por essa razão, estamos perante agentes de transformação social.

No que ao MAP diz respeito, através da cultura, recreio e desporto, é possível despertar consciências, promover valores como a solidariedade, a cooperação, a justiça e a transparência que contribuem, de forma preventiva para a inclusão, coesão social e territorial.

Contudo, não nos podemos iludir. Apesar dos avanços conquistados ao logo dos últimos 45 anos e da contribuição decisiva que demos para a qualidade da nossa democracia, há muitos problemas que, parecendo que são do associativismo, são antes de mais da sociedade mas com reflexo no associativismo. São problemas que o poder associativo e autárquico, mesmo juntos, não pode resolver. Podemos, isso sim, colaborar e pressionar os poderes centrais para a sua resolução.

Os mecanismos de cooperação e sua regulação

Os mecanismos que regulam as relações entre estes dois poderes são muito variados. As relações entre estes dois poderes são de ordem social e informal mas são também de ordem formal e legal. A legislação emanada da AR ou do Governo, os Regulamentos Municipais, são, entre outros, os mais conhecidos. Os impactos dos mecanismos legais são, em muitos casos, prejudiciais ao MAP.

Ao analisarmos os artigos da CRP sobre a Cultura ou o Desporto, é evidente que a responsabilidade é do Estado em cooperação com as colectividades e associações e não o contrário. Ainda há quem pense que a responsabilidade é das colectividades e, ao Estado, central ou local, caberá apenas o apoio financeiro. Nada mais errado. Esta é uma questão central das relações entre estes dois poderes. Estas relações devem ser equilibradas e de parceria e não de quem tem o dinheiro público e usa a seu belo prazer e de quem precisa para realizar o que, afinal, é competência do Estado.

Outro mito que exige esclarecimento, é o facto de se pensar que o MAP é subsídio-dependente. Nada mais errado. Os valores apurados em vários estudos, apontam para que o MAP receba entre 12 a 15% de verbas públicas no conjunto das suas receitas. Contudo, as despesas mostram que cerca de 23 a 25% são pagamentos de impostos diretos e indiretos. Por outras palavras, o MAP é um contribuinte líquido do OE em cerca de 10%. Aqui temos mais um conceito errado sobre o qual importa refletir e corrigir.

Legislação e políticas centrais

Desde logo porque nos equiparam a empresas ou entidades com fins lucrativos e com gestões profissionalizadas. Nada mais errado. Por outro lado, porque os poderes centrais declinam a sua responsabilidade constitucional no poder local – autarquias, sem descentralizar os respetivos meios financeiros e legais. Outro erro do poder central.

São exemplo disso, o caso da lei 8/2012 de 21 de Fevereiro – "Lei do Compromisso" em que a sua aplicação visava o pagamento de dívidas em atraso, o que acontecia com milhares de Colectividades em valores que ainda hoje estão por apurar e por receber. O que estava em causa não era a falta de pagamento mas a falta de transferências do OE e o incumprimento da Lei de Finanças Locais.

Outro exemplo, é o caso da extinção e fusão de freguesias - lei 22/2012 de 30 Maio, suprimindo mais de 1.000 autarquias e cerca de 20.000 eleitos autarcas. Uma medida que parecia ser de ordem economicista, foi um grave atentado à democracia participativa e representativa. Quando foi pedida opinião ao MAP, este manifestou a sua discordância e preveniu para os impactos que hoje estão bem à vista. Por isso apoiámos as lutas e manifestações da ANAFRE em Lisboa e ainda hoje estamos disponíveis para exigir a reposição das freguesias onde os autarcas e o Povo assim o desejarem.

Regulamentos Municipais e políticas locais

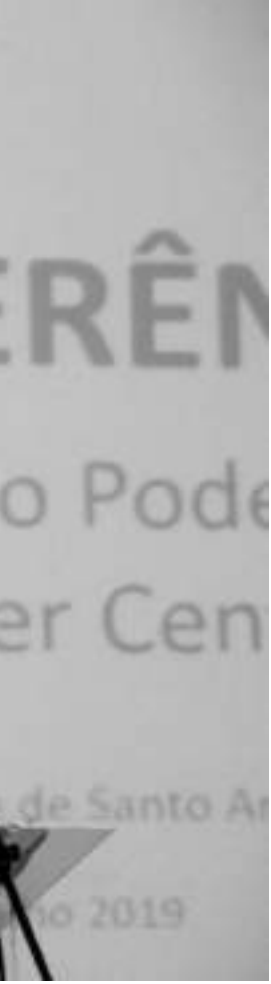
No que respeita à aplicação dos Regulamentos Municipais de Apoio ao MAP, medida que sempre defendemos e ajudámos a construir, continuamos a defender que estes sejam feitos e atualizados com a participação, auscultação e acompanhamento do MAP.

Os mecanismos de candidatura e de apoio foram sendo afinados e cada vez mais exigentes, calculando-se que, atualmente, mais de 60% das colectividades,

associações e clubes não tenham qualquer apoio das autarquias por dificuldades de eles próprios se candidatarem e preencherem os requisitos impostos pelos Regulamentos. Urge dar atenção a esta questão quer do lado das autarquias quer do lado do MAP.

Outras áreas existem onde temos excelentes exemplos de cooperação entre os dois poderes. Desde logo, na participação em órgãos de consulta como os Conselhos Municipais do Associativismo... Desporto... Juventude... Cultura ou ainda com outras designações e funções como a Proteção de Crianças e Jovens em Risco. São bons exemplos de partilha e participação cívica.

Em muitos municípios estão em desenvolvimento experiências que visam a simplificação de procedimentos com tirar licenças, pagar taxas, autorizações e outras obrigações legais. Caminhamos para a existência de "Balcões Únicos" onde



os Dirigentes Associativos possam num único acto, resolver toda a complexa e exigente legislação.

Existem ainda casos em que, independentemente da expressão numérica ou de antiguidade da associação ou colectividade, da propriedade das instalações, já existe um estatuto de interesse público municipal, ou as suas instalações são declarados imóveis de interesse municipal. Há muitos casos onde a regularização das instalações e as medidas de auto proteção contra incêndios, estão a ser aplicadas em cooperação entre as autarquias, as colectividades e associações.

Conhecemos muitos municípios que já realizaram estudos detalhados sobre a realidade associativa nas suas várias expressões. Sabem quantas associações têm, quantos Dirigentes Associativos envolvem, o número de associados, a rede de resposta das actividades desenvolvidas, os valores financeiros e patrimoniais existentes, e os impactos que este associativismo tem nas comunidades e nas várias faixas etárias. Muitas das páginas ou sítios das autarquias disponibilizam espaços e informação sobre a realidade e actividade associativa.

São inúmeras as autarquias que promovem a formação, capacitação e qualificação dos Dirigentes Associativos e assim contribuem para uma melhor gestão associativa e melhor relação entre estes dois poderes.

Ao falarmos destes dois poderes, não será despiciente lembrar a importância que estes, uma vez somados, podem ter a nível nacional. No que ao MAP diz respeito, confirmado pelo INE, existirão cerca 33.000 entidades e 425.000 Dirigentes Associativos. No plano quantitativo, sabemos existirem, em média, 12 vezes mais eleitos em associações e colectividades do que eleitos autárquicos. São dados poderosíssimos que importa valorizar e divulgar.

Por fim, não menos importante por ser um indicador da sensibilidade e proximidade com o MAP, são os exemplos dos municípios que agendam e comemoram o Dia Nacional das Colectividades como é o caso da Câmara Municipal da Figueira da Foz.

Aqui chegados, permitam-me que recorde o que foi dito inicialmente. Esta intervenção, podendo ter coincidências com a realidade figueirense, destina-se apenas a contribuir para a reflexão da relação entre dois poderes, o poder associativo e o poder autárquico como forma de proximidade às populações e à resolução de parte dos seus problemas.

É isto que nos move e foi isto que nos levou a decidir a realização desta conferência. Esperamos que as questões ora levantadas sirvam de reflexão no futuro.

Muito obrigado pela atenção dispensada e votos de êxitos nas funções autárquicas, associativas e de felicidades pessoais.

Augusto Flor
Presidente da CPCCRD

Siglas:
ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias
AR – Assembleia da República
CRP – Constituição da República Portuguesa
FCDP – Federação das Colectividades do Distrito do Porto
FPCCR – Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio
FSER – Federação das Sociedades de Educação e Recreio
MAP – Movimento Associativo Popular

ALBERTO PEREIRA RAMOS

Alberto Pereira Ramos é associado de várias colectividades. Tendo exercício funções nos corpos gerentes da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense e Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário.

Na Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, em representação da Liga Regional Cojense ou da academia Almadense, exerce cargos desde 1978 tendo sido Secretário da Direcção, Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Membro do Conselho Geral. Foi um dos organizadores do Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, realizado em Almada, em 1993.

I Congresso Regional das Sociedades de Recreio

1924

SUMÁRIO

- Introdução
- 1920 - O congresso que não se realizou
- Falso Interregno
- Finalmente o Congresso
- Mapa de presenças às sessões do Congresso
- Quanto custou o Congresso
- Correspondência recebida pela Comissão Organizadora
- O Congresso e a imprensa
- Federação das Sociedades Populares de Educação e Recreio
- Colectividades Fundadoras
- Palavras finais
- Comentário

HOMENAGEM

Aos dirigentes que em 1924 conseguiram realizar o congresso do qual nasceu a Federação das Colectividades.

Aos meus mestres e companheiros de trabalho, infelizmente já desaparecidos, Jorge Gomes e Carlos Costa, ambos grandes dirigentes associativos que à Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio deram o melhor do seu saber e empenhado entusiasmo.

Ao médico e dirigente associativo, José Malheiro, bom amigo, autor do opúsculo "Notas soltas para a História do Associativismo Popular", propositadamente escrito para apresentação no Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, realizado em Almada em 1993.

INTRODUÇÃO

Com início nos finais do século XVIII, começaram a surgir no país algumas associações populares cuja principal actividade era o ensino da música, a organização de fanfarras e mesmo pequenas Bandas.

É no século XIX que este género de associativismo começa a desenvolver-se mais. Ao ensino da música e criação de Bandas, charangas, trupes, etc., junta-se o aparecimento de grupos de teatro de amadores, faz-se alfabetização e aparecem algumas bibliotecas, naturalmente modestas, mas de grande importância pela divulgação de conhecimentos do mais variado tipo. O convívio entre associados torna-se uma fonte inesgotável de troca de experiências e aumenta a consciência social e política dos cidadãos.

Não há o conhecimento de todas as associações que surgiram e a pesquisa para um trabalho deste género seria difícil pelos meios humanos e materiais que exigiria. Tem-se notícia de algumas associações graças ao trabalho de Costa Goodolfim (A Associação, 1876) e Pedro de Freitas (História da Música Popular em Portugal, 1946). É evidente que estes dois autores, apesar do seu esforço, deixaram-nos uma informação incompleta. De qualquer modo, a listagem que é possível elaborar dá-nos uma panorâmica curiosa sobre o interesse pelo associativismo cultural e de recreio no país.

Não contando com montepios, cooperativas, associações de classe e outros tipos de associações, verificamos que, no que hoje classificamos de cultura e recreio, havia pelo menos quatro associações no século XVIII e cerca de uma centena no século XIX. As fundadas já no nosso século são em número elevadíssimo.

Podem-se apontar algumas datas-chave para o aparecimento de novas associações. Assim, depois de 1820, mas principalmente 1830, surgem bastantes. A seguir a 1870 dá-se um novo surto muito importante e 1910 é outro marco pois, entre esta data e 1926 são fundadas muitas associações populares. Durante os 48 anos do regime ditatorial e, pese embora terem sido encerradas bastantes colectividades e terem sido criadas condições para levarem ao fecho de outras, o número de colectividades aumentou. Após o 25 de Abril de 1974 foram fundadas muitas associações talvez na ordem dos milhares.

Até ao fim do primeiro quartel deste século todo este movimento associativo foi vivendo num quase total alheamento da sua força, da sua importância como peça fundamental para a formação cultural, física, social e política do povo português.

Esta aparente falta de consciência da sua força e importância político-social é tanto mais de admirar quanto no último quartel do século XIX, como já no início deste século, houve uma forte tendência para a formação de federações de variadas actividades.

Em 1920, em Lisboa, alguns dirigentes associativos sentiam necessidade de unir forças, trabalhar em conjunto e criar uma associação de tipo superior.

De quem partiu a ideia? Quem foram os primeiros?

1920 - O CONGRESSO QUE NÃO SE REALIZOU

Na Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio há um pequeno lote de documentos arquivado sob a designação "Congresso de 1920". Nesses documentos e no que tem a indicação de "Acta n.º 1 da Comissão Organizadora" diz-se que a ideia da organização do congresso partiu do Grupo Dramático Musical Familiar Alcolonense. Sabemos quais foram as colectividades que em 11 de Junho de 1920 participaram numa reunião, na sede do Grupo Dramático Arte de Talma, de Lisboa, onde se juntou a Comissão Organizadora (C.O.) do Congresso Recreativo.

Faziam parte desta C.O., Filipe do Nascimento, representante do Grupo Dramático Ricardo Vasques, presidente da C.O.; José da Fonseca Júnior, do Grupo Dramático Luz e Progresso, secretário da C.O.; Guilherme Correia, do grupo inicial da organização do congresso, tesoureiro e como vogais foram eleitos Marcelino Rodrigues Matias, da Sociedade União do Beato; José Mingote, da Academia Instrução e Recreio Luiz d' Almeida Grandela e Norberto do Carmo do Grupo Arte de Talma.

Em cerca de 2 horas e 20 minutos a Comissão tomou conhecimento do expediente, tendo recebido quatro quotas, contribuição para as despesas do Congresso, no valor de 10$00 (2$50 cada). Foram mandatados para a redacção das teses, José da Fonseca Júnior, a tese sobre Arte Dramática, Norberto do Carmo, a tese sobre dança, Manuel Teixeira e Guilherme Correia ficaram

encarregues da elaboração dos estatutos do Congresso. Foi ainda decidido mandar imprimir circulares e fazer-se representar a C.O. no aniversário de uma colectividade.

É muito importante registar esta última decisão pois mostra-nos como houve dirigentes de uma colectividade que consideraram dar relevo à C.O. do Congresso.

Existem seis actas da C.O., que reuniu nas sedes do Grupo Dramático Arte de Talma, do Club Recreativo "Os Choras" e do Grupo Dramático Ricardo Vasques, entre Junho e Julho de 1920.

Deram a sua adesão à realização do Congresso 31 Colectividades, tendo 15 sido classificadas como filarmónicas, tunas e musicais, 8 recreativas e 8 dramáticas tendo duas destas apresentado a sua desistência.

Temos registo de 31 das associações aderentes: Academia Filarmónica Verdi, Academia de Instrução e Recreio Luís d' Almeida Grandela, Academia Recreativa de Lisboa, Academia Recreativa Operária Beatense, Ajuda Club, Campolide Club, Club Recreativo "Os Choras", Grémio do Alto do Pina, Grémio Ocidental Portugal Recreativo, Grupo Dramático Arte de Talma, Grupo Dramático Musical Familiar Alcolonense, Grupo Dramático Luz e Progresso, Grupo Dramático e Musical Recreativo, Grupo Dramático "Os Aliados", Grupo Dramático "Os Combatentes", Grupo Dramático "Os Condescendentes", Grupo Dramático Recreio Familiar "Os Reinadios", Grupo Dramático Ricardo Vasques, Grupo Ocidental "Os Modestos", Grupo Recreativo Familiar Aurora Chelense, Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo, Sociedade Filarmónica Recordação de Apollo, Sociedade Filarmónica União Chelense, Sociedade João Rodrigues Cordeiro, Sociedade Musical Alunos de Alves Rente, Sociedade Musical d' Instrução Libertada, Sociedade Musical União do Beato, Sociedade de Recreio Ajudense, Troupe Familiar Francisco Gomes Lopes, Tuna Recreativa "A Juventude Chelense" e Tuna Recreativa Tondelense.

A 20 de Setembro de 1920 houve uma reunião na sede do Grupo Dramático Luz e Progresso, a que compareceram poucas colectividades. Foi colocada a questão da pouca representatividade e alguém terá falado no adiamento do Congresso. Entre os presentes levantou-se até a hipótese de não o realizar. Outros insistiram na necessidade de se organizar uma federação. Marcaram nova reunião para o dia 28 de Setembro, data em que

compareceram dezasseis dirigentes representando nove colectividades: Academia Recreativa de Lisboa, Club Recreativo "Os Choras", Grémio Ocidental Portugal Recreativo; Grupo Dramático Arte de Talma, Grupo Dramático Luz e Progresso, Grupo Dramático Ricardo Vasques, Odéon Club, Sociedade Musical União do Beato e Sociedade de Recreio Ajudense.

Nesta reunião aprovaram a constituição de nova Comissão que ficou de reunir em Outubro, dela fazendo parte as associações acima indicadas com excepção do Grupo Dramático Arte de Talma que foi substituído pela Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro.

Esta foi a última notícia que encontrámos da tentativa de realização deste Congresso de 1920 e só na documentação do Congresso de 1924 ficámos a saber que o falecimento de um dos eleitos para a sua C.O. levou ao cancelamento dos esforços e trabalhos que tinham como finalidade organizar o que teria sido o primeiro congresso de colectividades.

Da documentação existente na Federação consta um Regimento das Sessões, um Projecto de estatutos para uma Federação Recreativa, uma tese sobre "As relações entre as sociedades de recreio" e ainda uma listagem de colectividades existentes em Lisboa, talvez incompleta, onde estão incluídas três de Almada, que então pertencia ao Distrito de Lisboa.

FALSO INTERREGNO

Durante muito tempo pensou-se que entre 1920 e 1924 as colectividades tinham desistido de lutar pela sua união.

É certo que a documentação sobre este período só deve existir nos desconhecidos arquivos de alguma colectividade que não tenha falta de espaço para arrumar "velharias". Na Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio fomos encontrar cinco documentos e oito pequenas notícias de imprensa, especialmente de boletins de colectividades.

Com a data de 16 de Maio de 1922 existe um AVISO com o seguinte texto: "A Comissão eleita pelas Agremiações Recreativas que se fizeram representar na Assembleia Geral de 2 de Maio do corrente ano convoca uma nova reunião, no mesmo local, para sábado 20 do corrente, pelas 21 horas, afim de dar contas do seu mandato. Lisboa, 16 de Maio de 1922. O Presidente da comissão, J. A. Madeira".

Tinha, pois, havido uma reunião a 2 de Maio que teria sido convocada por alguns dirigentes, o que quer dizer que as coisas se estavam agitando.

Outro documento é uma carta do Club Recreativo ”Os Choras” mandatando dois sócios (dirigentes?) para os representar. Terceiro documento é a folha de presenças à reunião de 20 de Maio. Nela estiveram presentes as seguintes colectividades: Academia Instrutiva do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Leste e do Norte, Academia de Instrução e Recreio Luís d' Almeida Grandela, Academia Recreativa Leais Amigos, Academia Recreativa de Lisboa, Academia Recreativa Nacional, Academia Recreativa Operária Beatense, Academia Recreio Musical do Pessoal do Comando d' Artilharia, Campolide Club, Club Recreativo Belga, Club Recreativo “Os Choras”, Club Simões Carneiro, Grémio Lafonense, Grémio Recreativo 1º de Dezembro de 1911, Grupo Dramático de Belém, Grupo Dramático “Os Combatentes”, Grupo Recreativo “Os Modestos”, Grupo Sportivo Adicense, Lisboa Club, Sociedade Filarmónica Alunos de Harmonia, Sociedade Filarmónica Esperança e Harmonia, Sociedade Filarmónica Euterpe, de Benfica, Sociedade Filarmónica Recordação de Apolo, Sociedade Filarmónica União e Capricho Olivalense, Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul, Sociedade Musical Alunos de Alves Rente e Sociedade Recreativa Filhos do T. Campolide.

Vinte e seis colectividades! Quer dizer que houve uma grande mobilização e que o assunto ou assuntos a tratar interessavam bastante aos dirigentes associativos.

Não se estranhe a nossa preocupação em dar conhecimento do nome das colectividades participantes nas várias reuniões pois só assim se poderá aquilatar quais as mais firmes nesta difícil luta pela constituição da Federação e ao mesmo tempo tomar conhecimento das novas adesões.

O quarto documento é uma circular da Comissão Organizadora dos Trabalhos Preparatórios do Congresso das Sociedade de Recreio, sediada na Rua dos Fanqueiros, 286, em Lisboa. Tem a data de 12 de Abril 1923, refere uma reunião de Outubro de 1922 e convoca um encontro de colectividades para 12 de Maio, na Academia de Recreio Artístico, na Rua dos Fanqueiros, 286-1º. A Ordem de Trabalhos era a defesa dos interesses das colectividades e a realização do Congresso.

A Comissão era constituída pelas associações: Academia Recreio Artístico, Club Simões Carneiro, Lisboa Club, Academia Recreativa de Lisboa, Academia 1º de Setembro de 1867, Academia Instrutiva do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Leste e do Norte e Clube Recreativo Belga. Por fim, o quinto documento é uma acta avulsa do Termo de Posse de duas Comissões e tem data de 24 de Maio de 1923. Este Termo de Posse foi assinado na sede da Academia de Recreio Artístico. Numa reunião de colectividades que teve lugar nos dias 12 e 13 do mesmo mês foram eleitas a Comissão Organizadora do Congresso e a Comissão de Efectivação de Meios e Defesa. A primeira foi constituída pela Academia Recreativa de Lisboa, representada por Júlio Mariano, Academia Recreio Artístico, representada por Alfredo Brasiel, Academia Instrutiva do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Leste e Norte, representada por Luís Valsassina, Club Recreativo Belga, representado por Henrique Silva Franco, Grupo Excursionista 8 de Setembro, representado por José Borges, Odéon Club, representado por Frederico Cândido Porto e outro elemento não identificado, Sociedade Concentração Musical 24 de Agosto, representada por Artur Augusto e Custódio Vieira e por fim a Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul que era representada por Ernesto Carlos Silva. A segunda Comissão foi constituída pela Academia Recreio Artístico representada por Júlio Silva, Club Recreativo Belga, representação a cargo de José Bento Moreira da Câmara, Grupo Dramático Lisbonense, representado por Manuel Pereira da Silva, Luzitano Club, representado por Mário Silva e Sociedade Concentração Musical 24 de Agosto que nomeou para a representar Custódio Jaime Ferreira.

Para além destes preciosos cinco documentos, existe ainda um exemplar do jornal (boletim) "O Belga", propriedade do Club Recreativo Belga. Este número, o 22, de Fevereiro de 1923, refere um outro jornal "A União Recreativa" onde se diz estarem a decorrer os trabalhos para a organização do Congresso das Sociedades de Recreio sendo as reuniões realizadas na Academia de Recreio Artístico. Em Dezembro de 1923 "A União Recreativa" e "O Belga" voltaram a referir-se aos trabalhos que estão a decorrer. Não pode haver dúvidas quanto à persistência dos dirigentes associativos.

Em data que não podemos precisar, mas que foi no ano de 1923, a C.O. levou a efeito um inquérito junto das colectividades do distrito de Lisboa, que então abrangia larga fatia da margem sul do Tejo.

Neste inquérito, do qual lamentavelmente não conhecemos a introdução, pedia-se resposta às seguintes perguntas:

- Estão ou não d'acordo V. Ex.as com a organização dum Congresso das colectividades de recreio?
- Concordam ou não que desse Congresso saia a Federação das Sociedades de Recreio?
- Em caso afirmativo estão V.Ex.as dispostos a auxiliar moral e materialmente todos os trabalhos da comissão e do referido Congresso?
- Além das respostas a este questionário, podem V.Ex.as fornecer todos os elementos que julgarem úteis e oportunos à boa orientação dos nossos trabalhos.

Desconhecemos com exactidão quantos questionários foram enviados, mas é fácil imaginar que terão sido pelo menos 273, tantos quantas as colectividades que os administradores de concelho, do distrito de Lisboa indicaram à C.O. do Congresso.

Em 25 de Junho de 1923 é redigida a acta n.º 1 da C.O. do Congresso das Sociedades de Recreio. Por ela sabemos que foi eleita nova Comissão Organizadora. Na presidência ficou a Academia Recreativa de Lisboa, representada por Júlio Mariano, como 1º secretário a Academia Recreio Artístico, representada por Eduardo Parmesano, como 2º secretário a Academia 1º de Setembro de 1869, representada por Alfredo Brasiel. No lugar de tesoureiro a Academia Instrutiva do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Leste e Norte, representação a cargo de Luís Valsassina.

Estava dado um passo importante para a realização do sonho de um grande grupo de dirigentes de colectividades, a criação de uma Federação que defendesse os seus direitos e as representasse junto dos vários Poderes deste País.

Na sexta reunião, em 7 de Dezembro de 1923, são decididas as teses a apresentar e quem se deve responsabilizar pela sua redacção.

Foram nove os temas seleccionados:

1. Grupos Dramáticos nas suas relações com guarda-roupas e cabeleireiros;

2. Meios de defesa a adoptar para moralizar a Dança nas Sociedade de Recreio;
3. Melhor aproveitamento do excursionismo como uma das bases importantes do recreio;
4. Necessidade de mais completa harmonia entre os corpos gerentes das bandas ou organismos similares;
5. Inconvenientes da realização de bailes nos dias de récitas ou vice-versa;
6. Adaptação dos núcleos de benemerência no meio recreativo;
7. Defesa efectiva das Sociedades de Recreio pela Federação;
8. A Imprensa, auxiliar importante da vida recreativa;
9. Supressão dos impostos e contribuições a clubes (substituição) por

um apenas, equitativo, e de acordo com legislação própria para as nossas agremiações.

A primeira e a quinta teses foram atribuídas à Academia Recreativa de Lisboa, a segunda à Academia Instrutiva do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Leste e Norte; a terceira ao Grupo Excursionista 8 de Setembro; a quarta à Sociedade Concentração Musical 24 de Agosto, a sexta ao Odéon Club, a nona ao Club Recreativo Belga; a sétima e a oitava não chegaram a ser distribuídas.

Como já havia despesas a liquidar foi proposto que as colectividades que faziam parte da C.O. entregassem 20$00 cada uma. Esta importância poderia vir a ser reembolsável quando do encerramento das contas do Congresso.

Até ao final do ano de 1923 realizaram-se oito reuniões da C.O. Pode-se considerar que o seu trabalho foi frutuoso pois dinamizaram variadas colectividades, receberam respostas a um inquérito e de um modo geral agitaram bem a ideia do Congresso que ficaria conhecido por Primeiro Congresso Regional das Sociedades de Recreio.

O ano de 1924 seria fulcral para o sonho dos associativistas. Os Governadores Civis, as autoridades policiais e o Fisco não davam descanso aos responsáveis associativos. Pretendia-se que com a sua união houvesse possibilidade de ultrapassar as dificuldades.

Logo no início do ano, a 4 de Janeiro de 1924, teve lugar nova reunião que funcionou com quorum. Curioso que, representando apenas uma C.O., um dos elementos tivesse tido contactos com um vereador da Câmara Municipal de Lisboa sobre determinado aumento de uma taxa.

Na reunião de 14 de Março foram aprovadas as datas de realização do Congresso. Ficou assente que seria nos dias 31 de Maio, 1 e 2 de Junho. A 21 de Março começaram a discutir o Regulamento Geral que nessa mesma noite foi aprovado.

Isto demostra a forma eficiente como os trabalhos decorriam. As reuniões demoravam 2,30 a 3 horas.

Cinco dias mais tarde, a 26 de Março, deram uma última redacção ao Regulamento e aprovaram os cartões de admissão ao Congresso.

Muito curioso foi o que se passou no dia 14 de Maio. O presidente da C.O. declarou que tinha sido procurado pelo tesoureiro de uma ex-comissão que em 1920 tentara a realização de um congresso. Este senhor fizera-lhe a entrega de toda a documentação e ainda da quantia 5$01, saldo acusado no livro de caixa. Assim se fechou o ciclo do "Congresso de 1920" que não se chegou a realizar, mas veio dar a sua modesta mas honesta contribuição ao de 1924.

A C.O. do Congresso previa que este tivesse uma participação de cerca de 58 colectividades tendo considerado que era um número baixo para o impacto que se pretendia. No entanto, nada podia já travar a caminhada para o histórico evento associativo.

Faltavam cinco dias para a data da inauguração dos trabalhos e fizeram nova reunião em que foram ultimados alguns pormenores e combinaram um último encontro para o dia 30, a véspera da data desejada. Desta última reunião não encontrámos acta.

FINALMENTE O CONGRESSO
Actas do Congresso (resumo)

1ª Sessão
31 de Maio de 1924
21 horas
Local: Academia Recreativa de Lisboa
Presenças: colectividades 59; delegados 84
Presidência: Governador Civil de Lisboa

Dirigiu os trabalhos: Presidente da Comissão Organizadora, Júlio Mariano da Academia Recreativa de Lisboa
Trabalhos: houve alguns problemas levantados por congressistas quanto à Presidência do Congresso, tendo o caso sido sanado mais tarde. Foram lidas várias saudações e foi nomeada a Comissão Revisora de Mandatos que ficou constituída pelas seguintes Colectividades: Sociedade Filarmónica Alunos de Esperança, Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo, Campolide Club, Grupo Dramático " Os Combatentes" e Grupo Recreativo Luzitano.

2ª Sessão
1 de Junho de 1924
14 horas
Local: Academia Recreativa de Lisboa
Presenças: colectividades 50; delegados 76
Presidência: Júlio Silva

Trabalhos: discutiu-se e aprovou-se o Regulamento. Foi eleita a Comissão de Pareceres que ficou constituída pelas seguintes colectividades: Sociedade Filarmónica Alunos de Esperança, Clube Recreativo "Os Choras", Sociedade Instrução Musical Cruz Quebradense, Academia Recreativa Leais Amigos, Grémio Recreativo Luzitano. Foi apresentada a tese "Defesa das Colectividades pela Federação".

3ª Sessão
1 de Junho de 1924
21 horas
Local: Academia Recreativa de Lisboa
Presenças: colectividades 58, delegados 75
Presidência: Alfredo Franco

Trabalhos: discussão da tese "Defesa Efectiva das Sociedade de Recreio pela Federação" que foi aprovada por unanimidade. Discussão da tese "Meios a adoptar para moralizar a Dança nas Colectividades de Recreio" que foi aprovada por maioria.
Discussão da tese "Adaptação dos núcleos de beneficência ao meio recreativo" que foi aprovada. Não ficou claro na acta se houve alterações.
A Comissão de Pareceres leu o seu parecer sobre a tese "Federação" que foi aprovada com alterações, mas por aclamação.

4ª Sessão
2 de Junho de 1924
21 horas
Local: Academia Recreativa de Lisboa
Presenças: colectividades 50; delegados 78
Presidência: Júlio Silva que depois cedeu o lugar a Alexandre Bento

Trabalhos: foi discutida a tese "Cartão de identidade e seus derivantes" que foi aprovada com alterações. A tese "Grupos Dramáticos e as suas relações com amadores e guarda-roupas" foi aprovada depois de várias intervenções.
Dada a necessidade de os trabalhos continuarem, o senhor Júlio Mariano informou que o Congresso poderia continuar a funcionar no dia seguinte nas

mesmas instalações da Academia. Esta declaração levou a que fosse proposto um entusiástico aplauso por parte dos congressistas, o que aconteceu.

5ª Sessão
3 de Junho de 1924
21 horas
Local: Academia Recreativa de Lisboa
Presenças: colectividades 51; delegados 65
Presidência: Alexandre Bento que depois cedeu o lugar a Moreira da Câmara

Trabalhos, houve requerimentos, moções, agradecimentos, etc. Fez-se a discussão da tese "Da permuta entre os corpos administrativos das Sociedades de Recreio que foi aprovada. Discutiu-se a tese "Inconvenientes da realização de bailes nos dias de récitas e vice-versa" que foi aprovada com uma alteração. Foi lido e aprovado o relatório da Comissão de Pareceres. Discutiu-se a tese apresentada pelo Grupo Dramático Recreio Familiar "Os Reinadios" que foi aprovada. Foi lido e aprovado o relatório da C.O. do Congresso Regional das Sociedades de Recreio.

Uma leitura atenta do que ficou dito mostra-nos que há falhas na documentação a que tivemos acesso. A própria redacção das actas não está feita de molde a dar-nos conhecimento dos textos das propostas e moções apresentadas. De um modo geral ficamos com a certeza que o Congresso decorreu com grande eficiência e dignidade. Podemos afirmar que para a época em que se realizou foi um bom Congresso e que os seus objectivos foram conseguidos. O facto de nele se ter resolvido fundar a Federação torna-o, sem dúvida, um evento fundamental para o associativismo português.

PRESENÇAS ÀS SESSÕES DO CONGRESSO E NÚMERO DE DELEGADOS POR COLECTIVIDADE

	1.ª Sessão	2.ª Sessão	3.ª Sessão	4.ª Sessão	5.ª Sessão
Academia Filarmónica Verdi	2	2	2	2	1
Academia Instr. Pes. Cam. Ferro Leste e Norte	2	2	2	2	2
Academia Inst. Rec. Luís d'Almeida Grandela	1	2	2	1	1
Acad. Mus. Joaquim Xavier Pinheiro	2		2	2	2
Acad. Primeiro de Setembro 1867				1	1
Academia Recreativa Camões		1	1		
Academia Rec. Braço de Prata	2	2	2	2	
Academia Rec. Leais Amigos	2	2	2	2	2
Academia Recreativa Lisboa	2	2	2	2	2
Academia Rec. Musical Lisboa		1		1	1
Academia Recreativa Nacional	1	2	1	2	1
Academia Recreio Artístico	2	2	2	2	2
Acad. Recr. Mus. Com. Geral Artilharia	2	2	2	2	2
Campolide Club	2	2	2	2	2
Centro Escolar Recreativo Espanhol		1	2		
Club Familiar de Moscavide		1	1	1	1
Club Musical União	1	1		1	
Club Recreativo Belga	2	1	1	1	1
Club Rec. Familiar de Algés	1			2	
Club Recreativo "Os Choras"	2	2	2	1	2
Club Taurino Manoel dos Santos	1		1	1	
Concentração Musical Imparcial Sport					2
Concentração Mus. 24 de Agosto	2	2	2	2	2
Eden Club de Pedrouços	1		1	1	
Grémio do Alto do Pina	2	2	2	2	2
Grémio Lafonense			1		
Grémio Recreativo Luzitano	1	1	1	2	1
Grupo dos Bem Entendidos	2	2	2	2	2
Grupo Dramático Desportivo Estefânia				1	1
Grupo Dramático Lisbonense	2	2	1	2	2

	1.ª Sessão	2.ª Sessão	3.ª Sessão	4.ª Sessão	5.ª Sessão
Grupo Dramático Mus. Apolo	2	2	2	2	2
Grupo Dramático Mus. "O Peninsular"	2	1	1	1	1
Grupo Dramático "Os Combatentes"	2	2	2	1	1
Grupo Dramático "Os Íntimos"	2	1	1	1	1
Grupo Dramático Ramiro José	1	2	2	2	2
Grupo Dramático Rec. Fam. "Os Reinadios"		2			1
Grupo Excursionista do Castelo	2	1	1	1	2
Grupo Excursionista 8 de Setembro 1906	2	1	1	2	2
Grupo Recreativo "Os Modestos"	2	2	2	2	2
Grupo Rec. Sport da Soc. Inst. Mil. Prep. nº 9				1	1
Juventud de Galicia	2	1	1	1	
Lisboa Club	2				
Odéon Club	2	1	1	2	2
Soc. Mus. Alunos Alves Rente	1	1	2	2	2
Soc. Filarm. Alunos de Apolo	2	1		2	2
Soc. Filarm. Alunos de Esperança	2	2	2	2	2
Soc. Filarm. Alunos de Harmonia	1	2	2	2	2
Soc. Filarmónica Euterpe	1	1	1		
Soc. Filarmónica Incrível Almadense		1	1	1	1
Soc. Fil. Inst. Rec. Calceteiros Municipais de Lisboa	2	1		2	1
Soc. Filarmónica Recordação d'Apolo	1	1	1	2	1
Soc. Fil. União Capricho Olivalense	2	2	2	2	
Soc. Inst. Guilherme Cossoul	2	1	2	2	
Soc. Inst Mus. Cruz Quebradense	2	2	1	1	1
Soc. Instrução Recreio Barreirense	1	1	1	1	1
Soc. Mus. Capricho Setubalense	2	1	1	1	1
Soc. Musical 3 Agosto 1885	2	1	1	1	
Soc. Recreio Operário Portugal	1	1		1	
Troupe Familiar F. Gomes Lopes	1	1	1	2	1
Colectividade não identificada			1		

Esta estatística de presenças nas sessões do Congresso foi feita a partir das folhas de presença. Estão inscritos nas folhas os seguintes órgãos de imprensa: Jornal "Odéon Club" que deverá ser um boletim da colectividade Odéon Club, Jornal "O Recreio" e o Jornal "O Recreio dos Teatros".

O facto de se poderem detectar diferenças entre os números de presença indicados nas actas e os que estão inscritos nas folhas não tem grande importância pois seria natural haver falhas e esquecimentos. O que interessa é que as diferenças são mínimas.

O mais importante e que nos deve servir para tirar as devidas conclusões é sabermos o interesse e a participação activa de tantas associações representativas de Bandas, de Grupos Dramáticos e de Recreio, sendo ainda de destacar a participação de um Grupo Tauromáquico e das seguintes colectividades sediadas a sul do Tejo: a Sociedade Musical Capricho Setubalense, a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense e a Sociedade Instrução Recreio Barreirense. Em 1924 elas pertenciam ao distrito de Lisboa, mas a realidade associativa em que estavam inseridas, assim como a realidade social, eram diferentes das vividas na Capital. Isto não quer dizer que não houvesse muitos problemas e preocupações comuns.

QUANTO CUSTOU O CONGRESSO

Um congresso em 1924 não tinha as mesmas exigências que têm estes eventos no nosso tempo. Menor número de pessoas, raríssimos telefonemas, se é que houve algum, nada de duplicadores mecânicos, ou mesmo manuais. A fotocópia era desconhecida, ausência total de pessoal administrativo, etc. Os meios modestos faziam com que tudo se passasse de modo simples e económico. No entanto, havia correspondência, logo, selos do correio, algum material de papelaria e tipografia e, como consta do apanhado de caixa, flores para decoração, além da gratificação ao contínuo da colectividade anfitriã e as despesas com a limpeza.

Para fazer frente às inevitáveis contas a pagar, foram recebidas quotas de adesão ao Congresso que totalizaram Esc: 1.260$00, mais Esc: 94$70 de abonos da C.O. e ainda os 5$01 que o tesoureiro da ex-comissão

pró-congresso de 1920 foi, honestamente, entregar à nova comissão. Tudo junto, foram as receitas no valor de Esc: 1.359$01.

As despesas: - Correio - 115$75; tipografia - 701$00; papelaria - 7$20; pessoal gratificado - 74$00 e flores - 20$00, totalizaram Esc: 917$95.

O saldo, de Esc: 441$76, foi entregue à Comissão Organizadora da Federação.

Eram assim as coisas há 75 anos.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA PELA COMISSÃO ORGANIZADORA

A correspondência é um tipo de documentação que não se pode deixar de consultar quando se quer fazer uma ideia sobre acontecimentos como este ou qualquer outro de grande importância.

A correspondência relativa ao Congresso não é muito extensa e respeita essencialmente à nomeação ou substituição de delegados.

O seu maior interesse está em sabermos quais as colectividades que escreveram à Comissão Organizadora e quantas vezes o fizeram.

Para que conste e para que futuros estudiosos tenham o seu trabalho facilitado aqui fica a relação.

Academia Filarmónica Verdi	**3**
Academia Instr. do Pessoal dos Cam. de Ferro do Leste e Norte	**6**
Academia de Instrução e Recreio Luís D' Almeida Grandela	**1**
Academia Musical Joaquim Xavier Pinheiro	**3**
Academia 1º de Setembro de 1867	**1**
Academia Recreativa de Braço de Prata	**1**
Academia Recreativa Familiar 1 de Janeiro de 1913	**1**
Academia Recreativa "Leais Amigos"	**1**
Academia Recreativa de Lisboa	**6**
Academia Recreativa Musical de Lisboa	**1**
Academia Recreativa Nacional	**2**
Academia Recreio Artístico	**5**
Academia Recreio Familiar 1 de Janeiro de 1913	**1**
Academia Recreio Mus. do Pessoal do Com. d' Artilharia	**2**
Associação Concentração Mus. 24 de Agosto "Banda República"	**7**
Campolide Club	**2**
Centro Escolar Democrático de Campo d'Ourique	**1**
Centro Escolar Democrático Espanõl	**1**
Clube Estefânia	**1**
Clube Moderno	**1**
Clube Recreativo Belga	**3**
Clube Recreativo Familiar	**2**
Clube Recreativo "Os Choras"	**5**
Club Taurino Manoel dos Santos	**1**
Concentração Musical Imparcial Sport	**1**
Eden-Club de Pedrouços	**1**
Ginásio Club Português	**1**
Grémio do Alto do Pina	**2**
Grémio Beirão	**1**
Grémio Lafonense	**1**
Grémio Recreativo Luzitano	**1**
Grupo dos Bem Entendidos	**1**
Grupo Dramático Desportivo Estefânia	**1**
Grupo Dramático Lisbonense	**2**
Grupo Dramático dos Macavencos	**1**
Grupo Dramático e Musical Apolo	**1**
Grupo Dramático Musical "O Peninsular"	**2**

Grupo Dramático “Os Combatentes”	**4**
Grupo Dramático “Os Íntimos”	**1**
Grupo Dramático Ramiro José	**2**
Grupo Dramático Recreio Familiar “Os Reinadios”	**3**
Grupo Excursionista do Castelo	**3**
Grupo Excursionista Musical 6 de Outubro 1915	**1**
Grupo Excursionista 8 de Setembro	**4**
Grupo Musical 1º de Dezembro	**1**
Grupo Recreativo Luzitano	**1**
Grupo Recreativo “Os Modestos”	**1**
Grupo Rec. e de Sport da Soc. de Inst. Militar Preparatória nº 9	**2**
Juventud de Galicia	**2**
Lisboa Club	**1**
Lusitano Club	**1**
Odéon Club	**3**
Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo	**2**
Sociedade Filarmónica Alunos de Esperança	**2**
Sociedade Filarmónica Alunos de Harmonia	**1**
Sociedade Filarmónica Euterpe (de Benfica)	**1**
Sociedade Philar. Inst. e Recr. “Os Calceteiros Municipais”	**1**
Sociedade Filarmónica União e Capricho Olivalense	**1**
Sociedade Filarmónica Recordação de Apolo	**2**
Sociedade Instrução Guilherme Cossoul	**6**
Sociedade de Instrução Musical Cruz Quebradense	**1**
Sociedade de Instrução Musical de Paço d' Arcos	**1**
Sociedade Instrução e Recreio Barreirense	**2**
Sociedade da Matinha	**1**
Sociedade Musical Alunos de Alves Rente	**2**
Sociedade Musical Capricho Setubalense	**2**
Sociedade Musical de Cascaes	**1**
Sociedade Musical 3 d'Agosto de 1885	**2**
Sociedade Promotora de Educação Popular	**1**
Sociedade Recreativa Camões	**1**
Sociedade Recreativa Nacional	**1**
Sociedade de Recreio Ajudense	**1**
Sociedade Recreio Operário “A Portugal”	**1**
Tuna Tramagalense	**1**

Outra correspondência:

Administração do Concelho de Setúbal	**1**
J. A. Madeira	**1**
Jornal "A Ribalta"	**1**
Jornal "A União Recreativa"	**1**
Revista "O Circo"	**1**

É um total de 138 ofícios enviados por 74 colectividades e 3 de órgãos de imprensa. Se a cada associação do distrito de Lisboa foi enviado um ofício com o inquérito, os ofícios emitidos pela C.O. terão sido mais de 300.

O CONGRESSO E A IMPRENSA

Qual foi o impacto deste Congresso de 1924 na imprensa da Capital? Seria natural que a imprensa desse a maior cobertura a tal movimentação das colectividades.

Se a imprensa, dita livre, não traduzisse, na maior parte das vezes, os interesses das classes possidentes, dos capitalistas e da alta burguesia, o movimento associativo popular chamaria a atenção dos jornalistas, dos chefes de redacção e dos directores dos jornais. Infelizmente sabe-se como se passam as coisas e por isso não admira que a este congresso do associativismo não tivesse sido dado o relevo que ele merecia. É até de estranhar que um jornal como "A Voz do Operário" não lhe houvesse dado a atenção devida. Que problemas teriam estado por de trás de tal falta de notícias? Na impossibilidade de hoje sabermos o que se passou, limitamo-nos a registar o facto.

Da imprensa das colectividades, ou a elas ligada, citamos "O Belga", órgão do Club Recreativo Belga, de que conhecemos os números 22 (Ano II, Novembro de 1923), 23, (Ano II, Dezembro 1923) e 25, (Ano III, Fevereiro 1924); o C.R.L. do Club Recreativo Luzitano, n.º 2, (Ano I Novembro 1924); "O Tabordinha", da Academia Instrutiva do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Leste e Norte, n.º 3, (Ano II, Abril/Maio 1924); "O Recreio", da Academia Recreio Artístico, n.º 24, (Ano IV Dezembro 1923). De "A União Recreativa" - órgão defensor das colectividades de recreio - conhecemos os n.ºs 3, Dezembro 1923 e o 4, Janeiro 1924.

A imprensa diária, de grande circulação e distribuição a nível nacional, teve sempre assuntos de grande interesse para as suas notícias e vários congressos que movimentaram gente de peso. Este Congresso de associações populares não teve, pois, a relevância que os seus organizadores pretendiam, mas mesmo assim foram publicadas algumas notícias, embora de pequena extensão. Algumas, as mais antigas, diziam respeito aos trabalhos de organização.

Eis o noticiário que conseguimos recolher:

- Diário de Notícias: 21 de Novembro de 1923 e 1 e 3 de Junho de 1924.
- O Século: 21 de Novembro de 1923; 22 de Fevereiro de 1924; 25 de Maio de 1924 e 1 e 3 de Junho de 1924.
- O Mundo: 1,2, 3 de Junho de 1924.
- A Capital: 21 de Maio de 1924
- Diário de Lisboa: 19 de Dezembro de 1923; 19,20, e 21 de Fevereiro de 1924.

FEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES POPULARES DE EDUCAÇÃO E RECREIO

Terminado o Congresso no dia 3 de Junho de 1924, era preciso andar rapidamente no sentido de levar à prática a sua decisão mais importante: a fundação da federação associativa.

No dia 16 de Junho, apenas 13 dias após o encerramento dos trabalhos, na Academia Recreativa de Lisboa, realizou-se a sessão de Tomada de Posse da Comissão Organizadora da Federação. Os homens que representavam as colectividades tinham já dado provas do seu entusiasmo e dedicação empenhada nos trabalhos preparatórios do Congresso e durante a sua realização.

Ficaram encarregues de iniciar os difíceis passos, Manuel Francisco Ferreira e Jaime Franco, da Sociedade Filarmónica Alunos Esperança, Júlio Francisco Mariano e Ulisses Coutinho, da Academia Recreativa de Lisboa, Alfredo Francisco Tavares, da Academia Recreativa "Leais Amigos", João Augusto de Azevedo, do Grupo Dramático Recreio Familiar "Os Reinadios" e Júlio Silva e Eduardo Parmesano, da Academia Recreio Artístico.

COLECTIVIDADES FUNDADORAS

O que podemos considerar colectividades fundadoras? As primeiras 12, as primeiras 24, as que se filiaram no primeiro ano ou seriam assim consideradas as que foram admitidas até ao final do segundo ano?

Não nos compete, hoje, decidir quais foram as fundadoras e não temos elementos sobre o que consideravam os dirigentes da altura.

Temos um registo das inscrições na Federação e por isso há o respectivo número de inscrição e a data em que foi feita. Por tradição oral, sempre ouvimos dizer que todas as que se federaram até ao final de 1926 eram tidas como fundadoras da Federação. Não queremos emitir uma opinião sobre este assunto, entre outros motivos, até porque não terá grande interesse e por isso limitamo-nos a dar conhecimento das colectividades que se filiaram até ao fim do ano de 1926.

N.º 1 Academia Recreio Artístico
N.º 2 Associação Concentração Musical 24 de Agosto
N.º 3 Grupo Dramático e Recreio Familiar "Os Reinadios"
N.º 4 Grupo Dramático "Os Combatentes"
N.º 5 Sociedade Filarmónica Alunos Esperança
N.º 6 Clube Recreativo Belga
N.º 7 Grupo Dramático e Desportivo "Os Aliados"
N.º 8 Academia Recreativa Nacional
N.º 9 Academia Instrutiva do Pessoal dos Cam. de Ferro do Leste e Norte
N.º 10 Grémio do Alto do Pina
N.º 11 Sociedade de Instrução Musical Cruz Quebradense
N.º 12 Sociedade Filarmónica Alunos de Harmonia
N.º 13 Campolide Club
N.º 14 Odéon Club
N.º 15 Academia Recreativa de Lisboa
N.º 16 Academia Recreativa Leais Amigos
N.º 17 Club Recreativo "Os Choras"
N.º 18 Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense
N.º 19 Grupo Excursionista do Castelo
N.º 20 Grupo Dramático e Musical Apollo
N.º 21 Juventud de Galicia
N.º 22 Grupo Dramático Lisbonense

N.º 23 Grupo Dramático Ramiro José
N.º 24 Sociedade Filarmónica União Capricho Olivalense
N.º 25 Grupo Dramático e Musical "O Peninsular"
N.º 26 Grémio Recreativo Luzitano
N.º 27 Grémio Lafonense
N.º 28 Academia Recreio Mus. do Pessoal do Com. Geral de Artilharia
N.º 29 Grupo Recreio Excursionista União dos Desunidos
N.º 30 Club Familiar Moscavidense
N.º 31 Sociedade Musical Alunos de Alves Rente
N.º 32 Sociedade Filarmónica Recordação de Apollo
N.º 33 Academia 1º de Setembro de 1867
N.º 34 Sociedade Filarmónica João Rodrigues Cordeiro
N.º 35 Sociedade Filarmónica Euterpe (de Benfica)
N.º 36 Sociedade Instrução Guilherme Cossoul
N.º 37 Belém - Recreio
N.º 38 Academia Recreativa Familiar 1º de Janeiro de 1913
N.º 39 Troupe Familiar Francisco Gomes Lopes
N.º 40 Luzitano Club
N.º 41 Ajuda Club
N.º 42 Grupo Excursionista 8 de Setembro de 1906
N.º 43 Sociedade da Matinha
N.º 44 Club Musical União
N.º 45 Tuna Recreativa Tondelense
N.º 46 Club Moderno
N.º 47 Grupo Recreativo "Os Regulares"
N.º 48 Sociedade Recreio Operário "A Portugal"
N.º 49 Club Recreativo União e Capricho (Monte da Caparica - Almada)

Até ao final de 1924 federaram-se as primeiras 13 colectividades.

No ano de 1925 entraram para a Federação mais 27. Ao fim de ano e meio de trabalho muito duro, ter 40 associações inscritas pode não ser considerado um grande êxito, mas para quem conhece bem o espírito dos dirigentes e levando em conta os parcos meios disponíveis, teremos hoje de considerar que foi feito um bom trabalho e a sementeira iria dar maiores e melhores frutos dentro de algum tempo.

A evolução nos primeiros dez anos foi a seguinte:

1924 federaram-se	13 colectividades
1925 federaram-se	27 colectividades
1926 federaram-se	9 colectividades
1927 federaram-se	6 colectividades
1928 federaram-se	9 colectividades
1929 federaram-se	110 colectividades
1930 federaram-se	14 colectividades
1931 federaram-se	8 colectividades
1932 federaram-se	44 colectividades
1933/34 federaram-se	46 colectividades

Conseguir, em dez anos, 287 colectividades inscritas, só no distrito de Lisboa, tornou-a imediatamente a maior federação em número de associações inscritas.

Um inquérito levado a efeito pela Comissão Organizadora do Congresso de 1924 junto dos administradores dos concelhos do então distrito de Lisboa, sobre o número de colectividades existentes, obteve a seguinte resposta:

Lisboa	135 Colectividades
Alcácer do Sal	3 Colectividades
Alcochete	2 Colectividades
Aldegalega	7 Colectividades
Alenquer	- Colectividades
Almada	14 Colectividades
Arruda dos Vinhos	4 Colectividades
Azambuja	4 Colectividades
Barreiro	4 Colectividades
Cadaval	- Colectividades
Cascaes	9 Colectividades
Cintra	17 Colectividades
Cesimbra	4 Colectividades
Grândola	2 Colectividades
Loures	13 Colectividades
Lourinhã	1 Colectividade
Mafra	5 Colectividades

Moita	4 Colectividades
Oeiras	16 Colectividades
S. Tiago do Cacém	2 Colectividades
Seixal	4 Colectividades
Sobral Mont' Agraço	0 Colectividades
Setúbal	10 Colectividades
Torres Vedras	8 Colectividades
Vila Franca de Xira	5 Colectividades
Total	273 Colectividades

PALAVRAS FINAIS

Chegados ao fim da apresentação destes factos que levaram ao aparecimento da Federação das Sociedades Populares de Educação e Recreio, actual Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, teremos de fazer algumas considerações sobre tudo o que acabamos de conhecer.

Em 1924 o regime republicano democrático, ou como também é chamado, a Primeira República, estava no fim da sua vida. As contradições dos Partidos que existiam tinham levado o país para uma situação político - financeira muito difícil. A extrema direita criava situações de grave instabilidade, normalmente atribuindo a outros os golpes terroristas que assustavam e martirizavam a população.

O movimento associativo, que tanto contribuíra para o nascimento do regime republicano, continuava a não ter o apoio oficial, isto apesar de todo o trabalho que, voluntariamente, fazia a favor das populações.

Os dirigentes associativos acreditavam que uma Federação associativa seria um interlocutor válido, aceite pelo Poder e, naturalmente, acreditariam na força da união das colectividades. O Congresso veio num momento crucial pois, a 28 de Maio de 1926 a Direita tomava o Poder e iria instalar um regime ditatorial que duraria 48 longos anos. Num aspecto acertaram os dirigentes associativos, a Federação, apesar de todas as perseguições e limitações, conseguiu resistir e chegar à democracia regressada com o 25 de Abril.

Quando lemos as teses que foram discutidas e aprovadas no Congresso de 1924, também nos apercebemos das preocupações dos dirigentes de então.

A tese "Supressão de Impostos e Contribuições de harmonia com a legislação própria para as nossas colectividades" é de importância capital. Em 1924, tal como hoje, o problema dos impostos que oneravam as colectividades, como se de empresas lucrativas se tratassem, era uma vergonha nacional. Dando tudo o que podiam à nação, pois trabalhavam para as populações, proporcionavam aos jovens o ensino da música, quase todas as modalidades desportivas, bibliotecas, teatro, etc, e oferecendo aos adultos espectáculos variados, salas de convívio, jogos de sala, excursões e outras actividades, tudo a custos baixíssimos, as colectividades ainda tinham de contribuir, como hoje continua a acontecer, para o Orçamento de Estado.

As restantes teses dão-nos a panorâmica das preocupações dos dirigentes da época. Prova da capacidade dos seus redactores é o facto de todas terem como características comuns uma apreciação calma e cheia de bom senso dos temas tratados.

Setenta e cinco anos depois da sua fundação, a Federação continua a lutar pelos mesmos direitos para as colectividades, continua a não ser respeitada pelo Poder Central e ainda tem de se esforçar e lutar pela sua sobrevivência.

COMENTÁRIO

O presente trabalho sobre o 1º Congresso de Colectividades de Cultura e Recreio constitui uma novidade de extrema importância para o movimento associativo recreativo e cultural. Esta é a primeira vez que um dos dirigentes associativos deste país, se debruça sobre a própria história deste movimento. É a própria Federação das Colectividades que se auto-analisa numa perspectiva histórica.

Neste trabalho de Pereira Ramos há aspectos que são merecedores de realce. Em primeiro lugar sobressai o intenso rigor de todo o estudo, um rigor sistemático quer no tratamento das fontes utilizadas quer na própria escrita, tensa, contida em adjectivos. Sem ser um historiador, Pereira Ramos fez um estudo verdadeiramente notável de sobriedade e objectividade. E fez bem, na nossa opinião. O facilitismo na utilização do verbo leva facilmente a fantasiar factos, a enaltecer uns e a denegrir outros.

Em segundo lugar, as análises efectuadas parecem-nos ser muito correctas, tendo sido o tratamento das informações levado ao mais ínfimo pormenor. Esta exaustividade releva, de novo, para o valor de juízos analíticos e da sua importância para a actualidade.

A História do Movimento Associativo do tipo Cultural e Recreativo não está feita, mas muitos têm sido os contributos que ao longo dos últimos vinte anos têm vindo a lume um pouco por todo o país, inclusive em artigos, dispersos uns, de organização temática outros, surgidos na imprensa diária.

Se os números bastassem, mais não seria necessário para realçar a importância destas formas de organização de cariz manifestamente popular, se atendermos aos milhares de sócios de colectividades e às práticas culturais e recreativas que desenvolvem.

Mas os números não chegam e nem serão os mais importantes. Falar de qualidade, de valorização desportiva, cultural e recreativa é bem mais importante. Foi sobretudo com este espírito que os associativistas de 1920 e de 1924 viram a necessidade de construção de uma Federação que ajudasse as colectividades, que fosse um interlocutor destas perante congéneres e o próprio Estado.

Este espírito Federativo vem já de final do século XIX, sendo-lhe associado as ideias do tipo socialista que então tinham alguma expressão junto da pequena burguesia esclarecida e de dirigentes operários. As diferentes

opções de luta, nomeadamente o republicanismo e o anarco-sindicalismo esvaziarão um pouco o espírito Federalista com excepção do das Associações de Classe (sindicatos) e das Cooperativas.

No ano de 1924, ano de agudização de conflitos na sociedade portuguesa, agitada por golpes militares e uma constante instabilidade político-militar, agravada por uma situação económica de crise com uma inflação crescente e regressão em termos de emprego, é espantoso que homens lúcidos, empenhados socialmente no bem comum, se tenham dedicado à construção desta Federação das Colectividades de Desporto, Cultura e Recreio.

Reconhecer hoje a importância das colectividades enquanto "grupos de convivialidade" surgidos sobretudo a partir da 2ª metade do século XIX, entender as suas ligações miméticas com o mesmo fenómeno ao nível das classes superiores, como círculos de nobreza esclarecida e burguesia urbana, sem deixar de integrar o fenómeno na corrente de fundo das sociabilidades mais profundas que vêm das noções corporativas medievais, numa nova conjuntura onde despontam noções como "instrução", " cultura", "tempos livres", entendidos como direitos que assistem aos mais desfavorecidos da sociedade, eis uma das tarefas inadiáveis da comunidade científica, historiadores, sociólogos, e também dos próprios actores e artífices deste magnífico movimento que é o consubstanciado nas Colectividades, património indissociável desta nossa maneira de sermos portugueses.

António Ramos

CONFERÊNCIA
"Relações entre o Poder Associativo
e o Poder Central"

Estudos

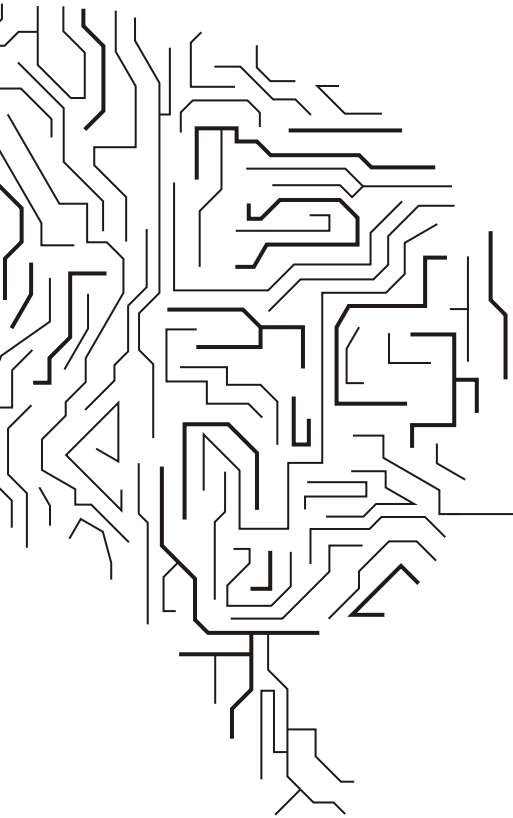
LUANA DO ROCIO TABORDA
DOUTORANDA EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
E EM SOCIOLOGIA NO ISCTE

PAULA ALEXANDRA NASCIMENTO
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS EDUCATIVAS CI-ISCE

CATARINA TOMÁS
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA, ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO CICS.NOVA.FCSH NOVA

JOANA CAMPOS
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA,
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO CIES-IUL

LUÍS MAÇARICO
INVESTIGADOR E DIRIGENTE ASSOCIATIVO



LUANA DO ROCIO TABORDA

Doutoranda em Sociologia e Ciência Política na Universidade Federal de Santa Catarina e em Sociologia no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa em regime de cotutela. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). É integrante do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS/UFSC). Atualmente é investigadora visitante junto ao Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), do ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Desenvolve pesquisas sobre os temas: associativismo, organizações da sociedade civil, interações sociedade civil - Estado e democracia.
Email: luanadorocio@gmail.com.

CONFIGURAÇÕES ASSOCIATIVAS E INTERAÇÕES ENTRE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ESTADO:
Brasil e Portugal em perspectiva comparada

Sumário:

- **Introdução**
- **Brasil e Portugal: Um atlântico de concepções?**
- **Comparativo Institucional: Quem são as associações em Brasil e Portugal?**
- **Interações entre Organizações da Sociedade Civil e Estado – Autonomia ou dependência?**
- **Entre incentivos e impactos: Como estudar o associativismo?**
- **Considerações Finais**
- **Referências Bibliográficas**

O presente artigo foi realizado com o apoio agência brasileira Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Processo n. 99999.008551/2014-06, Projeto vinculado: "Novas modalidades de participação política: protestos e participação institucional no Brasil e em Portugal em perspectiva comparada".

¬ Introdução

Temos testemunhado, nas últimas décadas e desde os processos de consolidação democrática em Brasil e Portugal, um crescimento na conformação de associações, bem como também um movimento de pluralização das configurações do campo associativo. No âmbito dos estudos sobre engajamento e ação coletiva, há muito coloca-se a intricada relação entre as associações e a democracia, onde um governo mais democrático permitiria o florescimento da sociedade civil, sendo o contrário também verdadeiro (TOCQUEVILLE, (1997 [1835]) e WARREN (2001).

Em um contexto de maior abertura e incentivos à sua existência e atuação, temos que as associações e as interações destas com órgãos estatais acabam por expandir-se. Estas interações podem dar-se de forma conflitiva (as associações questionam decisões e políticas governamentais, mobilizando diferentes repertórios (TILLY, 2006) para influenciar as decisões de representantes eleitos ou questionar sua legitimidade, e ainda para influenciar a opinião pública); ou cooperativa (nos casos de parcerias para prestação de serviços mediante repasses estatais e presença em espaços de interlocução para fins de discussão, elaboração e implementação de políticas públicas), ou em um contexto duplo das duas formas. De fato, são muitas hoje as formas de interação entre as organizações da sociedade civil (OSCs) e os Estados, a depender de estruturas de oportunidade política existentes e também de questões históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais próprias.

Tendo desenvolvido desde 2014 pesquisas sobre o campo associativo Brasileiro, em 2018 vim para Portugal com o objetivo de realizar uma pesquisa comparativa sobre Brasil e Portugal quanto à organização associativa, enquanto bolseira do projeto "Novas modalidades de participação política: protestos e participação institucional no Brasil e em Portugal em perspectiva comparada"

(CAPES/FCT – UFSC/ISCTE). Assim, surge um grande desafio e oportunidade, que permitiu que as próximas páginas fossem escritas.

Neste sentido, a pesquisa busca analisar como ocorrem estas interações no Brasil e Portugal contemporâneos, tendo em vista influências históricas do campo, além de incentivos políticos, legais, financeiros e acadêmicos existentes. Para tanto, a metodologia da pesquisa procura identificar as diferentes concepções e tipologias existentes quanto ao campo associativo em Brasil e Portugal, explorar dados quanto a configurações institucionais do campo associativo de cada país, e ainda apontamentos quanto às formas de interação entre Estado e associações. As afirmações aqui feitas baseiam-se em estudos anteriores realizados no Brasil, desde 2014, além de pesquisas de terreno, entrevistas, estudos e bases de dados secundárias e pesquisa documental realizadas em Portugal. Objetiva-se assim conformar um retrato do associativismo em ambos os países, em termos atuais, quanto a suas configurações e relações estatais, apontando também caminhos analíticos.

¬ Brasil e Portugal: Um atlântico de concepções?

Antes de mais, há algo essencial a esclarecer, que também já se coloca enquanto relevante elemento da investigação realizada: as diferenças quanto às concepções de associativismo em Brasil e Portugal. Primeiramente, o que é comum a ambos os casos é uma certa difusão terminológica que segue indefinições e não consolidações dos respectivos campos associativos, contexto também visível em termos mundiais. No Brasil, quando se fala de associativismo, refere-se primariamente a todo o conjunto de Organizações da Sociedade Civil, doravante OSCs.

O *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts* (2003), principal referência quanto a definições para os estudos realizados em todo o mundo, elenca cinco elementos que precisam estar presentes para que uma entidade seja considerada enquanto parte do Non-Profit Sector:

> (i) Organização, isto é, institucionalizada até certo ponto;
> (ii) Privada, isto é, institucionalmente separada do governo;
> (iii) Sem fins lucrativos, ou seja, não retornando lucros gerados a seus proprietários ou conselheiros;
> (iv) Autogovernada, isto é, capaz de controlar suas próprias atividades;
> (v) Voluntária, isto é, não obrigatória e envolvendo algum grau significativo de participação voluntária" (Handbook, 2003, p.16 tradução própria).

Uma questão que precisa ser colocada tem-se delineado, nas últimas décadas, quanto a concepções muito diferentes e dois modelos centrais quanto aos estudos do setor sem fins lucrativos: o Americano e o Europeu. O americano foca-se mais no estudo das organizações sem fins lucrativos, e seguindo os cinco elementos apontados acima. Já o caso Europeu, apesar de importantes diferenças entre países, tem tido maior privilégio o estudo das organizações da chamada Economia Social, onde os estudos seguem além do Handbook (2003), o *Manual for Drawing up the Satellite Accounts of Companies in the Social Economy: Co-operatives and Mutual Societies* (CIRIEC, 2006). Esta diferenciação explica o porquê do estudo português chamar-se "Conta satélite da Economia Social", enquanto o brasileiro, por sua vez, intitula-se "Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil"

Sobre isso, cabem algumas considerações enquanto estudiosa do associativismo: embora a grande relevância da economia social em Portugal, acredito ser passível de problematização a pesquisa ser denominada enquanto um estudo das organizações de economia social portuguesas. Trata-se, na verdade, de um estudo sobre o conjunto das organizações da sociedade civil, formais e ativas, existentes em Portugal, e as organizações de economia social *fazem parte* do conjunto de OSCs existentes, mas não representam o todo destas. Entendo que o objetivo/fim da maior parte das OSCs não é econômico – embora precisemos discutir com maior profundidade relações e fronteiras entre o setor econômico e social, principalmente quanto à questão das cooperativas. Configura-se enquanto todo um setor que não pode ser definido por isto, porque suas ações e relações não baseiam-se, em tese, primariamente em relações econômicas, mas sim a defesa de direitos, à questão social, aos âmbitos em que o Estado não chega, à sociabilidade e fortalecimento comunitário e apoio internacional ou ainda, além de muitos outros fins, a geração de capital social.

O campo associativo, muito conhecido por terceiro setor, configura-se enquanto espaço de organização societal e *advocacy*, de diferentes formas e por diferentes áreas, sejam culturais, recreativas, assistência social, política, defesa de direitos políticos e humanos, dentre muitas e muitas mais. Não se trata de não reconhecer a relevância da economia social, dado não poder ser desconsiderado seu potencial transformador e emancipatório, apenas de dizer que o campo associativo não volta-se, primariamente, para questões econômicas. E tampouco é-se isto uma questão apenas de terminologia, dado que acredito poder haver consequências a longo prazo de possível estreitamente da visão dos potenciais das associações. Mas compreendo que atrelada a esta forte identificação e defesa da economia

social/solidária esteja a preocupação com a autonomia econômica das organizações, que visualizam na economia solidária o principal caminho para a autossustentabilidade. Assim, acredito que a denominação importa e deva ser revista.

O campo associativo é caracterizado pela sua amplitude e heterogeneidade, e mais aproxima-se de um poder ou setor "saudável" quanto mais configurar uma ecologia (WARREN, 2001), conformada por organizações com diferentes tamanhos, finalidades e territórios de atuação. Podem ainda trazer importantes impactos democráticos quando se voltam ao desenvolvimento social e político, ou, por outro lado, permite a organização de grupos não/anti-democráticos, como aqueles discriminatórios (Idem, 2001).

E é considerando o que coloquei anteriormente, que aqui neste artigo usarei a terminologia de Organizações da sociedade civil (OSCs) para falar sobre este conjunto amplo e rico que existe hoje tanto em terras brasileiras como portuguesas. Tenho-a utilizado a um tempo, dado ser hoje a terminologia com relativo maior consenso no Brasil.

Ainda, devo acrescentar que a concepção de associativismo que me baseio (WARREN, 2001, LÜCHMANN, 2014) não considera apenas as organizações formalizadas. No caso brasileiro (talvez mais do que no português), as exigências burocráticas e financeiras de formalização são altas, de forma que muitas organizações ou coletividades não tem registro formal. Este conjunto de organizações são os mais difíceis de se estudar, não entrando para as estatísticas e tendo vida mais volúvel, o que não quer dizer que não façam parte do campo associativo e não mereçam atenção dos estudiosos.

Assim, temos que há um acumulo de reflexões teóricas e empíricas sobre o fenômeno do associativismo, mas seguindo uma linha de pensamento tocqueviliana, entendemos enquanto associações todas estas organizações de reunião voluntária de pessoas em torno de um fim, dado o direito de associar-se, e como associativismo o fenômeno mais amplo do coletivo das associações. No caso brasileiro, temos uma amplitude de denominações e estatutos (atentar para a diferença e para que diferentes associações acumulam diferentes estatutos), sejam Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações Civis (OS), associações, Movimentos Sociais (MS), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Entidades Sem Fins Lucrativos (ESF) Organizações da Sociedade civil (OSC), dentre outros. Aqui, preferimos utilizar principalmente este último termo, seja OSCs, e ainda Associações, por considerá-los os que melhor abarcam o conjunto de entidades que compõem o campo associativo. Também Portugal tem variadas denominações para distinguir as

diferentes famílias: mutualidades, cooperativas, associações com fins altruísticos, fundações e misericórdias, colectividades, dentre outras mais. É um grande avanço no caso português esta maior definição quanto às diferentes famílias existentes, mas estas, de onde vejo, conformam o campo associativo português, de que fazem parte mas não o resumem, as organizações da economia social.

¬ Comparativo Institucional: Quem são as associações em Brasil e Portugal?

Por impulsão do Center for Civil Society Studies (e a pessoa de seu diretor Lester Salamon) da John Hopkins University, desde 1991 com o projeto *Comparative Nonprofit Sector Project* [1] e também de organizações internacionais como as Nações Unidas, temos hoje dados sobre o contingente de organizações da sociedade civil em mais e mais países do mundo. Nos casos Português e Brasileiro, os estudos são feitos em colaboração entre instituições acadêmicas e especialistas, da sociedade civil e institutos nacionais de pesquisa. Quanto a estes estudos estatísticos realizados sobre as OSCs, podemos apontar dois elementos centrais quanto a limitações e os impactos que trazem para o campo:

- "A linguagem das estatísticas é apenas uma forma retórica; [mas], para certas audiências e em certas circunstâncias, pode ser mais convincente e mais funcional" (Gergen, Gergen (2006, p. 375). Ou seja, "todo levantamento estatístico é como uma fotografia borrada da realidade", mas como tal, depende do momento do fotografar, e trata-se de uma representação, que não apreende o todo. "Fazemos sempre uma tentativa de aproximação dessa realidade, observando-a em todos os seus elementos e formas e interpretando-a dentro de uma perspectiva social e política mais ampla" (GANANCA, 2006, p.34-35). E tratando-se do associativismo, enquanto objeto de investigação sociológica ou política, acredito ser algo que não se permite apreender suficientemente apenas em termos de estudos macro. É no "chão de fábrica" das OSCs, conversando com os atores, que podemos mais efetivamente compreender seus contornos, dinâmicas e funções socioetais.

[1] http://ccss.jhu.edu/. Último acesso em novembro de 2019.

II Se por um lado, estes estudos tem limitações importantes (ver LÜCHMANN, ALMEIDA e TABORDA, 2018), por outro figuram dentre um contexto sem precedentes e mundial de proliferação de estudos que tem tido, em geral, um papel de fortalecimento e rearranjo do campo associativo nos países realizados, por evidenciar os principais contornos, áreas de atuação, montante de recursos mobilizados e de empregos gerados. Ao menos nos casos brasileiro e português, podemos afirmar isto seguramente: embora os estudos não tivessem como finalidades principais esta contribuição para com as configurações e fortalecimento associativo, isto tem ocorrido, pois permitem às diferentes famílias associativas compreenderem questões essenciais sobre si mesmas, e a pensarem estratégias de organização com todo o campo associativo, conformando arenas comuns e estratégicas, ou reivindicando fazerem parte de outras já existentes, dada sua comprovada, através dos dados, relevância e presença social.

Vamos então a estes. O Brasil possui quatro estudos sobre o campo associativo, sendo três edições de *Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil* (FASFIL, IBGE, 2004, 2008 e 2012). Mais recentemente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que já era parceiro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nas edições anteriores, tomou sob sua responsabilidade a produção de estudos sobre as associações no Brasil, tendo já produzido um estudo chamado *Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil* (2018), produzido para ser comparável com as edições anteriores da FASFIL/IBGE, mas com adaptações metodológicas. O IPEA ainda foi mais longe, ao desenvolver a plataforma Mapa das OSCs[2], onde as organizações podem ter acesso aos dados regionais e nacionais com uma interface interativa, podendo ainda ter seu perfil e preencherem cadastro sobre suas organizações, colocando-se enquanto iniciativa estratégica para o campo associativo brasileiro, embora seu caráter recente. Apresentamos a seguir os dados por tipos de entidades e atividades-fim segundo a última edição realizada pelo IPEA. Destaque para os dois principais agrupamentos, respectivamente: Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses e Religião.

[2] https://mapaosc.ipea.gov.br/. Último acesso em novembro de 2019.

Quadro 1 – NÚMERO DE OSCs SEGUNDO FINALIDADE DE ATUAÇÃO NO BRASIL (2016)*

Classificação das entidades sem fins lucrativos	2016	%
Total	**820.186**	**100,0**
Saúde	6.841	0,8
Cultura e recreação	79.917	9,7
Educação e pesquisa	39.669	4,8
Assistência social	27.383	3,3
Religião	208.325	**25,4**
Associações patronais e profissionais	22.261	2,7
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	339.104	**41,3**
Outras atividades associativas	77.550	9,5
Outras organizações da sociedade civil	19.136	2,3

*Elaboração do IPEA Fonte: Adaptado de Lopez (2018, p. 38-39)

Já Portugal possui quatro edições da *Conta Satélite da Economia Social* (2011, 2013, 2016, 2019), com os últimos três estudos realizados em parceria entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e Cooperativa Antônio Sérgio para a Economia social (CASES). Tal como no caso brasileiro, ao longo das edições os estudos têm sido refinados metodologicamente e ampliados os conjuntos de dados disponibilizados. Apresentamos abaixo dados da última edição do estudo da Conta Satélite. Destaque para as de Cultura, comunicação e atividades de recreio, e também Religião.

Quadro 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E DO TERCEIRO SETOR (2016)

Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS)	2016	%
Total	**71 885**	**100,0**
A - Cultura, comunicação e atividades de recreio	33 722	**46,9**
B - Educação	2 594	3,6
C – Saúde	2 386	3,3
D - Serviços sociais	6 978	9,7
E - Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal	726	1,0
F - Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	2 106	2,9
G - Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	5 912	8,2
H - Filantropia e promoção do voluntariado	322	0,4
I – Religião	8 533	**11,8**
J - Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	3 815	5,3
K - Serviços profissionais, científicos e administrativos	2 547	3,5
L - Outras atividades	2 244	3,1

Fonte: Adaptado pela autora de Conta Satélite da Economia Social (2019)

Podemos ver que os estudos não são diretamente comparáveis, porque as classificações utilizadas diferem quanto aos diferentes grupos, à exceção de Religião, em ambos figurando como segundo maior agrupamento associativo. Mesmo assim eles nos permitem ver padrões gerais dos contornos associativos, como áreas predominantes em cada respectivo país. Por outro lado, as fontes dos dados e escolhas metodológicas não nos ajudam a compreender uma dimensão que me parece cada vez mais e mais central: a de que grande parte das OSCs tem atuação multifocal (LÜCHMANN, 2012), com diferentes públicos e fins, dado estes estudos trazerem dados segundo uma única e principal finalidade. Uma OSC pode ser religiosa e prestadora de serviços sociais, como muitas são. Pode prover atividades de cultura e também educativas. Isto atesta a dificuldade em se estudar o campo associativo: sua maior qualidade, de complexidade e pluralidade, também figura como o fator que torna-o de mais difícil assimilação como um todo, sem sérias reduções de suas reais ações, interações e configurações.

O estudo dos relatórios das pesquisas nacionais realizadas em ambos os países nos permitem ainda fazer as seguintes afirmações: I) ambos possuem semelhanças quanto a um maior quantitativo daquelas OSCs mais tradicionais (religiosas e prestação de serviços), também, relevância do voluntariado ao mesmo tempo em que contexto de profissionalização dos quadros, e por fim preponderância da presença de mulheres (LOPEZ, 2018; INE e CASES, 2019). Ainda, ambos configuram padrões de crescimento e pluralização associativa pós consolidação democrática, mas II) diferem em como as associações relacionam-se com movimentos sociais (BAUMGARTEN, LÜCHMANN e AYRES, 2018) e outras interfaces socioestatais.

Quadro 3 – ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL POR HABITANTES, BRASIL E PORTUGAL 2016

Brasil 2016	Portugal 2016
Quantidade de associações **820.455 mil**	Entidades da Economia Social **71.885 mil entidades**
208.500.000 milhões de habitantes	**10.267.064** milhões de habitantes
393 associações a cada 100 mil habitantes	700 associações a cada 100 mil habitantes

Autoria própria a partir de dados dos estudos de Lopez/IPEA 2018, e INE/CASES 2019)

O quadro 3 nos mostra que o número de associações por habitante em Portugal corresponde a mais que o dobro do brasileiro. Porém, quando estudamos o campo associativo, há ainda outros fatores a se considerar, como distribuição

geográfica (padrões de dispersão segundo quantitativos de habitantes), e mesmo de áreas: se estão atuando nas áreas com maior carência socioeconômica. Ainda, como nos coloca José Manuel Viegas em *Associativismo, Sociedade Civil e Democracia* (2014, p. 43), as associações possuem "um papel institucional crescente", com aumento do "reconhecimento institucional que lhes é conferido pelo Estado". Ou seja, é preciso que consideremos que a relevância das OSCs não refere-se apenas aos seus números, mas também às capacidades destas, o que está atrelado à relevância e confiança inferidas pela sociedade e Estado ao campo associativo.

¬ Interações entre Organizações da Sociedade Civil e Estado – Autonomia ou dependência?

Nos voltemos agora a pensar a questão das interações entre OSCs e Estados (nos seus diferentes níveis). Digo interações porque existem diferentes formas de referir-se a como estes atores se relacionam, e diferentes nomenclaturas, novamente, em Brasil e Portugal. O que primeiro vem à memória são as relações de transferências de recursos financeiros dos Estados para as OSCs. Mas as interações também se referem às relações de parcerias (com projetos, redes e em diferentes arenas), ou ainda às relações conflituosas, onde as OSCs podem mobilizar diferentes repertórios para denunciar, criticar ou boicotar agencias estatais e representantes eleitos. Também o Estado pode agir de forma conflituosa para com as OSCs, interferindo com a autonomia e atuação de uma associação, grupos de associações, ou toda uma família associativa.

As possibilidades e formas de interações são muitas, mas há uma dimensão central a que os estudiosos geralmente se preocupam: a manutenção da autonomia das associações. A autonomia associativa e o direito de associação figuram, comumente, enquanto um dos principais termômetros democráticos de uma nação (DAHL, 2012).

No caso brasileiro a preocupação com a autonomia das associações é sempre uma constante para os estudiosos. A escassez de recursos internacionais que financiavam grande parte das OSCs brasileiras, no final dos anos 1990, somada a promulgação da constituição cidadã impulsionou o processo de abertura das vias de interlocução da sociedade civil com o Estado. Mais recentemente, o receio dá-se considerando que esta interlocução ocorre segundo posições desproporcionais de poder, onde as associações, ao conformarem

parcerias com o Estado, poderiam ser alocadas em posições subalternas e clientelistas, ou mesmo substitutivas ao Estado (MONTAÑO, 2005), podendo impactar na autonomia e no posicionamento crítico das associações (PAOLI, 2002).

Entre inquietações quanto a interações com o Estado, quanto as parcerias, suas implicações e motivações, estariam posições entre de um lado, se seriam os convênios parte de um projeto de cunho neoliberal de terceirização das responsabilidades do Estado (MONTAÑO, 2005), e, de outro, considerando-se as parcerias como necessárias e proveitosas caso realizadas com um caráter colaborativo e horizontal (SALAMON, 2010).

Esta não é uma menor questão em terras portuguesas. Logo no início de meu trabalho de terreno aqui, ouvi um termo que nunca tinha ouvido no Brasil: subsídio-dependência. É um termo quase autoexplicativo, mas sem dúvidas carregado. O fato é que a escassez de recursos financeiros e as diferenças de forças entre Estado e OSCs podem resultar em relações clientelistas e de dependência. E digo podem, porque não necessariamente, por tratar-se de um contexto que depende de um conjunto de fatores. Variam desde Concelho para Concelho, a depender do governo local existente, e dos atores à frente das OSCs e das autarquias.

Ainda, a autonomia das organizações pode ser deturpada não apenas por órgãos estatais. Interações com outras organizações da sociedade civil, principalmente aquelas de maior porte ou maior reconhecimento social, além de relações com empresas como contribuições financeiras, por exemplo, podem acarretar em um cenário de maior dependência para as OSCs.

Mesmo assim, há que se reafirmar que a existência de autonomia por parte das OSCs para com o Estado não significa nenhuma interação com este, por tratar-se de algo que faz parte do cotidiano associativo. Autonomia do Estado, e também do mercado, significa a capacidade do campo associativo de se desenvolver, existir e mesmo confrontar, mas não impõem a não existência de relações com os outros poderes. Entre necessidade e escolha, sempre iremos colocar questões sobre a real autonomia que o campo associativo ou determinada família associativa possui, por sabermos da importância desta para o continuo desenvolvimento das OSCs. Legislações inadequadas ou práticas estatais que ceifam capacidades de atuação, além de desincentivos e ataques são alguns dos elementos a que precisamos estar atentos e denunciar continuamente. Porém, não nos esqueçamos que o campo associativo, assim como o político ou o mercadológico em uma concepção bourdiesiana (BOURDIEU, 2007), (co) existem em uma dinâmica de

interdependência. Ou, mais exatamente, "'da interdependência à interdependência'; isto é, "uma compreensão das mudanças de certos padrões de co-determinação à emergência e à cristalização de novos padrões de mútua determinação entre Estado e sociedade civil" (GURZA LAVALLE, SZWAKO, 2015, p.182).

¬ Entre incentivos e impactos: Como estudar o associativismo?

Apesar de nossos avanços em compreendermos o campo associativo, as constantes mudanças e rupturas por que este perpassa exigem que no mesmo passo estejamos a rever metodologias e estratégias analíticas. Procuro agora apresentar aquelas que seriam para mim as dimensões centrais que podem auxiliar a compreensão e o crescimento e fortalecimento das OSCs em ambas as Repúblicas. Esta considera quais os incentivos que impulsionam o campo associativo ou que, estando ausentes ou em sua versão negativa de desincentivos, produzem o efeito contrário de enfraquecimento das capacidades de atuação das OSCs. Dentre os principais, estariam então:

- Incentivos Financeiros;
- Incentivos Políticos;
- Incentivos Legislativos;
- Incentivos Acadêmicos/Científicos.

Incentivos financeiros porque, em perspectiva histórica, as fontes de recursos do meio associativo parecem ter em muito influenciado suas configurações e capacidades de atuação. Dentre recursos internacionais, individuais, repasses estatais, ou coletados diretamente pelas associações, a resposta à pergunta "De onde vem os recursos?" consiste num dos principais dados a serem considerados em estudos sobre as organizações da sociedade civil. A ampliação da realização de diferentes tipos de parcerias entre Organizações da Sociedade Civil e Estado, nos diferentes níveis, mas principalmente local, pode significar um contexto de associações mais atuantes e engajadas, em redes e interfaces como fóruns (TABORDA, 2018). Ou, por outro lado, conforme já colocado anteriormente, pode significar um contexto de menor autonomia e subsídio-dependência.

Também a existência de competitividade no interior do campo parece desempenhar importante papel: se os recursos são escassos, e em alguns casos,

ainda associações com os mesmos públicos-alvo localizam-se espacialmente próximas, estas precisam então competir para suprir demandas, atuar diferenciadamente e obter reconhecimento no campo. Além de competir quanto a grandes doadores e parcerias com empresas, precisam adequar-se às exigências de legislações e demandas estatais.

Já os incentivos que podemos considerar enquanto de ordem política, ou político-institucionais, são tanto ou mais importantes. Conforme já colocado anteriormente, a forma como os poderes executivo e legislativo se relacionam com as associações guarda particular influência quanto a atuação destas. Nos diferentes níveis, mas aqui considerando o municipal, incentivos políticos como a maior porosidade do Estado para com as OSCs, as parcerias realizadas, a participação destas nas diferentes interfaces socioestatais, com destaque para os conselhos de políticas, todos estes elementos que em muito influenciam nas capacidades de atuação das associações, e ainda na ampliação dos repertórios mobilizados, tendo então impactos no meio político-institucional.

A importância dos incentivos políticos pode ser remontada aos fundamentos colocados pelos teóricos da democracia, de que o meio associativo depende imensamente do meio político instituído, e do grau de democracia existente, embora coloquem que também o contrário é verdadeiro (TOCQUEVILLE, 1977, WARREN, 2001, LÜCHMANN, 2014). Assim, não é novo o contexto que conseguimos perceber acerca da importância que a existência ou não de incentivos políticos tem para com a saúde e vigorosidade do meio associativo.

São também de considerável relevância para o campo os incentivos legais existentes. Temos que, a existência ou ausência de marcos normativos adequados para o contexto das associações e das parcerias existentes influi em muito na forma como OSCs e Estado se relacionam. O caso brasileiro da Lei N°13.019, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC, BRASIL, 2014) é um bom exemplo de construção participativa da legislação, com grande importância atribuída pela sociedade civil, principalmente pelos atores mais protagonistas do campo, à necessidade de marcos legais específicos para o campo associativo. A nova lei do MROSC, para o caso brasileiro, foi considerada por grande parte da sociedade civil organizada como importante conquista para maior regularização das parcerias, além de interações mais transparentes e menos hierárquicas. Porém, esta parece estar sendo implementada de diferentes formas a depender do âmbito, principalmente nos municípios, aonde nem sempre está a surtir efeitos postivos. Já o caso português destaca-se pela Lei de Bases da

Economia Social (PORTUGAL, Lei n.° 30/2013), que estabelece "as bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios", delimita as diferentes famílias da economia social portuguesa, e ainda legisla sobre princípios básicos das relações entre Estado e OSCs.

Um ultimo tipo de incentivo que precisa ser reconhecido tem sido o papel dos estudos que tem sido realizados, seja no âmbito dos institutos de pesquisa das Universidades, seja por Institutos de pesquisas nacionais ou não, além ainda de estudos realizados por Organizações da Sociedade Civil e Internacionais, no fortalecimento da atuação associativa, permitindo conhecerem-se, organizarem-se e reivindicarem reconhecimento.

Assim, entende-se a importância de considerar as influências que a existência destes diferentes incentivos pode acarretar quanto ao campo associativo, principalmente se considerados em perspectiva histórica. Temos que os repertórios e preferências por áreas e formas de atuação atualmente existentes têm sido moldados segundo a trajetória do campo associativo, e a partir das influências tanto internas quanto externas a este.

Muitas evidencias apontam que as OSCs mobilizam diferenciadas relações com os órgãos governamentais, que variam em função de um conjunto de elementos. Desde questões *endógenas* às associações, como áreas e perfis de atuação, *background* de lideranças e conflitos internos, ou seja, como as associações impactam atores, organizações e órgãos estatais para além de seus muros; a questões *exógenas*, como disposição ou indisposição dos governos instituídos a maior porosidades das associações junto a máquina pública, questões financeiras locais, nacionais ou globais quanto a proveniência de recursos, e ainda como são aplicadas as leis de parcerias entre associações e Estado, ou em como contextos para além de seus muros influenciam na atuação das associações e repertórios mobilizados. Cabe ainda colocar que estes incentivos se mútuo-estimulam, onde maiores incentivos políticos podem vir acompanhados de marcos regulatórios legislativos e/ou maior destinação de recursos financeiros, um contexto amparado em estudos científicos que atestam crescimento e relevância do campo.

¬ Considerações Finais

Chego ao final deste texto sentindo que coloquei mais "poréns" do que afirmações sobre o campo associativo no Brasil e em Portugal. Isto, em meu ver,

não revela limitações da investigação, mas sim como precisamos ser cuidadosos em estudos sobre as associações e o campo associativo existente, enquanto plural, complexo e desigual. E provavelmente, ainda mais em estudos comparativos, por um lado cada vez mais indispensáveis para as ciências sociais nos dias de hoje, e por outro entremeados por lacunas próprias de generalizações de objetos de investigação tão complexos e ricos.

Primeiramente, vou colocar o leitor a questionar o título deste artigo: São Brasil e Portugal comparáveis? A resposta é positiva se considerarmos a variável de que são ambos países que falam a mesma língua, que tem vinculação histórica, que são democracias e recentes, mas em tudo o mais não. O que não quer dizer que não possamos fazer estudos sobre ambos como "casos", mas estes necessitam que seja sempre considerado o contraste da dimensão territorial e seus impactos no comparativo.

Neste artigo, procuramos apontar alguns elementos a nosso ver centrais quanto aos estudos sobre o campo associativo, além de um esboço de comparação entre os casos português e brasileiro. Iniciamos discutindo questões teóricas quanto a diferenças de concepções de associativismo e nomenclaturas, e em como tendências mais amplas de abordagens conceituais influenciam nos desenhos de pesquisa e vertentes analíticas utilizadas.

Procuramos apresentar dados institucionais sobre o quantitativo de associações em Brasil e Portugal, e semelhanças e diferenças existentes. Para isto utilizam-se dados das principais pesquisas de âmbito nacional feitas em ambos os países. Há que se dizer que apesar do caráter recente destes estudos, já permitiram muitos avanços para os respectivos campos associativos, o que deve se escalonar ao longo dos anos, por construírem série histórica de dados. Tratamos também da questão sobre interações do campo associativo com o estatal, elencando os porquês da constante preocupação com a autonomia das OSCs, e a interdependência dada a impossibilidade de que as associações não interajam, de qualquer forma, com o campo estatal ou outros.

Por fim, elenquei os principais incentivos que podem nos ajudar a compreender impactos exógenos (de outros campos e contextos) sobre o campo associativo, sejam os incentivos políticos, financeiros, legais e acadêmico/científicos. Em sua forma negativa de desincentivos, estes elementos tendem a impactar negativamente o campo, a depender de diferenciações entre as diferentes famílias e perfis de configurações associativas de âmbitos locais ou nacionais.

Gostaria por fim de sinalizar que outros elementos centrais sobre o associativismo não foram passíveis aqui de serem abordados, como dados sobre repasses estatais, de engajamento individual junto às associações segundo país e regiões, ou um maior aprofundamento do comparativo institucional. Ainda, nada tratamos sobre o voluntariado, prática elementar junto ao campo associativo, e cujo estudo nos possibilita compreender dinâmicas associativas que estudos macro não revelam. São estas questões a serem aprofundadas futuramente.

Referências Bibliográficas

BAUMGARTEN, Brita; LÜCHMANN, Lígia; AYRES, Carla (2018). Associativismo e movimentos sociais no Brasil e em Portugal: esboço de um panorama comparativo. In: Lüchmann, L. H. H; Baumgarten, B.. (Org.) Modalidades e trajetórias de participação política no Brasil e em Portugal. p. 13-47.

BOURDIEU, Pierre (2007). A Distinção: critica social do julgamento / Pierre Bourdieu; tradução Daniela Kern; Guilherme. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk.

BRASIL (2014). Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Institui o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC. 2014.

CIRIEC - Centre Internationale de Recherches et de l´Information sur l´Économie Sociale et Coopérative (2006). *Manual for Drawing up the Satellite Accounts of Companies in the Social Economy: Co-operatives and Mutual Societies*, European Commission, Enterprise and Industry Directorate–General, Liege, December.

DAHL, Robert. Democracia e seus críticos. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GANANÇA, Alexandre Ciconello (2006). Associativismo no Brasil. Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Dissertação de Mestrado, Brasília:UnB.

GERGEN, Mary M; GERGEN, Kenneth J (2006). Investigação qualitativa. Tensões e transformações. IN: n: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, P. 367-388.

GURZA LAVALLE, Adrian; SZWAKO, José (2015). Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra - argumentos e avanços no debate. Opinião Pública, vol. 21, n. 1.

HANDBOOK on non-profit institutions in the system of national accounts (2003). New York: United Nations, Statistics Division, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004). Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010. Estudos e Pesquisas Informação Econômica Rio de Janeiro: IBGE.

_____(2008). Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010**.** Estudos e Pesquisas Informação Econômica. Rio de Janeiro: IBGE.

_____ (2012). As Fundações Privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2010. Estudos e Pesquisas Informação econômica n° 20. Rio de Janeiro.

INE - Instituto Nacional de Estatística (2011). Conta Satélite das Instituições Sem Fim Lucrativo 2006. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2011.

_____ & CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2013). Conta Satélite da Economia Social 2010. Edição de 2013. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

_____ & CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2016). Conta Satélite da Economia Social 2013. Edição de 2016. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

_____ & CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (2019). Conta Satélite da Economia Social 2016. Edição de 2019. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

LOPEZ, Felix. G. (Org.) (2018). Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil. Brasília: IPEA.

LÜCHMANN, Lígia H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 29, p. 159-178, 2014.

LÜCHMANN, Lígia. H. H; ALMEIDA, Carla. C. R. TABORDA, Luana. R (2018). Associativismo no Brasil contemporâneo: dimensões institucionais e individuais. Revista Política & Sociedade, UFSC. v. 17, n. 40.

_____, Lígia H. H. (2012). Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, UFPR, vol. 20 n.43, out.

MONTAÑO, Carlos (2007). Terceiro setor e questão social**:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez.

PAOLI, M. C (2002). "Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil". Em Boaventura de Souza Santos (org.), Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PORTUGAL (2013). Lei de Bases da Economia Social – Lei nº30/2013, de 8 de maio.

SALAMON, Lester. M (2010). Putting the Civil Society Sector on the Economic Map of the World. Annals of Public and Cooperative Economics, 81:2.

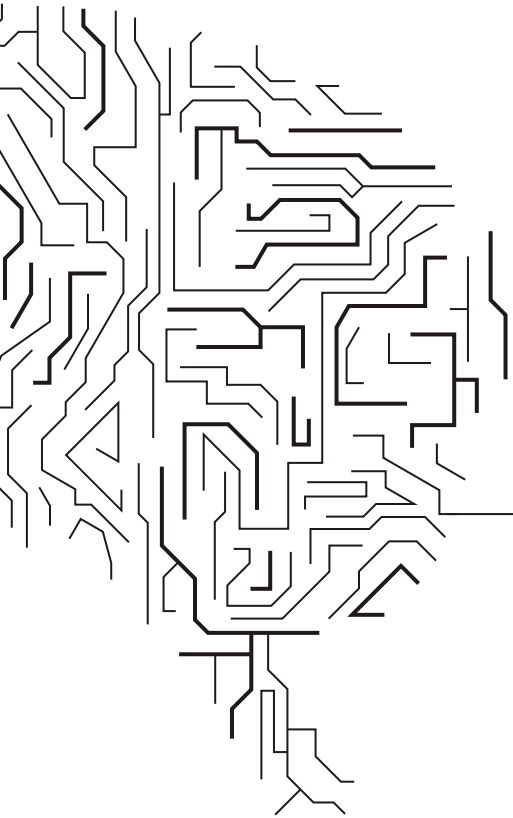
TABORDA, Luana do Rocio (2018). Entre o discurso da caridade e da defesa de direitos: O associativismo religioso em Florianópolis e seus repertórios de atuação. Dissertação de mestrado. Orientadora: Lígia Helena Hahn Lüchmann. Universidade Federa de Santa Catarina

TILLY, Charles (2006). Regimes and repertoires. Chicago: University of Chicago Press.

TOCQUEVILLE, Alexis ([1835] 1997). A democracia na América**.** 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia,

VIEGAS, José Manuel. Associativismo, Sociedade Civil e Democracia. Revista Análise Associativa. N1 Nov 2014.

WARREN, Mark (2001). Democracy and association. Princeton: Princeton University.



PAULA ALEXANDRA NASCIMENTO

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS EDUCATIVAS
CI-ISCE

CATARINA TOMÁS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA,
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
CICS.NOVA.FCSH NOVA

JOANA CAMPOS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA,
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
CIES-IUL

CONCEÇÕES E PRÁTICAS ASSOCIATIVAS DE TÉCNICOS/AS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO SOCIAL

Sumário:

I ¬ Associativismo e os/as Técnicos Superiores de Educação Social: enquadramento do tema

II ¬ A quem e como? Opções metodológicas e o roteiro ético

III ¬ Quem são os/as TSES? Caracterizção dos sujeitos participantes

IV ¬ Que dizem os/as TSES? As conceções e as práticas associativas

V ¬ Considerações finais

Referências bibliográficas

O presente artigo apresenta as conceções e as práticas associativas de 139 Técnicos/as Superiores de Educação Social em Portugal. Metodologicamente optou-se por um estudo de caráter misto e os dados recolhidos foram suportados em duas técnicas: análise documental (fontes internas e externas) e inquérito por questionário, por amostragem não probabilística, com recurso à técnica "bola de neve", ao qual responderam 139 Técnicos/as Superiores de Educação Social (TSES). A análise e discussão dos resultados apontam para elementos importantes para a compreensão do associativismo dos TSES, nomeadamente, o reconhecimento de múltiplos fatores que influenciam a mobilização destes profissionais para o associativismo. Não obstante, para os/as inquiridos/as a prática associativa profissional parece não ser prioritária.

Palavras-chave: Técnicos/as Superiores de Educação Social, Conceções e Práticas Associativas, Associações de Profissionais em Portugal.

I ¬ ASSOCIATIVISMO E OS/AS TÉCNICOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO SOCIAL: ENQUADRAMENTO DO TEMA

O associativismo dos/as Técnicos/as Superiores de Educação Social (TSES) é pouco representativo do número estimado de licenciados/as em Educação Social (ES). Esta constatação, a partir de dados estimados, resulta do facto de haver pouca investigação sobre o associativismo deste grupo profissional em Portugal e, consequentemente, uma manifesta falta de conhecimento sobre os processos e as práticas associativas dos mesmos, a nível nacional. A partir do reconhecimento desta necessidade foram definidas a problemática do estudo, levado a cabo em 2018.

A questão de partida, estava sustentada na vontade de conhecer o associativismo dos/as TSES em Portugal e, neste artigo, apresentam-se as conceções e as práticas associativas dos/as TSES inquirido/as em Portugal. A partir da interlocução entre a Sociologia das Profissões e a ES, conceitos como profissão, profissionalização e associações de profissionais assumem protagonismo na análise das diferentes etapas do percurso histórico do grupo profissional, em particular das associações dos profissionais de ES, no quadro do movimento associativo (MA) e, ainda, da formação em ES. No que diz respeito a esta última dimensão, destacamos como primeiro "marco" a criação de Institutos

de Preparação de Agentes de Ação Social, em 1962, em Angola (zona colonial, território ocupado por Portugal até 1975), na qual a ES aparece como uma das cinco especialidades que o constituem (Portaria nº 19091/62, de 26 de março), seguido, da especificação dos cursos que deram origem ao início da profissionalização do grupo profissional dos/as Educadores/as Sociais. Ainda que de forma sintética, é importante identificar três grandes marcos neste processo: a criação do curso que conferia o diploma de ES, que atribuía a equivalência ao 12º ano (nível III) (Portaria nº 1017/81 de 25 de novembro); o desenvolvimento dos cursos superiores, em 1989, que inicialmente equivaliam a primeiro grau (nível II) (Portaria nº 943/89 de 21 de outubro); e a implementação dos cursos bietápicos de licenciatura, em 1999, atingindo-se assim o segundo grau (nível I) (Portaria nº 495/99 de 12 julho). Desde 1999 até à atualidade, na formação superior em ES foram homologados 15 cursos nos dois subsistemas de ensino superior: universidades (1 pública e 2 privadas) e politécnicos (7 públicos e 5 privados)[1].

Relativamente ao associativismo profissional dos/as TSES, até ao início de 2018, havia registo de duas associações dirigidas aos profissionais em ES: a Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social - APTSES, que foi constituída em 2008, cujo objetivo principal é "promover e aprofundar o espírito associativo entre os profissionais de Educação Social, representar os seus interesses e velar pelos seus direitos" (2008, artigo 3.º) e "intervir em todo e qualquer assunto dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social, com excepção dos específicos da actividade sindical" (*ibid*, alínea 3); e a Associação Promotora da Educação Social - APES, com atividade legal desde 2012, que procura "desenvolver e empreender atividades que promovam efetivamente, dinamizando a Educação Social, contribuindo nomeadamente, para fomentar a valorização cultural e profissional dos educadores sociais e dos técnicos superiores de educação social" (2012, artigo 2.º).

A fraca expressão do número de associados nestas duas associações, relatadas nos pedidos de colaboração enviados às duas associações, e o facto de terem passado já cerca de 30 anos de formação na área permitem concluir que o associativismo do grupo em estudo se aproxima do plano geral no que ao

[1] No ano letivo de 2017/2018 eram lecionados o primeiro ciclo de estudos em ES em 12 instituições de ensino superior.

movimento associativo (MA) nas últimas décadas em Portugal diz respeito. São vários os autores que nas suas análises têm vindo a dar conta disso, considerando que o movimento associativo, em Portugal, é marcado por um decréscimo de interesse por parte dos indivíduos em se associarem (Ferreira, 2008; Coelho, 2008; Namorado, 2017). Ainda que nem sempre tenha sido essa a realidade do país.

Com o 25 de Abril de 1974 o direito à livre associação é adquirido, logo de seguida é consagrado pela Constituição da República Portuguesa, em 1976. Nesta altura, despontam novos tipos de associações como respostas às necessidades emergentes, como por exemplo as associações de moradores, as de estudantes, as de jovens, as cooperativas de habitação, as de desenvolvimento comunitário, as de defesa do ambiente e do património, entre outras (Amaro, 2010; Rasteiro, 2015; Pereira, 2016).

Incidindo na dimensão cívica das associações, Namorado (2017) afirma que após os anos 80, verifica-se o aumento da consciência social, e, por conseguinte, da solidariedade social. Consciencialização que acarretou mudanças nos percursos do associativismo, uma vez que as ações do Sector Não Lucrativo, o Terceiro Setor e as associações de integração social mobilizaram mais associados/as do que as manifestações públicas, ativistas e de luta pelos direitos sociais, produzindo crises de militância nas estruturas de defesa dos interesses dos grupos, como os sindicatos, os partidos políticos e as associações cívicas.

Coelho (2008) acentua esta perspetiva, ao mencionar que a falta de confiança no sistema democrático, as assimetrias no desenvolvimento social e a fragilidade das relações sociais distancia os indivíduos das associações. Segundo o autor, a debilidade do associativismo é reflexo das atitudes individualistas motivadas pela necessidade de competitividade, pela necessidade individual de manter e consolidar privilégios e posições sociais, pela incredulidade da ação política e pela ausência da verdadeira solidariedade. Esta ideia é reforçada por Garrido (2016) quando defende que os indivíduos procuram as associações no sentido de resolverem os problemas com que se debatem no quotidiano, quer de ordem social, cultural ou económica. Veiga (2005) acrescenta duas peculiaridades de influência para o interesse e motivação para o associativismo, as de carácter individual e as de grupal. Na primeira, encontram-se fatores como a informação, o desenvolvimento pessoal e a partilha de poder; na segunda, os indivíduos procuram a defesa dos interesses coletivos, de grupos específicos, a comunicação e a relação com o exterior, a valorização pública e a influência na deliberação política.

Compreendemos, assim, que a discussão sobre o associativismo e a movimentação de determinados grupos requer um debate teórico sobre o papel das associações no mundo globalizado, uma vez que as organizações, à semelhança da sociedade civil, "não estão privadas de ambiguidades, contradições, hierarquias, conflitos e disputas de poder" (Ballestrin, 2010, p. 50). Como defendem Pereira, Samara e Godinho (2016):

> O movimento associativo contemporâneo pode ser entendido como uma realidade heterogénea, dinâmica e porosa, em articulação com as diferentes conjunturas e tempos históricos e com as outras entidades que se estruturam nos campos político, social, económico e cultural (p.7).

Subentendendo-se, o MA não pode ser observado como uma unidade isolada do todo social. Por conseguinte, o conhecimento teórico e metodológico deste movimento é fundamental para uma melhor compreensão dos processos de desenvolvimento das associações. Face a esta realidade, apresenta-se de seguida a análise geral das práticas associativas dos/as TSES.

II ¬ A QUEM E COMO? OPÇÕES METODOLÓGICAS E O ROTEIRO ÉTICO

Tendo como objetivo conhecer e caracterizar as práticas associativas dos/as TSES, assim como identificar e mapear as motivações, perceções e as expectativas dos TSES em relação às associações de profissionais, optou-se por uma metodologia de caráter misto (quantitativa e qualitativa). Para este artigo, apresentam-se somente os dados que resultam do inquérito por questionário aplicado a indivíduos habitantes em Portugal com grau de licenciatura em ES. Atendendo a que não se conhecia a extensão da população em análise e face à inexistência de uma listagem de contactos de TSES, constitui-se uma lista de sujeitos através da amostragem não probabilística "bola de neve". O processo multietápico de criação da amostra apoiou-se num programa de participação nas redes sociais (*Facebook*), nos contactos pessoais e/ou profissionais e na partilha de características comuns. No final, foram 139 os/as inquiridos/as.

O inquérito por questionário estava estruturado em três seções – caracterização sociodemográfica, profissional e associativa - tendo por base os objetivos do estudo e a revisão da bibliografia. A par de perguntas de tipo

fechado (características das abordagens quantitativas) recorreu-se também a perguntas do tipo abertas (características de abordagens qualitativas).

Para a concretização do inquérito por questionário realizou-se inicialmente um pré-teste. Depois das alterações sugeridas, disponibilizou-se on-line, através da plataforma *Google Forms*, no período entre 1 maio e 17 junho de 2018. Neste período, desenvolveram-se outras diligências, nomeadamente, o envio de pedidos de divulgação e de colaboração no preenchimento do instrumento a coordenadores/as das instituições de ensino superior com cursos de licenciatura e de mestrados na área, às associações dos profissionais de TSES e a outros contactos pessoais, com colocação periódica do inquérito por questionário no *Facebook*.

No tratamento dos dados foi utilizado o software IBM-SPSS Statistics versão 24 (Chicago, IL, EUA) e o nível de significância estabelecido foi de $\alpha=0{,}05$. Foram calculadas estatísticas descritivas, incluindo média, desvio padrão, frequências e percentagens, para todas as variáveis na totalidade da amostra.

De referir, ainda, uma constante preocupação de natureza ética (Tomás, 2011), o que implicou a procura da objetividade, o uso da informação privilegiada e o consentimento informado. Impondo uma reflexão contínua sobre os propósitos da investigação e objetivos a alcançar, procurando o exercício de (auto)crítica transversal à totalidade das etapas e procedimentos metodológicos, seja na recolha de dados, seja na análise dos resultados.

III ¬ QUEM SÃO OS/AS TSES? CARACTERIZÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES

No procedimento de recolha e análise de dados, foram rececionados 155 questionários, tendo 16 sido invalidados por os sujeitos não possuírem licenciatura em ES ou equivalência. Assim, a amostra foi constituída por 137 sujeitos com licenciatura em ES, 1 com bacharelato[2] em ES e 1 omisso (legitimado na questão situação face ao emprego por afirmar ter contrato de trabalho como TSES), perfazendo um total de 139 sujeitos validados.

[2] Reclassificados os/as profissionais de ES que tinham frequência de bacharel e cursos bietápicos de nível I e II - BTE n.º 31/2015 de 22 de agosto.

A análise do questionário, numa primeira dimensão, foi possível caracterizar socio demograficamente os/as inquiridos/as, em relação ao sexo, à idade, ao local de residência, às habilitações académicas, à situação na profissão e à participação associativa.

A amostra era maioritariamente constituída por mulheres (94,2%), com idades compreendidas entre os 24 e os 38 anos (68, 4%). De referir a pouca a expressão de inquiridos com idades acima dos 44 anos (7,3%). A maioria residia em Portugal Continental (16 concelhos), com maior número de respostas por parte de quem reside em Lisboa e no Porto. Coincidentes, estas duas cidades, com a localização do maior número de instituições de ensino superior com a licenciatura em ES: Lisboa tem duas, o Instituto Superior de Ciências Educativas e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; e o Porto tem três, o Instituto Politécnico do Porto, a Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti e a Universidade Portucalense. De referir, ainda, que é também nestas cidades que estão localizadas as sedes das associações de TSES, a APES em Lisboa e APTSES no Porto. Em relação às habilitações académicas, apresentavam um número significativo de sujeitos com grau superior à licenciatura (37,4%), distanciando-se do panorama identificado na revisão da literatura.

Na questão que caracterizava os/as inquiridos/as face ao trabalho, os resultados mostraram que 74,1 % estavam empregados/as, sendo que os restantes se encontravam em situações diversificadas, que iam desde a situação de desemprego, a realização de estágio, a estudar e em situações não identificadas. Ainda, dos que se encontravam empregados/as, 53,2% tinham contrato como TSES e a maioria trabalhava no setor privado, ou seja, a amostra era maioritariamente representada por TSES que exercem uma ação profissional na área de formação.

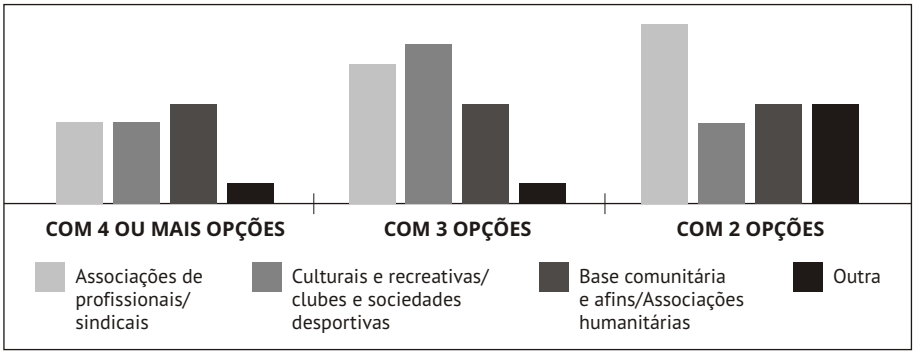
IV ¬ QUE DIZEM OS/AS TSES? AS CONCEÇÕES E AS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS

No que se refere à prática associativa deste grupo profissional, 35,3% (n=49) dos/as inquiridos/as afirmaram nunca ter pertencido a nenhuma associação, ou seja, *Não têm Práticas Associativas*, sendo afirmado por 64,7% (n=90) o contrário, ou seja, ter pertencido ou pertencer a uma ou mais associações - *Com Práticas Associativas*.

O primeiro grupo, *Não têm Práticas Associativas*, quando questionados sobre as razões para não assumirem compromissos formais associativos apontam causas diversificadas. Na sua maioria, relacionadas com fatores de caráter intrínseco e de configuração subjetiva: tempo e indisponibilidade, falta de interesse e falta de oportunidade em se associarem. No grupo *Com Práticas Associativas* os dados apontaram que 19,4% combinam mais que um tipo de associações, dentro dos quais 18% (n=5) tinham práticas associativas em quatro ou mais tipos de associações. Quanto ao seu envolvimento pode ser considerado um MA diferenciado, contudo, ao agrupar as opções associativas por atividade/ramos sobressaiu a adesão ao subgrupo das associações de profissionais e sindicatos à qual se seguiram as associações culturais e recreativas como clubes e sociedades desportivas, associações de base comunitária, ONG e de organizações sem fins lucrativos como as associações humanitárias, como se pode observar na figura 1.

Relativamente aos anos de pertença associativa, o seu envolvimento no MA, o tempo de pertença associativa é variado, entre 1 e 20 anos, sendo n=4 a ultrapassarem os 20 anos, havendo registos de sujeitos com mais de 20 anos, de salientar o facto de 20,1% (n=28) ter sido ou ser dirigentes em associações, especialmente de associações de cariz comunitário (IPSS, Associações de Jovens, Universidades Sénior e Associações de Moradores).

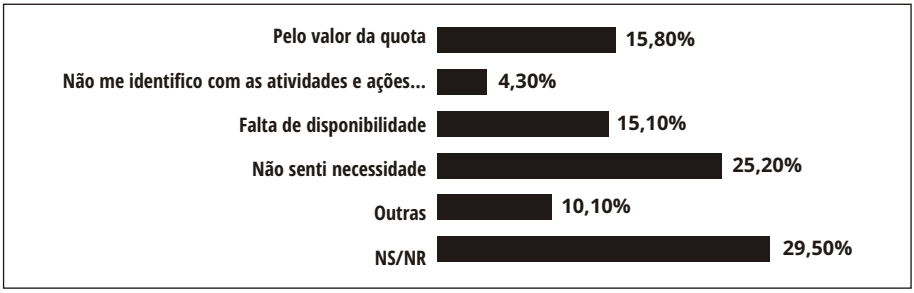
Figura 1. Distribuição dos/as inquiridos/as face às práticas associativas



Nas questões sobre o seu conhecimento das duas associações profissionais, 84,2% (n=117) afirmaram conhecer a APTSES e a APES. Contudo, apenas 18% eram associados das associações em referência. A participação diminuta para a prática associativa profissional estava relacionada com o reconhecimento de interesses e benefícios pessoais que não reconheciam nas associações em questão.

Apontavam para não se associarem causas semelhantes às das apontadas no associativismo em geral, ou seja, a ausência de necessidade e questões de ordem financeira, nomeadamente o valor da quota, ver na figura 2.

Figura 2. Caracterização dos/as inquiridos/as quanto à razão pela qual não se associam nas associações de profissionais



O inquérito por questionário integrava ainda, um quadro com 18 itens que expressavam as motivações para os indivíduos se associarem, pediu-se a identificação das três principais motivações para o associativismo profissional, estes itens foram elencados com base na revisão da literatura (Larson, 1977; Abbott, 1988; Rodrigues, 2002; Ennes & Marcon, 2014). O total de 216 respostas, foi recodificado de 0 e 1 e constituído um conjunto de três categorias: categoria 1 - *regulação profissional* (e.g. estrutura de licenciamento e prescrições normativas, cumprimento profissional e ético, proteção e legitimação profissional); categoria 2 - *acesso e benefícios disponibilizados pelas associações* (e.g. protocolos, acesso a publicações, ofertas de emprego e formação); e, categoria 3 - *forma de ser e estar numa profissão* (e.g. estatuto e status social através da profissão).

Não obstante tratar de grupos heterogéneos em relação à sequência das suas motivações, os resultados mostraram que a principal motivação dos inquiridos/as incidia sobre um MA de defesa "defender a profissão e os seus profissionais" (11,1% em um e 15,5% em outro). Ressalvando, para o grupo *Com Práticas Associativas* a priorização recaía nas ações relacionadas com a regulação, proteção e legitimação profissional (nos 4 primeiros itens) seguidos dos itens relacionados com os acessos a informação e benefícios. Quanto ao grupo *Sem Práticas Associativas* não se verificou uma ordem, ou seja, a análise não permitiu que se traçasse uma priorização de preferências, pois as respostas estavam distribuídas de modo equitativo pelos vários dos itens sugeridos no questionário.

V ¬ CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado neste artigo incide sobre uma área de grande atualidade científica, de manifesto valor social e de uma importante relevância no domínio da discussão sobre os "novos" grupos profissionais, coincidentes em grande medida com os "novos licenciados" (Rodrigues, Oliveira & Carvalho, 2007) e ainda pouco estudados, como inicialmente demos conta. No caso dos TSES os resultados da pesquisa, ainda que sem que haja possibilidade de generalização para o grupo profissional, apontaram para uma proximidade aos perfis de inserção profissional (Ramos, Parente & Santos, 2014) para os profissionais do Trabalho Social (Campos & Delgado, 2018).

Os dados recolhidos, que neste artigo se apresentam, assumem relevância académica no sentido que permitiram identificar e analisar práticas e conceções associativas de TSES, em Portugal. Não obstante, considerando os anos de implementação dos cursos e o número de instituições de ensino superior que ministram formação nesta área, no 1.º e 2.º ciclos, a amostra acabou por acolher um número reduzido de sujeitos (139), pelo que os dados não devem ser extrapolados.

Trata-se de um primeiro exercício de sistematização de perfis profissionais de TSES. Os dados possibilitaram a identificação de dois grupos distintos, os *Sem Práticas Associativas e Com os Práticas Associativas*.

A múltipla participação em diversificadas estruturas e formas associativas apresentou alguma expressividade, isto é, 1/5 dos/as participantes pertenciam a mais do que uma associação, fundamentalmente nas formas de associativismo mais ligadas ao apoio à comunidade e responsabilidade social corporativa (IPSS, MA juvenil, recreativo e cultural). Vindo a reforçar o caráter de importância destas estruturas/formas de associativismo no que se refere ao reforço comunitário e na intensificação dos laços desenvolvidos pelas instituições do Terceiro Setor e do Sector Não Lucrativo (Namorado, 2017).

Na sua maioria os inquiridos afirmaram conhecer as duas associações, a Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social - APTSES e a Associação Promotora da Educação Social - APES. Mais, priorizaram neste tipo de associativismo ações que potenciam o desenvolvimento pessoal e profissional. Em relação ao afastamento e/ou indisponibilidade para a prática associativa profissional está relacionada com o (não) reconhecimento de interesses e benefícios pessoais nestas estruturas e com a dimensão económica (pagamento de quotas).

Em ambos os grupos, a regulação e legitimação profissional, bem como o acesso à informação disponibilizados pelas associações em relação à sua profissão, assumiam prioridades nas suas motivações, ao contrário do estatuto social alcançado através da profissão, que não apresentava grande expressividade, nem se apresentava como uma prioridade para o grupo de inquiridos/as.

Ao apurar o grau de importância atribuída ao associativismo profissional os/as TSES reportaram uma média de satisfação de 8,5 pontos. Este dado parece indicar alguma contradição com os dados anteriormente mencionados. Se por um lado, atribuem um grau elevado de importância ao associativismo profissional, por outro, as suas práticas associativas vão em sentido contrário.

Finalmente, seria importante considerar em investigações futuras, a realização de uma análise mais robusta sobre as práticas associativas, a partir de uma amostra maior. Uma outra pista de investigação visaria caraterizar os processos e as práticas das associações profissionais.

Referências Bibliográficas

Amaro, C. (2010). *S.O.I.R. Joaquim António D' Aguiar Espaço centenário de educação popular e animação sociocultural: novas dinâmicas e outros públicos* (Dissertação de Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local, Instituto Politécnico de Portalegre Escola Superior de Educação). Consultada em https://tinyurl.com/y7jqnmg2

Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social (2008). *Estatutos.* Consultado em http://www.aptses.pt/

Associação Promotora da Educação Social (2012). *Estatutos*. Consultado em https://tinyurl.com/y7whng22

Azevedo, S. (2013). A educação social não pode continuar a ser vista como uma área onde todos opinam! *Revista praxis educare*, 1, 5-8.

Ballestrin, L. (2010). Associativismo transnacional: uma proposta analítico-conceitual. *Revista Sociologia Política*, 18, 35, 41-54.

Campos, J. & Delgado, L. (2018). Profissionais do Trabalho Social em Portugal: formação inicial e avançada, In L. Cabrera, (Coord.) *Fracturas sociales y educativas: desafíos para la Sociología de la Educació*n, Valencia: Institut de Creativitat i Innovacions Educatives de la Universitat de València,107-12.

Coelho, S. (2008). (N)o mundo (d)a (revira)volta – formas alternativas de distribuição numa era de globalização: o Comércio Justo. *Actas do VI Congresso Português de Sociologia, Mundos Sociais: Saberes e Práticas. Lisboa*: Associação Portuguesa de Sociologia.

Dubar, C. & Tripier, P. (2003). *Sociologie des Professions. Paris: Armand Colin.*

Ennes, M. & Marcon, F. (2014). Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Revista Sociologias*, 16 (35), 247-305.

Ferreira, P. (2008). Associações e democracia: Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?.*Sociologia, Problemas e Práticas*, 57, 109-130.

Fortin, M. (2006). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusociência.

Garrido, A. (2016). *Cooperação e solidariedade: uma história da economia social*. Lisboa: Tinta da China

Habermas, J. (1987). *Théorie de l'Agir Communicationnel*. Paris: Fayard.

Namorado, R. (2017). A economia social e a constituição. *A economia social em textos,* 3, 3-17.

Pereira, J., Samara, M. & Godinho, P. (2016), Introdução. In J. Pereira, M. Samara & P. Godinho (Orgs.), *Espaços, redes e sociabilidades. Cultura e política no associativismo contemporâneo* (pp.6-9). Lisboa: IHC-FCSH/NOVA.

Pereira, M. (2016). Subsídios para a história do associativismo popular - O associativismo voluntário no primeiro quartel do século XX. *Análise Associativa*, 3, 17-24.

Portaria n.º 1017/81 de 25 de novembro. *Diário da República n.º 272, Série I*. Ministérios das Finanças e do Plano e da Educação e das Universidades, Lisboa.

Portaria n.º 19091/62, de 26 de março. *Diário do Governo n.º 67, Série I*. Ministérios do Ultramar e da Educação Nacional, lisboa.

Portaria n.º 495/1999 de 12 de julho. *Diário da República n.º 160, Série I-B*. Ministério da Educação, Lisboa

Portaria n.º 943/1989 de 21 de outubro. *Diário da República n.º 243, Série I*. Ministério da Educação, Lisboa

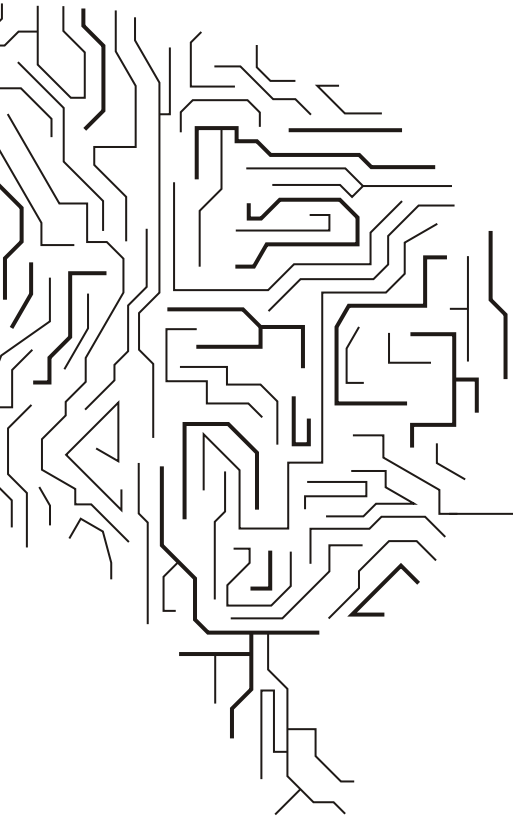
Ramos, M, Parente, C, Santos, M (2014). Os licenciados em Portugal: uma tipificação de perfis de inserção profissional, *Educação e Pesquisa*, vol.40, 2, 338-400

Rasteiro, D. (2015). Uma cidade educadora é uma cidade inclusiva. Caderno de Resumes VI Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadores. Consultado em https://tinyurl.com/y739qtg9

Rodrigues, M. L.; Oliveira, L.; Carvalho, H. (2007). Profissionais qualificados e sociedade do conhecimento, In Costa, A. F., Machado, F.L. & Ávila, P. (orgs) Sociedade e conhecimento, Portugal no contexto europeu, vol II. Oeiras: Celta Editora, 103-121.

Tomás, C. (2011). *Há muitos mundos no mundo: Cosmopolitismo, participação e direitos da criança*. Porto: Edições Afrontamento.

Veiga, J. (2005). *Território e desenvolvimento. Local*. Oeiras: Celta



LUÍS MAÇARICO

INVESTIGADOR E DIRIGENTE ASSOCIATIVO

O ASSOCIATIVISMO DA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

O ASSOCIATIVISMO DA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Na actividade associativa[1] verificam-se alguns fenómenos que se tornaram por demais evidentes nos últimos anos. Abordaremos neste artigo, questões relacionadas com dirigismo e populismo, fragilidades e ameaças e o "novo associativismo" - das designações anglófonas à informalidade descomprometida.

Temos testemunhado como dirigentes de colectividades passam, de umas para outras, de forma surpreendente, sendo um dos motivos óbvios a conflitualidade que a sua postura origina, devido a disputas e à liderança individualista. Recordo que na Sociedade Musical Ordem e Progresso, onde durante uma década integrei diversos órgãos sociais, havia famílias que nas Assembleias Gerais eleitorais votavam contra a lista proposta, caso algum dos seus parentes estivesse ausente do projecto para o ano seguinte.

Nos dias de hoje, ao verem-se contestados, elementos de topo das direcções afastam-se, surgindo depois noutras associações, as quais tentam superar as dificuldades, com a nova "aquisição" ... O populismo que encontramos em alguns políticos reflecte-se, à escala, nas colectividades, através destes protagonistas. Não é a primeira vez nem será a última que damos nota deste divisionismo.

Olhando de relance para algumas associações onde participamos ou que até conhecemos de forma relativamente superficial, por passarmos à sua porta, constata-se o seguinte: nos anos da crise aguda que se abateu sobre a nossa Sociedade, assistiu-se ao fecho de inúmeras colectividades. Estranhamente, quase não houve reacção dos associados. As notícias referentes a estes encerramentos apareceram na Comunicação Social escrita, acompanhadas do lamento de um ou outro dirigente mais apegado, as associações concelhias e a Confederação manifestaram o seu desagrado e pesar, mas como a Comunidade ficou apática, concluiu-se que essas entidades tinham deixado de desempenhar o seu importante papel aglutinador. Foi por exemplo o caso do S. Paulo Clube Recreativo de Almada, fechado há anos.

---

[1] Este artigo resulta de uma profunda reflexão sobre o momento actual das prácticas associativas, verificando-se algumas anomalias e "inovações" que não contribuem para o reforço do Movimento Associativo, que defendemos.

Deduzi, pela observação, que a manutenção dos pequenos clubes de bairro, apenas alicerçados no bar, como parecia ser o que acontecia no S.P.C.R.A ou nos Vendedores de Jornais, limitava a sua actividade à venda de bebidas mais baratas para associados. Não apareceu, no caso do primeiro exemplo, ninguém a querer recuperá-lo, podendo haver causas mais complexas que desconheço.

Ligado a um bairro, o Grupo Dramático e Escolar "Os Combatentes", com 113 anos, tem sido dirigido, na última década, por equipas encabeçadas ou compostas por jovens que implementaram propostas criativas, em diversas áreas, promovendo iniciativas de rejuvenescimento. Todavia, os novos senhorios (um gabinete de arquitectos) são vistos como os anunciados coveiros daquela instituição, porque a "Lei das Rendas" do governo da Troika permitiu que um prédio, onde uma colectividade histórica vivia, fosse vendido para outros fins, designadamente hotelaria e restauração, asfixiando-se a actividade associativa identitária[2].

Emerge, entretanto, uma nova realidade, em que a relação de um clube com o bairro se dissipa, havendo uma sede estatutária (fictícia) e uma dispersão de locais para a prática de várias modalidades desportivas, com mensalidades extra (além da jóia e da quotização), como ocorre nos ginásios particulares, para custear

[2] Aconteceu com a centenária e histórica "Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul".

essas actividades. Numa parte substancial destas novas agremiações, evidencia-se o desinteresse pela pertença, notório nas designações, talvez para serem originais, distinguindo-se do que existe.

Interpelado a este respeito, um dirigente associativo, ligado às associações tradicionais, constatou que os novos nomes (geralmente em inglês) revelam "provincianismo". Uma professora universitária considerou que, além de demonstrarem falta de auto-estima, as designações anglófonas são prova de subserviência.

Não resisto a transcrever um excerto do Editorial da revista nº 26 da Aldraba, Associação do Espaço e Património Popular, assinado por Ana Isabel Veiga:

> " (...) Estamos a ser despejados, do nosso espaço colectivo, das nossas praças e ruas, das nossas casas. A casa de pasto converteu-se num "winebar", a antiga tasca é agora um "caffé lounge". Os velhinhos prédios que alojavam há largas décadas os lisboetas, são hostels, alojamentos locais ou hotéis de cinco estrelas em que "tropeçamos" diariamente. Descaracterizamos os locais, desvalorizamos o que somos e abdicamos das nossas palavras. Esvaziamo-nos de nós e da nossa própria identidade"[3].

[3] Ana Isabel Veiga, Editorial da revista nº 26 da Aldraba, Associação do Espaço e Património Popular.

No sítio do Instituto dos Registos e de Notariado estipula-se que "os nomes próprios devem ser portugueses ou adaptados" aportuguesando o nome de origem estrangeira" [4]. Nada impede, contudo, no que concerne à designação de pessoas colectivas (associações, p. ex.) que estas incluam palavras estrangeiras, o que salvo melhor opinião é fazer tábua rasa da identidade e do senso comum, sustentando tal opção no (lato) conceito de liberdade.

Fundador de diversas associações de salvaguarda do património, um outro entrevistado lembrou que, no tempo das proibições e da Censura, havia denominações britânicas como Football, club, sport. Porém, trata-se de anglicismos que são a marca residual dos primórdios da modalidade, nascida na Inglaterra e trazida para Portugal pelos ingleses do cabo submarino de Carcavelos. Uma colega antropóloga não deixou de apontar a existência banal e desmedida de termos anglófonos no léxico da Informática, do sistema bancário, dos festivais de música, da restauração, etc., muitos dos quais com sinónimos portugueses, que são obliterados nesta ânsia petulante.

Neste "novo normal" poderia fazer sentido a designação inglesa, se fundadores e associados fossem oriundos do Reino Unido, o que não é o caso, pois criadores, dirigentes e praticantes são portugueses, não se entendendo a lógica do

[4] Consultado em 31-8-2019.

uso da língua inglesa. Será que a permissividade dos cartórios notariais, quiçá da lei, se oporia à nomeação de associações desportivas e/ou recreativas, usando termos como IRA, ETA, ALKAEDA e DAESH? Ou na realidade existem limites...Quais?

A proliferação de organizações informais, cujas actividades se ancoram na fruição de eventos, geralmente ao ar livre, como treinos e caminhadas, é uma realidade.

Os coordenadores e os intervenientes reúnem-se num espaço público, procurando o desfrute sem o compromisso que obriga as entidades há muito existentes a corresponder regularmente aos anseios e ao escrutínio dos associados.

O lúdico pelo lúdico é o lema destas novas organizações, cujas acções têm duração esporádica, registando-se as mesmas com estatuto mínimo em cartórios de notariado. O que equivale a dizer que apresentam, para efeitos de candidatura aos apoios autárquicos, a prova do registo, conseguindo o objectivo pretendido.

Constituem documentos essenciais para as associações poderem concorrer ao financiamento municipal, cópias de identificação fiscal, estatutos e regulamento interno, do exercício económico e a certificação da Segurança Social, além do número de associados homens e mulheres...

Finalmente, nestas configurações recentes de associativismo, verificam-se situações que tendem a derivar para a "guetização" das fruições. Entre os estatutos que sublinham o respeito pelas normas constitucionais e a ausência de mulheres nos corpos sociais, constato que não apostam na diversidade, sempre enriquecedora. O tratamento desigual, com base no preconceito (religioso, político, étnico, sexual) é considerado discriminatório (declaração universal dos direitos humanos). Os inventores destas associações contornam tudo, do nome à função, exibindo aparências.

Por seu turno, vivenciar a Cultura do Imediatismo e do Individualismo, uma vez que estas organizações informais não são tão vinculativas, põe em causa a sobrevivência das associações antigas, que não reflectem nem procuram soluções para os problemas que vão surgindo, ficando longe da adaptação às transformações tecnológicas e actuais formatos de Comunicação... Não espanta a cristalização e as debilidades inerentes...

Das nóveis associações parece arredado o voluntariado e a solidariedade, que caracterizaram séculos de associativismo. Ocorre perguntar, face às inúmeras exigências governamentais, com uma permanência de crivos legislativos, fragilizando (e desmotivando) pelo desgaste o exercício da cidadania, que participação comunitária estará reservada ao Movimento Associativo Popular?

Num mundo supostamente mais informado, onde os cidadãos afinal parecem mais alienados e manipuláveis, tornei-me céptico, acerca do Futuro.

Agradecimentos:
Ana Isabel Veiga, Fernando Duarte, Gonçalo Freitas,
Graça Silva e Sérgio Pratas

BIBLIOTECA COSMOS

SÉRGIO PRATAS

DIRIGENTE DA CPCCRD
E DIRETOR DA ANÁLISE ASSOCIATIVA

JOVENS EM TRANSIÇÕES PRECÁRIAS. TRABALHO, QUOTIDIANO E FUTURO

De: Nuno de Almeida Alves, Frederico Cantante,
Inês Baptista e Renato Miguel do Carmo

Sumário:

1 ¬ Introdução

2 ¬ Plano socioinstitucional

3 ¬ Plano cognitivo

3.1 Teoria mobilizada e discussão proporcionada pela investigação. Tópicos

3.2 Estratégia metodológica e campo empírico

3.3 Apresentação de resultados

4 ¬ Plano relacional / desafios metodológicos

5 ¬ Notas finais

¬ Bibliografia consultada

1 ¬ Introdução

A obra *Jovens em Transições Precárias – Trabalho, Quotidiano e Futuro*, de Nuno de Almeida Alves, Frederico Cantante, Inês Baptista e Renato Miguel do Carmo, traça um retrato profundo da precariedade juvenil em Portugal, refletindo sobre o modo como as trajetórias dos jovens têm impacto não apenas na esfera laboral, mas também na instalação da precariedade como modo de vida.

Os resultados da investigação foram publicados em 2011, ano em que o tema da precariedade juvenil viria a assumir uma forte centralidade no debate público, mediático e político em diversos pontos do globo. São vários os fenómenos de mobilização coletiva a fervilhar – aqui e noutras latitudes (p. 1)[1]. Entre nós, se é verdade que se foram constituindo associações de vítimas da precariedade laboral (é o caso da FERVE ou a Precários Inflexíveis), a explosão da visibilidade pública do movimento deu-se com a primeira aparição pública da canção *Parva Que Sou*, dos Deolinda, e que se tornou num verdadeiro hino da denominada "Geração à Rasca"; e depois com a expressiva manifestação do 12 de março de 2011 [2].

Sem deixar de identificar os seus principais resultados, o presente relatório procurará analisar a obra em referência nos planos socioinstitucional, cognitivo e relacional. Pretende-se, designadamente:

- Identificar o objetivo do estudo e as interrogações de partida;
- Compreender o respetivo enquadramento socioinstitucional;
- Referir algumas das teorias que mobiliza e as discussões teóricas que proporciona;
- Apresentar (e questionar) a estratégia metodológica adotada e o desenho da pesquisa;
- Analisar a seleção do campo empírico;
- Analisar os principais resultados;
- Identificar pontos fortes e as principais questões que suscita.

---

[1] As referências à obra em estudo serão assinaladas apenas com a indicação da página – dispensando-se a identificação dos autores e ano.

[2] Apesar destes movimentos serem diversos na sua composição, foram os jovens trabalhadores licenciados, incluídos em postos de trabalho precários e de baixa remuneração, que adquiriram maior visibilidade pública através de uma maior presença nos média (p. 3).

Optou-se por dividir o relatório em cinco pontos. A introdução – que dará nota do objetivo da obra e das interrogações de partida. Um ponto para cada uma das referidas dimensões de análise: plano socioinstitucional, plano cognitivo e plano relacional. E um último tópico, com notas finais.

O objetivo do estudo em referência é apresentado pelos autores com algum detalhe e precisão (justificando a respetiva citação integral): *"Com este projeto de investigação pretendeu-se caracterizar de forma aprofundada, através da realização de entrevistas semi-diretivas, o modo de integração de uma parcela da população jovem portuguesa (entre os 18 e os 34 anos) em postos de trabalho pouco qualificados e de baixa remuneração e as respetivas implicações sobre um conjunto vasto de dimensões da sua vida pessoal"* (p. 115) [3].

Após um momento inicial de problematização, em que são apresentados os fatores que conduziram à precariedade e compressão de salários, e em que é apresentado um quadro teórico geral (páginas 3 a 6), os autores identificam várias questões, de partida, enquadradoras da investigação – e que também importa aqui referir:

"Estes desenvolvimentos afetarão, no entanto, a população jovem portuguesa de igual modo?

Considerando que mais de metade dos jovens portugueses não chega a completar o ensino secundário, como se processará a respetiva integração no mercado de trabalho e quais os efeitos desta no seu curso de vida?

A integração em categorias profissionais claramente menos valorizadas e remuneradas do que as que seriam potencialmente o destino dos jovens precários até aqui abordados libertá-los-á das teias da precarização?

Ou, por outro lado, a precariedade laboral é inexorável e apenas assume diferentes facetas de acordo com as condições objetivas nas quais os jovens se inserem?" (p. 6 e 7).

---

[3] Que dimensões? Padrão de vida, capacidade de autonomização face aos ascendentes e de organização de um agregado familiar próprio, exercício da cidadania e reflexividade relativamente às condições que conduziram à situação presente, mas também face ao futuro e à potencialidade de mudança (p. 115).

2 ¬ Plano socioinstitucional

O presente estudo surge no contexto da profunda crise orçamental, económica e social que teve início no final da primeira década do século XXI – e que conduziu ao adensar da preocupação com o presente e futuro das gerações mais jovens.

Essas circunstâncias, aliadas às atividades decorrentes do "Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social", levariam o Instituto da Segurança Social (ISS), por sugestão da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), a lançar um concurso para a execução de um projeto de investigação designado *"Estudo exploratório qualitativo sobre os jovens trabalhadores inseridos em postos de trabalho pouco qualificados"*. O Observatório das Desigualdades correspondeu ao desafio lançado e desenhou um projeto de investigação com vista a corresponder ao pretendido [4].

Este enquadramento socioinstitucional acabaria por balizar (e condicionar) a investigação, em vários planos:

- No que respeita aos objetivos e questões de partida;
- No plano temporal (o tempo da sua realização);
- Na escolha dos instrumentos de pesquisa (face ao tempo disponível);
- Na definição da amostra.

Estes tópicos serão objeto de algum desenvolvimento ao longo do presente trabalho. Para já, adianta-se uma nota breve sobre a definição da amostra. Face à "encomenda" do ISS, foi definida uma amostra muito específica de jovens trabalhadores portugueses, especialmente recrutada entre os que ocupam postos de trabalho de reduzida qualificação e auferem baixos salários[5]. Ou seja, a amostra utilizada não é representativa do universo dos jovens

---

[4] O Observatório das Desigualdades é uma estrutura independente, constituída no quadro do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL).

[5] A situação profissional e educativa dos entrevistados é a seguinte:
- Executantes de escolaridade superior: 15
- Executantes de escolaridade intermédia: 26
- Executantes de escolaridade elementar: 11
- Operários: 28 (p. 14).

trabalhadores incluídos nos escalões etários observados [6]. Realidade que constitui uma limitação (representativa), mas que tem também virtualidades:
"Uma das maiores virtualidades deste livro passa precisamente por trabalhar uma amostra em que os jovens licenciados não são dominantes, ao contrário do peso que têm tido no espaço público e na construção das representações e dos discursos sociais sobre este tema no espaço mediático" (Soeiro, 2012: 232).

3 ¬ Plano cognitivo

3.1 _ Teoria mobilizada e discussão proporcionada pela investigação. Tópicos

Os autores começam por distinguir dois diferentes percursos de precariedade laboral:

- O dos jovens trabalhadores licenciados, inseridos em postos de trabalho precários e de baixa remuneração – e que adquiriu maior visibilidade pública, face à frequente presença nos média;
- E o dos restantes jovens, menos qualificados, mas que são igualmente afetados pelas diversas componentes do processo de precarização (p. 3).

E procuram identificar os desenvolvimentos ocorridos na sociedade portuguesa que concorreram para esta situação – a da precariedade (p. 3-5)[7]. Destacam quatro grandes questões: *"o crescimento da oferta de emprego no setor dos serviços, a desregulamentação dos mercados, a oferta de mão-de-obra qualificada e a precarização crescente das relações laborais"* (p. 4)[8].

---

[6] É por isso muito interessante (e útil) cruzar o estudo em referência, de 2011, com um outro bem mais recente, de 2019: *Retratos da Precariedade. Quotidianos e Aspirações dos Trabalhadores Jovens* (Renato Miguel do Carmo e Ana Rita Matias). Como explicam os seus autores, esta segunda investigação centra-se na análise de testemunhos de jovens com escolarização superior que se encontravam em situação laboral e contratual precária e tem por objetivo fundamental "*perceber até que ponto estes percursos laborais [de precariedade] afetam as diferentes esferas da vida quotidiana*" (2019: 20).

[7] Dominique Schnapper enquadra o trabalho precário na categoria "emprego sem estatuto" (1998: 55).

[8] Sobre as origens da precariedade na Europa, veja-se Varela (2018: 219 e seguintes).

Depois disso, e face aos objetivos traçados, refletem sobre as consequências da precarização no curso de vida dos jovens. E concluem o seguinte, após análise da literatura existente: *"A conclusão dominante na vasta bibliografia sobre os processos de transição para a vida adulta é a de que estes se alongaram e complexificaram ao longo dos últimos anos. O prolongamento da formação escolar, a dificuldade de integração num emprego duradouro e adequadamente remunerado, os custos da habitação e as implicações financeiras, laborais e de gestão do quotidiano, ocasionadas pelo nascimento do primeiro filho, são fatores que em muito contribuem para o alongamento destes processos de transição. A complexidade é, também, crescente, conduzindo a transições incompletas por incumprimento ou cumprimento parcial de uma ou mais das fases do trajeto"* (p. 6)[9].

A investigação desenvolvida veio confirmar esta apreciação. Como referem os autores, já na conclusão, *"a precariedade não se circunscreve à questão laboral. Na verdade, ela expande-se pelas várias dimensões e setores da vida social (...). Trata-se, no fundo, de um modo de vida que atinge principalmente a população mais jovem de Portugal"* (p. 107). Sobre as transições incompletas, o estudo acrescenta (e coloca à discussão) um outro tópico:

- A urbanização e a constituição do Estado social não conseguiram remover completamente alguns traços que caracterizavam a denominada *família-providência*[10] (p. 108-109).

Os autores procedem ainda a uma revisão de literatura sobre a relação dos jovens com a variável tempo futuro (ver capítulo 5). Mas não se ficam por aí. Procuram aprofundar a discussão – e apresentam vários contributos nesse sentido. É o que acontece, por exemplo, com a identificação de posicionamentos dos jovens face ao futuro. Dois posicionamentos fundamentais: o de *fechamento* (o futuro como horizonte fechado, sem grandes perspetivas para alterar o presente); e o de um futuro *entreaberto* (seja por via da escolarização, seja através da emigração) – p. 110.

Pode dizer-se, em síntese, que a obra em estudo percorre e analisa a literatura mais relevante sobre o tema da precariedade e os jovens – e áreas

---

[9] Esta matéria – processos de transição para a vida adulta – é objeto de particular desenvolvimento teórico nos capítulos 3 e 4.

[10] Refere-se concretamente que a falta de uma política de habitação social capaz de enquadrar outras situações para além das mais dramáticas é uma das claras limitações do Estado social.

conexas. Mas não se fica por aí. Acrescenta reflexão própria e original, contribuindo para o aprofundamento da temática em estudo.

Não obstante, decorridos mais de sete anos desde a publicação da obra, é hoje possível complementar o enquadramento teórico apresentado com outras referências e estudos – mais recentes. Nesse âmbito, assume particular interesse a obra *Retratos da Precariedade. Quotidianos e Aspirações dos Trabalhadores Jovens (2019),* já citada. Esta segunda obra mobiliza um conjunto de outros contributos teóricos, a merecer toda a atenção:

- Por exemplo, o da integração da experiência da precariedade no quadro de uma *"sociologia do mal-estar social"*;
- Ou o da análise da precariedade como uma forma de desigualdade.

3.2 _ Estratégia metodológica e campo empírico

A estratégia metodológica é definida em estreita articulação com os objetivos da pesquisa – e, entre outros aspetos, com o tempo e meios disponíveis [11]. O estudo em análise – que resultou, como referido, de uma "encomenda" do ISS – pretende caracterizar o modo de integração dos jovens em postos de trabalho pouco qualificados e de baixa remuneração; e as implicações desse processo sobre um conjunto de dimensões da sua vida pessoal.

Neste quadro, acabou por ser desenhada e implementada uma estratégia de investigação intensiva/qualitativa, com os seguintes traços principais:

1_ Número relativamente limitado de unidades de amostragem (no caso, 80 indivíduos);

---

[11] Como refere António Firmino da Costa (1999: 9-10) *"é possível encontrar, numa sistematização necessariamente esquemática, três tipos principais de estratégias metodológicas, com finalidades analíticas diferenciadas, géneros de resultados distintos e modos específicos de conduzir a pesquisa"*:
- Estratégias de investigação extensivas-quantitativas;
- Estratégias de investigação comparativas-tipológicas;
- Estratégias de investigação intensivas-qualitativas.

No entanto, e como Firmino da Costa muito bem observa:
"*Talvez fosse dispensável acrescentar que esta «arrumação» das estratégias de investigação sociológica mais praticadas é de natureza ideal-típica, tendo apenas intuitos clarificadores genéricos. É raro cada pesquisa concreta apresentar as características de um «tipo puro». Muitas, estruturando-se de maneira privilegiada segundo um deles, do qual retiram coerência metodológica, contêm também aspetos de outros*" (p. 11).

2_ Recolha de informação em profundidade;
3_ Metodologia de inquirição de caráter intensivo (entrevista semi-diretiva);
4_ Exploração de uma multiplicidade de facetas e dimensões, com o objetivo de compreender o fenómeno da precariedade na sua totalidade (p. 115-118).

Verifica-se, no entanto, que a investigação em estudo não inclui todos os traços característicos da estratégia intensiva/qualitativa – enquanto "tipo puro" [12]. É o caso:

- Da proximidade observacional: não houve contacto direto e prolongado dos investigadores com os entrevistados. As entrevistas foram aplicadas por uma empresa da especialidade, num período muito curto: entre maio e agosto de 2010 (p. 115).
- E da heterogeneidade metodológica: apesar de recorrer por vezes a dados secundários, a investigação baseia-se fundamentalmente na realização de entrevistas semi-diretivas.

A estratégia metodológica não deve ser confundida com o desenho da pesquisa – nem com os métodos e instrumentos de pesquisa. Como observa Bryman (2012: 18-78), a investigação pode assumir um dos seguintes desenhos da pesquisa (também "tipos puros"): experimental, transversal, longitudinal, estudo de caso ou comparativo.

---

[12] Seis características fundamentais (de acordo com Renato Miguel do Carmo e Helena Carreiras – apresentação da unidade curricular):
- Intensidade analítica: o objetivo é observar aprofundadamente um caso (ou casos) a partir de uma multiplicidade de dimensões de análise.
- Compreensão: o enfoque central é na produção de sentido.
- Proximidade observacional: a investigação é habitualmente conduzida através de um contacto direto e prolongado do investigador com as pessoas em análise.
- Heterogeneidade metodológica: o investigador procura adquirir uma perspetiva sistémica e integrada do contexto que estuda, através da utilização de uma significativa diversidade de procedimentos metodológicos.
- Flexibilidade processual: ausência de estruturação prévia e abertura à incorporação de novos conhecimentos e categorias a partir da experiência.
- Seleção dos casos: número reduzido de unidades de amostragem.

A este respeito, pode dizer-se que a obra em análise desenvolve uma investigação predominantemente transversal:

- Procede à recolha de dados relativamente a mais do que um caso, num único momento temporal, de forma a tratar um conjunto de dados, em relação a uma ou mais variáveis, com o objetivo de encontrar variações e estabelecer padrões de associação.

	Estratégia Metodológica		
Desenho da Pesquisa	**Quantitativa**	**Comparativa**	**Qualitativa**
Experimental			
Transversal			X
Longitudinal			
Estudo de caso			
Comparativo			

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E DESENHO DA PESQUISA

O recrutamento dos (80) indivíduos teve por base um processo de estratificação, que procurou distribuir o conjunto das entrevistas de acordo com três critérios fundamentais: localidade, escalão etário e sexo [13].

Face à população em estudo – jovens trabalhadores inseridos em postos de trabalho pouco qualificados e de baixa remuneração – foram ainda introduzidos dois outros critérios de condicionamento do recrutamento:

- O conjunto dos entrevistados desempenha atividades profissionais balizadas entre os grandes grupos 2 e 9 da classificação portuguesa de profissões (CPP – ver INE, 2010), embora com proporções muito diferenciadas;
- E tem uma remuneração até 700 euros (cerca de uma vez e meia o salário mínimo nacional em 2010 (475 euros).

[13] No entanto, como explicam os autores, "a exiguidade temporal de execução do estudo e a dificuldade em cumprir alguns dos estratos obrigou ao estabelecimento de alguma flexibilidade no recrutamento dos indivíduos" (p. 115-116). Não obstante, e como referem os autores, esses desvios não "afetam a coerência global da amostra nem a sua adequabilidade aos objetivos" (p. 117).

3.3 _ Apresentação de resultados

As entrevistas foram transcritas pela referida empresa da especialidade e, posteriormente, dimensionadas e analisadas através do *software* de análise de conteúdo Max-QDA – tendo alguns dos aspetos quantitativos sido também analisados através do *software* de estatística para as ciências sociais PASW (SPSS) – p.115.

Os resultados são apresentados e analisados ao longo de cinco capítulos[14], onde se conclui designadamente o seguinte:

1_ A investigação permitiu desconstruir a ideia da homogeneidade das transições precárias, e fá-lo através de uma tipologia que cruza formação escolar acumulada e profissão desempenhada, dando origem a quatro categorias de jovens trabalhadores: executantes de escolaridade superior, executantes de escolaridade intermédia, executantes de escolaridade elementar e operários. E conclui que cada um destes grupos vive a precariedade e a transição para a vida adulta de forma muito diversa.

2_ O estudo defende, também, que existe em Portugal uma associação particularmente forte *"entre qualificação académica e enquadramento ocupacional"* (p. 36), dando origem a uma forte hierarquização credencialista. Esta ocorre, no entanto, num contexto em que o emprego disponível não absorve as qualificações – parte da população mais credenciada só tem como oportunidades funções menos qualificadas.

3_ Ao nível da precariedade contratual, faz-se uma caracterização da evolução na última década: aumento da contratação a termo,

---

[14] Estrutura da obra:
Introdução
1 – A situação profissional e educativa dos jovens
2 – Estrutura ocupacional, relações laborais e precariedade
3 – Trajetórias familiares, pessoais e de pares
4 – Rendimentos e autonomia
5 – Projeções laborais
Conclusão
Anexos
Referências bibliográficas

proliferação do trabalho informal e irregular, existência de *part-time* e de pluriatividade. E conclui-se que as recompensas dos jovens precários se situam abaixo da média praticada para as mesmas funções em situação de contratação regular.

4_ O estudo permite, ainda, concluir que as redes familiares e de sociabilidade são absolutamente determinantes na obtenção de emprego, em particular no caso dos jovens mais descapitalizados.

5_ Outro aspeto muito expressivo é o da importância da denominada *"família-providência"*: a rede de suporte familiar, seja relativamente ao apoio económico, ao auxílio com as tarefas domésticas e guarda dos filhos, seja mesmo a ajuda em dinheiro ou em géneros, é determinante nos processos de autonomização destes jovens.

6_ Mas é em relação ao futuro que se verificam as maiores disparidades. O futuro pode ser para alguns jovens *"um horizonte fechado a partir do qual não conseguem perspetivar um caminho ou possibilidades alternativas"* (p. 110); e é, para outros, *"um campo mais ou menos viável e realizável de oportunidades"* (p. 110). Este tópico, que é tratado no último capítulo do livro, permite perceber de que forma o tipo de reflexividade destes jovens é marcado pelo risco de perder o emprego, pelos imprevistos socioeconómicos, pela incerteza, pelo desgaste do quotidiano. Ou seja, *"como se situam nos antípodas das teses mais entusiastas que fizeram a apologia da improvisação reflexiva do futuro e até do suposto potencial libertador do trabalho flexível e do «modelo biográfico» no mundo laboral"* (Soeiro, 2012: 235)[15].

4 ¬ Plano relacional/desafios metodológicos

Como foi referido, um dos traços fundamentais das metodologias intensivas é o da proximidade observacional. No caso em análise, a proximidade observacional ficou condicionada pela *"exiguidade temporal de execução do estudo"* (p. 115-116). E condicionada em dois planos distintos:

[15] Como sublinham Renato Miguel do Carmo e Ana Rita Matias (2019: 16), a precariedade "*representa, sem dúvida, um fenómeno profundamente errado e com consequências desestruturadoras e muito nefastas em termos sociais e pessoais*".

a) O contacto direto com os (80) jovens foi relativamente curto (entre maio e agosto de 2010). O que teve implicações. A compreensão pressupõe tempo de contacto – para além de triangulação e maturação da observação/análise.
b) Não houve contacto direto dos investigadores com os entrevistados. As entrevistas foram aplicadas por uma empresa da especialidade (p. 115). É sempre possível preparar muito bem os entrevistadores, mas a interação será naturalmente distinta – e fica a faltar o contacto direto do investigador com os entrevistados[16].

Outro aspeto a referir é o da verificação de resistência dos entrevistados em relação a determinadas questões – *"relativamente sensíveis"* (p. 118)[17]. Como referem os autores, as matérias em estudo criam alguma resistência (p. 117-118). Sobretudo quando se procuram aferir as consequências da precariedade na vida pessoal e familiar dos entrevistados. Nestas circunstâncias, é particularmente relevante o contexto relacional e físico de realização da entrevista.

5 ¬ Notas finais

Varela (2018: 219-241) enquadra o fenómeno atual da precariedade laboral num movimento mais amplo: o do fim do Pacto Social Europeu, do pós-guerra. A precariedade é uma consequência dessa mudança. E define a precariedade a partir do seu contrário: o trabalho protegido, de facto ou *de jure* – a segurança no emprego.

O estudo em referência reflete, também, sobre as causas da precariedade, em particular na sociedade portuguesa. É importante recordar que o Estado social surge em Portugal tardiamente, com o 25 de Abril de 1974 (e desenvolvimentos posteriores). Ou seja, já nas vésperas do fim do referido Pacto Social Europeu.

---

[16] Note-se, no entanto, que esta foi uma limitação assumida pelos investigadores. A contratação da empresa da especialidade foi essencial para se conseguir responder em tempo à "encomenda" do ISS.

[17] Segundo a equipa de investigação, "*a este facto acresce ainda a necessidade de registo gravado da entrevista, facto que pode ainda ter suscitado a emergência de obstáculos acrescidos à respetiva participação*" (p. 118).

No entanto, não será esse o objeto principal do estudo. Como foi referido, a investigação em análise tem em vista:

- Caracterizar de forma aprofundada o modo de integração de uma parcela da população jovem portuguesa em postos de trabalho pouco qualificados e de baixa remuneração; e
- Perceber as implicações da precariedade sobre um conjunto vasto de dimensões da vida pessoal desses jovens.

Apesar das limitações e condicionamentos decorrentes da "encomenda", e sobretudo do pouco tempo para a sua realização, pode dizer-se que estamos perante uma pesquisa sociológica exemplar. Que aprofunda significativamente o conhecimento sobre a precariedade juvenil – e as suas implicações. E coloca um conjunto de interrogações sobre o tema, de grande atualidade.

Para além disso, cabe notar que esta investigação acabaria por suscitar ampla divulgação – e interesse académico. Para além da publicação de um livro e de um artigo, o estudo acabou por ser apresentado e discutido em conferências académicas e iniciativas promovidas pela CGTP-IN. E foi, ainda, objeto de uma recensão crítica (Soeiro, 2012).

As conclusões a que chegou devem, todavia, ser (hoje) cruzadas e complementadas com as de um outro estudo, já citado: *Retratos da Precariedade. Quotidianos e Aspirações dos Trabalhadores Jovens* (2019). Estes dois estudos constituem peças essenciais de um puzzle complexo – o da precariedade entre os jovens.

O segundo estudo vai mais longe na reflexão teórica sobre as consequências do fenómeno da precariedade. Reflexão que enquadra na denominada *"sociologia do mal-estar social"*:

"O mal-estar é um sintoma profundo de que algo de muito errado está a acontecer nas nossas sociedades. Diabolizar ou ocultar o mal-estar significa antes de mais afastarmo-nos de qualquer esforço ou predisposição para a sua compreensão. É por isso que este gera exacerbamentos e polarizações difíceis de racionalizar e de assimilar, que levam a movimentos extremistas, ou então à completa indiferença relativamente ao outro".

Bibliografia consultada

Almeida, João Ferreira de, e José Madureira Pinto (1995), *A Investigação nas Ciências Sociais* (5.ª edição), Lisboa, Editorial Presença.

Alves, Nuno de Almeida, Frederico Cantante, Inês Baptista e Renato Miguel do Carmo (2011), *Jovens em Transições Precárias, Trabalho, Quotidiano e Futuro,* Lisboa, Editora Mundos Sociais.

Bryman, Alan (2012), *Social Research Methods* (4.ª edição), Oxford, Oxford University Press.

Carmo, Renato Miguel do e Ana Rita Matias (2019), *Retratos da Precariedade. Quotidianos e Aspirações dos Trabalhadores Jovens*, Lisboa, Tinta da China.

Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora.

Creswell, John W. (2003), *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (2.ª edição), Thousand Oaks, Sage.

Denzin, Norman S. e Yvonne S. Lincoln (orgs.) (2000), *The Handbook of Qualitative Research*, London, Sage.

Lahire, Bernard (2005), "Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual", *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 49, p. 11-42.

Pinto, José Madureira e Augusto Santos Silva (orgs.) (1984), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.

Schnapper, Dominique (1998), *Contra o Fim do Trabalho*, Lisboa, Terramar.

Schutt, Russel K. (2015), *Investigating the Social World: the process and practice of research* (8.ª edição), Thousand Oaks, Sage.

Silverman, David (2011), *Qualitative Research* (3.ª edição), London, Sage.

Soeiro, José (2012), "A precariedade como modo de vida? Recensão crítica do livro *Jovens em Transições Precárias, Trabalho, Quotidiano e Futuro*", Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIV, p. 231-236.

Varela, Raquel (2018), *Breve História da Europa. Da Grande Guerra aos Nossos Dias*, Lisboa, Bertrand Editora.

CONDIÇÕESPARA**SUBMISSÃO**

1 ¬ *"Tema em destaque" e "Estudos"*

Podem ser apresentados estudos para publicação em qualquer das seguintes secções: "Tema em Destaque", "Estudos" e "Biblioteca Cosmos".
Próximo tema em destaque (Análise Associativa n.º 8): ASSOCIATIVISMO POPULAR E ENVELHECIMENTO ATIVO

2 ¬ Normas para os autores

1 · Os artigos deverão ser escritos em língua portuguesa.
2 · A contribuição deve ser original e inédita.
3 · O artigo deverá principiar por um sumário contendo as divisões e subdivisões.
4 · O texto deverá ser apresentado em formato *word*, fonte *Times New Roman*, letra 12, espaçamento 1,5.
5 · As notas de rodapé serão igualmente em fonte *Times New Roman*, letra 10, espaçamento simples.
6 · As figuras e tabelas deverão ser inseridas no texto e não no final do documento, como anexos.
7 · Os autores dos artigos conferem à *Análise Associativa* o exclusivo do direito de publicação sob qualquer forma e receberão cinco exemplares da Revista.

3 ¬ Contactos para submissão

geral@cpccrd.pt
ou smpratas@gmail.com

Este n.º 7 encerra mais um ciclo na vida da Análise Associativa (um segundo ciclo). É tempo de refletir sobre o futuro. Vamos fazê-lo coletivamente; construir vários cenários e caminhos possíveis. E fazer escolhas.

Sérgio Pratas

Edição patrocinada por

25 ANOS
Fundação Montepio
Valores que nos unem